



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20 **117ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do**
21 **Meio Ambiente, Conama.**

22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Brasília/DF.
18 de Março de 2015.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

42 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
43 nós vamos dar início agora a nossa 116ª Reunião do Conama. Nós vamos abrir
44 com a exposição inicial da Ministra, ela vai ter que se retirar em função de uma
45 solenidade da Presidência, hoje, o Governo lança um pacote de iniciativas
46 anticorrupção no Palácio, a Ministra vai ter que se ausentar mais cedo do que
47 prevíamos. Então, nós vamos início aos trabalhos, como de praxe, com uma
48 exposição inicial da Ministra, para fazer a abertura da reunião. Nós temos quórum,
49 já fizemos a contagem de quórum. Então, vamos começar os trabalhos de hoje,
50 com a exposição da nossa querida Ministra. Obrigado.

51

52

53 **A SRª. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente)** –
54 Bom dia a todos. Eu gostaria inicialmente de dar as boas-vindas aos conselheiros
55 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Conama. Saudar os novos
56 conselheiros, eu acho que tem muita gente nova, eu mesma, ontem, estava
57 assinando os termos de posse dos senhores, ontem à noite. E, eu acho que seria
58 importante, nós tivemos uma renovação expressiva dos secretários de Estado, de
59 Meio Ambiente, os representantes dos Estados, foi feita uma reunião em fevereiro,
60 cadê o Hélio Gurgel, está aí? Eugênio, em fevereiro, que nós fizemos uma reunião
61 com o Secretário de Estado aqui, em fevereiro, não foi? Para mim já eu estou em
62 outubro, se depender de mim, eu não tirei férias, então, eu estou com o calendário
63 como fosse outubro de 2015. Então, foi em fevereiro, não foi, Eugênio? Nós
64 fizemos uma Reunião aqui em Brasília com todos os secretários de Meio
65 Ambiente do País, junto com o secretário de Agricultura do País, com a prioridade
66 do Cadastro Ambiental Rural e da implementação do Código Florestal, foi uma
67 reunião extremamente exitosa, e para a minha surpresa, foi promovida pelo
68 Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Agricultura, e para a minha
69 surpresa, fui informada que alguns secretários, muitas vezes no Estado sequer se
70 conheciam, de poder ter uma pauta em comum. E, talvez este seja o principal
71 desafio do ponto de vista de implementação de uma Legislação, neste ano, que é
72 a consecução do Cadastro Ambiental Rural, que eu lembro aos senhores, está
73 sob a responsabilidade dos estados e dos municípios, pela Lei, foi um balanço e
74 um envolvimento, e uma solicitação, uma recomendação do Ministério do Meio
75 Ambiente junto com o Ministério da Agricultura, com a Ministra Kátia Abreu, do
76 engajamento e da necessidade de trabalho integrado entre os dois secretários,
77 duas secretarias de Estado para, e, obviamente também nos Estados que tem a
78 questão da agricultura familiar em outra Secretaria, isso também seja feito com
79 vistas aos prazos do Código Florestal, observando que a não elaboração do
80 Cadastro Ambiental Rural, além de várias implicações, levará o agricultor a não ter
81 acesso ao Crédito Público. Então, é absolutamente necessário que se faça o
82 cadastro. Têm Estados, hoje, nós temos cerca de 140 milhões de hectares na
83 base do Cadastro Ambiental Rural, de um total de 329 milhões de hectares,
84 segundo o sendo do IBGE, mas temos estados com bom desempenho, caso do
85 Estados do Mato Grosso, Estado do Acre, e estados que estão numa situação
86 bastante sensível do ponto de vista do Cadastro Ambiental Rural, com menos de
87 1% da sua propriedades rurais cadastradas, é o caso do Estado do Rio Grande do

88Sul, caso do Estado de Pernambuco, pelo menos dos dados que eu tenho,
89levantamento de ontem. Então, é óbvio que nós temos toda uma interlocução para
90apoiar, para facilitar e para avaliar a questão do cadastro, e quero aqui ressaltar a
91necessidade cada vez maior de trabalho de integração entre a Secretaria de Meio
92Ambiente, a Área Ambiental, não só as secretarias estaduais, como também as
93secretarias municipais, há municípios que estão engajados diretamente na
94regularização ambiental com a implementação do cadastro, e a Secretaria de
95Agricultura e a Secretaria de Planejamento dos Estados. Mas, óbvio que será
96mantida essa interlocução com o Governo Federal, nós estamos com os esforços
97todos apostos, todos os meios, inclusive o próprio sistema que o Governo Federal
98elaborou, e que hoje nós temos só 6 Estados da federação que não aderiram ao
99sistema, que nós tivemos que customizar, alguns Estados, inclusive, eu me lembro
100agora, a minha prerrogativa está tombada, uma vez que já me despedi desse
101Conselho duas vezes e não me deixam ir embora, mas enfim, a minha
102prerrogativa de dizer, disse a alguns secretários de Estado no ano passado, que
103não adotassem algumas rotas, infelizmente insistiram e agora estamos
104experimentando alguns problemas, mas obviamente todo o aparato técnico,
105político e institucional do Governo Federal está à disposição, como também o
106Ministério do Meio Ambiente, fará realizar uma reunião de avaliação da aplicação
107dos recursos do Cadastro Ambiental Rural, dos financiamentos via Fundo
108Amazônia em parceria com BNDES, vários dos Estados captaram o dinheiro e nós
109queremos saber como está o desempenho disso, porque não é possível que nós
110financemos mais de 300 milhões de reais, e eu tenha um desempenho que ainda
111aquém do programado em alguns Estados. Então, é importante, como outros que
112estão fazendo uso dos recursos e tentando dar celeridade à consecução dos seus
113objetivos. Então, nós também estamos conversando com o BNDES, e é
114importante transparência para mostrar quem acessou, como está gastando, quais
115são as dificuldades, e como que se coloca no tempo. Em abril, o Ministério do
116Meio Ambiente fará um balanço do cadastro, e nós teremos que saber se vai
117prorrogar, se não vai prorrogar, se for prorrogar em que condições prorroga, não
118esperem que nós estejamos discutindo só prorrogação linear. Eu posso
119estabelecer, posso sugerir, isso vai à Presidente da República para prorrogar.
120Então, não é um processo trivial, daí, o esforço, e será agora em março, em abril,
121nós estamos vendo aí, também ter uma grande campanha nacional de
122mobilização em torno do Cadastro Ambiental Rural. Nós estamos trabalhando, e
123peço, reitero aos secretários municipais e os secretários estaduais de Meio
124Ambiente, que se engajem efetivamente na consecução deste compromisso que
125está em Lei, que é, na realidade, ter a base para podermos fazer a recuperação
126florestal desse País, revegetação, etc. Mas, além de saudar os conselheiros
127novos, conselheiros dos governos estaduais e municipais, também vou saudar
128aqui, os novos membros do Governo Federal, e das ambientalistas, da sociedade
129civil lá do Censo, que também teve renovação das suas representações, exceto
130alguns quadros tradicionais, como eu vejo aqui, a Patrícia, são pessoas que vão
131ganhar estrelinhas de permanência no Conselho Nacional de Meio Ambiente.
132Mas, é bom também ter conselheiros com tradição, e conselheiros que conhecem
133a dinâmica desse Conselho, que não é uma dinâmica trivial. Recomendo que

134 todos leiam cuidadosamente o Regimento Interno do Conselho Nacional de Meio
135 Ambiente, cuidadosamente, para que possamos... O Regimento foi revisto em
136 2012? 2011. Desculpe, mas realmente o tempo para mim, eu fico assim, eu sei
137 que foi revisto. E tem toda uma rotina nova de funcionamento de Câmaras
138 Técnicas, de funcionamento de Plenária, como se faz pedido de vista, quem pode
139 retirar de pauta. Então, por favor, eu recomendo, eu sei que às vezes é chato ler
140 regimento, etc., manual, brasileiro não tem muita essa cultura, mas além de estar
141 disponível, também a diretoria do Conselho Nacional de Meio Ambiente está
142 disponível, está aqui, a Dra. Adriana e o Doutor Francisco Gaetani como
143 Secretário-Executivo, para esclarecer todas as questões eventualmente de difícil
144 entendimento. Então, nós vamos iniciar o ano com um funcionamento de uma
145 pauta do Conama, que precisa ser obviamente construída com os senhores, o
146 Conama tem uma dinâmica de resoluções que são propostas e são discutidas em
147 grupos de trabalhos e Câmaras Técnicas, até que elas possam ser recepcionadas
148 por esse plenário, com vistas a um debate, aprovação, rejeição, emendas, como
149 qualquer processo de construção de normas com caráter deliberativo, que é a
150 Plenária do Conama, que é a instância maior de decisão sobre aceitação ou não
151 aceitação das propostas que são apresentadas pelos vários segmentos da
152 sociedade. O Conselho vai tornar disponível todos os temas, isso está no site,
153 enfim, todos os temas que estão à disposição dentro do Conama, uma maneira de
154 obviamente deixar os novos conselheiros mais informados, mais bem das
155 matérias que aqui tramitam, e é importante que os senhores tenham um pouco de
156 domínio disso, porque muitas vezes está nos grupos técnicos, grupos de trabalho,
157 e as vezes é interesse de participação ou de recomendação de instituições que
158 possam participar. Então há uma dinâmica estruturada de matérias tramitando,
159 como nós nos manifestamos, e etc. Eu tomei a liberdade, como presidente do
160 Conselho, de pedir a minha consultoria jurídica e a diretoria do Conama, que
161 fizesse uma avaliação do ponto de vista... Eu recebi um bilhete aqui
162 engraçadíssimo: Os novos conselheiros precisam tirar uma foto com a Sra., antes
163 da sua saída, *selfies* ficam para a próxima. Eu vou ter que ir realmente para a
164 cerimônia do Palácio, eu fui chamada ontem à noite, por essa razão. Mas, enfim,
165 nós fazemos a foto antes de eu sair. Eu pedi ao consultor jurídico do Ministério,
166 junto com a diretoria do Conama que fizesse uma avaliação da demanda que nós
167 temos de trabalho em vista de necessidade de revisão, atualização de resoluções
168 do Conama, que foram aprovadas no passado, e que não estão, não
169 necessariamente dialogam, ou são convergentes com os novos estatutos legais
170 aprovados nos últimos anos pelo Congresso Nacional. Então, em termos do
171 Código Florestal, nós temos quatro resoluções, que devem ser objeto, se o
172 Plenário assim entender, de debates, ou de revisão, ou de estudos, com vistas a
173 novos encaminhamentos. A primeira, obviamente é a famosa 303/2002, depois a
174 302 de 2002, que todas estão definindo a APPs e etc. A Resolução 369 de 2006,
175 casos excepcionais de utilidade pública e interesse social, ou seja, a Resolução
176 disciplina sobre isso, não está de acordo com o que Código Florestal em Lei
177 define como critérios. E a 406/2009, sobre plano de manejo de floresta sustentável
178 no bioma Amazônia. Isso é uma primeira apreciação que nós fizemos
179 considerando a aprovação do novo Código Florestal, não quer dizer que vai se

180rever, isso depender de como será debatido pelos conselheiros, como que as
181Câmaras Técnicas vão caminhar, agora, estamos sinalizando que isso cria
182dificuldades na aplicação das normas em face, por exemplo, de Licenciamento
183Ambiental, inova em outra rotinas dos órgãos gestores de meio ambiente, e isso
184tem sido objeto também de colocações de vários estados, junto ao Ministério,
185sobre a necessidade de atualizar as resoluções existente no Conama. Em relação
186à Política Nacional de Resíduos Sólidos, nós temos seis resoluções em
187desacordo, desde prevenção e controle de poluição... Perdão, resíduos sólidos
188têm: prevenção e controle de poluição de postos de combustíveis, licenciamento
189de fóruns com processamento de resíduos, tudo tem a ver com resíduos, critérios
190sobre sistemas de tratamento térmicos de resíduos, coleta e destinação de óleo
191lubrificante, limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio em pilhas e baterias,
192e destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis, lembro que a
193Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece a necessidade de fazer acordos
194setoriais, por exemplo, no caso de óleos, e etc. nós já fizemos acordos setor
195setoriais com a indústria, a logística reversa está em prática, e é importante que se
196tenha um debate sobre a necessidade de atualizar, rever, etc.. Então, toda a
197assessoraria jurídica dos órgãos ambientais federais vão estar escalados,
198digamos assim, para trabalhar em parceria com a CTAJ, trabalhar com os órgãos
199ambientais, como querem conduzir isso. Depois tem a própria Resolução
200347/2004 de patrimônio espeleológico das cavernas que está em desacordo com
201o Decreto de 2008. E, por fim, o próprio marco regulatório da política produção e
202exploração de petróleo e gás, e a Resolução Conama, nós já atualizamos isso, a
203Lei 9478 de 97, nós já atualizamos com outras resoluções, e tem a 2494 que esse
204plenário não revogou, isso foi um primeiro apanhado que foi feito, desde a gestão
205anterior eu tenho insistido nisso, que é importante que se olhe para dois tipos de
206resoluções, aquelas resoluções que estão em desacordo com as legislações
207nacionais, ordinárias aprovados pelo Congresso Nacional, e aquelas legislações
208que requerem aperfeiçoamento, que é o caso, por exemplo, da 001/86, da famosa
209Resolução, e a 237/97, e que este Conselho já teve debate sobre isso, não
210dialoga necessariamente com o caso da Lei Complementar 140; nós aprovamos a
211Lei Complementar. Então, a ideia, e obviamente ouvindo todos os senhores, e
212numa interlocução que o Ministério fará específica com cada segmento do
213Conama, montar uma pauta de debate, de revisão, de mobilização, de
214entendimento, de aperfeiçoamento, para nós verificarmos o que é possível nesses
215quatro anos, ou nesse ano, dar foco e ir atualizando as resoluções do Conama.
216Digo aos senhores, os mais entusiasmados que fazem sim com a cabeça, que não
217é uma tarefa trivial e fácil, mas desejo boa sorte a todos nós. É o que eu posso
218falar aqui, e da disposição de que não adianta ter um compendio de resoluções, e,
219que você para aplicar fica numa complexidade absoluta. Óbvio que o
220Licenciamento Ambiental é o uma prioridade para vários segmentos que estão
221aqui representados nesse Conselho, talvez, capitaneado pelos órgãos ambientais
222e estaduais, que sofrem com as dificuldades de implementar Licenciamento em
223face das contradições, de argumento que são usados por muitos, com coisas que
224são superadas em Lei ou Lei Estadual e a Resolução Conama não resolve esse
225assunto, é óbvio que conceitos que foram aplicados a 001/86, não cabem hoje.

226São extemporâneos, nós estamos falando de 86, nós estamos em 2015, então,
227são absolutamente extemporâneos, assimétricos em face do processo de
228desenvolvimento do País, em face dos novos instrumentos, regulamento legal,
229que a própria Área Ambiental adoto, e, isso, particularmente tenho um grande,
230vamos chamar assim, uma grande capacidade instalada nos órgãos estaduais de
231meio ambiente e os órgãos licenciadores, onde predominantemente está o
232licenciamento do País, obviamente, o órgão Federal, o Ibama, tem toda uma
233prática, um conhecimento sobre isso, lembrando que o Conama, disciplina
234licenciamento, estadual, e o federal, nós temos também as regras do Conama,
235mas temos regras próprias colocadas ao Ibama em função do que a Lei disciplina,
236são as famosas portarias que foram feitas em 2011, e que tem um quadro de
237esforços de modernização do próprio licenciamento ambiental, federal, com a Lei
238Complementar 140 isso ganhou contornos mais objetivos. Então, obviamente isso
239precisa, no nosso entendimento, que demos prosseguimento à agenda de
240trabalho, que foi iniciada ano passado, sobre o debate a respeito do
241Licenciamento. O debate de Licenciamento tem três olhares: uma questão com
242das tripartites estaduais, que aí é preciso conversar mais com a Abema, e verificar
243como isso vai ser posto em prática junto com Anamma, uma vez que tripartite
244federal, ela tem dois papéis específicos na Lei, um deles é a tipologia, isso foi
245discutido no ano passado, esse Conselho já foi informado etc., a Presidência da
246República deverá editar um Decreto brevemente sobre isso, mantendo o que foi
247acordado, etc. e, tem o segundo lado, que é, portanto, as tripartites estaduais são
248importantes para descentralização para os municípios. Tem que ter uma estratégia
249sobre isso, e para discutir políticas públicas, discutir como isso vai acontecer, hoje
250mesmo tem uma notícia enorme do jornal O Globo fazendo uma observação
251crítica sobre a situação do Licenciamento no Inea no Rio de Janeiro, e o próprio
252Inea, os regulamentos apostos é impossível se trabalhar, que eles fazem uma
253simulação, se trabalhar todos os dias, num ano, sábado e domingo com uma
254performance dedicado ao Licenciamento, você consegue resolver o passivo em
255um ano pode, o que é obviamente completamente inverossímil. Como fui receber
256a visita do Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais semana passada, eu não
257sabia até que a que também estive conosco, dizendo de uma greve branca de um
258ano, dos órgãos ambientais de Minas, e com atrasos absolutos, não só no
259Licenciamento, mas em toda a região ambiental, fez um ano, segundo fui
260informada, estaria fazendo um ano este mês, a greve do Sistema Ambiental de
261Minas Gerais, e, aí, depois começa a dizer que o problema somos nós, o
262Licenciamento Ambiental, não é bom, nós temos que entender as dificuldades e
263encaminhar uma situação de gestão mais eficiente, como também é importante
264respeitar os colegiados, aquilo que está proposto, e aquilo que pode efetivamente
265funcionar melhor, muita coisa foi feita nos últimos quatro anos, mas precisa
266funcionar melhor, aí depende... E muito disso passa pelo Conama. Então, tem um
267lado que é esse dos colegiados, do licenciamento, etc. Tem outro lado que é
268propriamente dito da reforma das resoluções, para resolver passivos, etc.,
269situações anacrônicas, e novas resoluções em torno de novas matérias, a Lei
270Complementar 140 foi bastante abrangente e diversa, talvez eu possa falar assim,
271Não é, Eugênio? Sobre as colocações e competências dos Estados. Uma

272solicitação crítica, no nosso entendimento, é a necessidade dos Estados se
273estruturarem para gestão de fauna, nós tivemos um trabalho enorme nos dois
274últimos anos, o Ibama, de conduzir a descentralização, os acordos de cooperação
275para o Ibama poder fazer aquilo que não tem mais competência legal, e os
276estados lamentavelmente, eu vou dizer isso publicamente, não tem estruturas
277montadas para cuidar de maneira eficiente da responsabilidade que a Lei 140,
278pelo menos foi isso que o presidente do Ibama me relatou, e, daí, a necessidade
279de termo de cooperação e um trabalho em parceria com a União. É importante
280que entendam como que está a Lei Complementar 140, se necessário for, nós
281fazemos um debate nesse Conselho, em seminários específicos, há espaço para
282tudo. Agora, por favor, nós não podemos perder de vista três coisas: o
283fortalecimento da gestão ambiental, o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio
284Ambiente, e a capacidade de trabalhar com a demanda da sociedade na ponta, os
285municípios precisam ser fortalecidos nesse processo. (*Palmas!*) Agora, precisa ter
286uma estratégia para trabalhar como município, porque também não achem que
287nós vamos ficar financiando 5600 municípios, está aí a experiência da Política
288Nacional de Resíduos Sólidos, mostrando como é tratar todo mundo igual em um
289País, dando um prazo para uma capital igual o prazo par o município de uma
290região fronteira, e também outra coisa: descentralização de gestão ambiental
291não é descentralização só de Licenciamento, é descentralizar tudo. Conforme a
292Lei estabelece. Porque também só falar que eu quero licenciamento e o resto
293ignora, também não é assim, as experiências do País, mostram que não é por aí.
294Então, tem um largo espaço, que eu acho importante que esse Conselho discuta,
295de centralização de gestão ambiental, capacitação, como se trabalha com ponta e
296as várias realidades dos vários brasis, senhores, eu visito muito município nesse
297País, eu vejo como as coisas acontecem, eu tenho capitais com problemas, e tem
298municípios pequenos de oito mil habitantes com soluções exitosas na gestão
299ambiental, aliás ganhando prêmio. Eu tenho capitais sem solução a destinação
300adequada de lixo, inclusive Brasília, e tenho municípios de oito mil na Paraíba
301ganhando prêmio de gestão eficiente de resíduos sólidos, é bom que as pessoas
302entendam e que esse Conselho fomente um debate, amis que um debate, um
303caminho, uma visão política, e uma estratégia para nós trabalharmos, aquilo que é
304nosso ativo, que é nosso patrimônio, que são as normas emanadas do Conselho
305Nacional de Meio Ambiente. Nós temos poucos conselhos do Governo brasileiro,
306da República Federativa que tem caráter deliberativo, lembro que tentaram tirar
307isso no Congresso, e nós fomos exitosos de falar que não era para tirar o caráter
308deliberativo. Então, é importante valorizar o caráter normativo do Conselho, e o
309seu papel político de avaliação das políticas, de entender novos rumos e de
310buscar inovação e a renovação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, que vive
311sim dificuldades, e precisa ser recolocado em um sistema entregue de gestão
312ambiental em caráter nacional, e dialogar com outros sistemas, Sistema Nacional
313de Unidade de Conservação, Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos,
314um esforço enorme foi feito para aproximação desses Conselhos de Recursos
315Hídricos e de Meio Ambiente, isso também não é trivial. Onde você tem órgão que
316junta as duas coisas é mais fácil supostamente, mas hoje o Licenciamento
317enfrenta dificuldades exatamente com a integração das concessões de outorga,

318atrasa o Licenciamento por causa de outorga, que no Governo Federal, nós
319conseguirmos, embora instituição independente, conseguimos ter um caminho de
320convergência no âmbito federal, mas não quer dizer que outras instituições
321federais envolvidas no Licenciamento não levem dificuldades por exemplo, aos
322órgãos estaduais e licenciadores que é o caso do Iphan, da Funai, as vezes do
323próprio Instituto Chico Mendes, aliás, vem novas regras em relação a esses
324órgãos federais de maneira de proceder no Licenciamento, já deve estar sendo
325publicado, espero eu, na próxima semana. Tudo depende da última assinatura do
326ministro da Justiça. Então, tudo que nós podemos fazer, nós estamos fazendo,
327aqui no Governo Federal, no âmbito da nossa competência, para dar o salto
328qualitativo que requer, precisa do envolvimento estratégico do Conama, e, aí,
329recomendo que seja feita, e se vocês discordarem, que esse assunto seja
330conduzido, pautado pela Abema, a Abema faça a sugestão de pauta junto com a
331Anamma, e de tal maneira que possamos coordenar no Ministério e trazer para
332Plenário, para dizer como essas resoluções, quais são os temas mais estratégicos
333de um esforço de revisão de aprimoramento das normas do Conama. Está bem?
334Por falar em Abema, eu quero aqui fazer um agradecimento em público ao Doutor
335Hélio Gurgel, por favor, fique em pé, não raspe a barba. (*Palmas!*). O Doutor Hélio
336presidiu a Abema até ontem, eu fui informada, ele está deixando suas funções no
337Governo do Estado de Pernambuco, portanto, pelos critérios do estatuto da
338Abema, ele não exerce mais, estaria impedido de exercer a presidência da
339Abema, foi feito um processo, eu fui informada ontem à noite dos secretários de
340Estado, que fizeram pelos estatutos uma eleição, uma condução, uma eleição de
341um novo da Abema, até junho, é isso? Quando nós teremos um processo de
342eleição para um novo mandato do novo presidente da Abema. Nessa função de
343suceder o Doutor Hélio Gurgel, e assegurar o processo de eleição de uma nova
344chapa, foi escolhido o Doutor Eugênio, Secretário de Meio Ambiente da Bahia,
345Eugênio, por favor, fique em pé, ele é o novo Secretário, novo presidente da
346Abema, perdão (*Palmas!*). E até junho, o alvo predileto de muitos de vocês, aqui
347no Plenário. Então, é para brigar com ele, não é comigo. Eu gostaria muito de
348agradecer, antes, inclusive, de você está como presidente da Abema, e toda a sua
349postura em conduzir a Abema em debates muito importantes para e a Área
350Ambiental, particularmente o Código Florestal, e particularmente o trabalho que foi
351feito de mobilização durante a Rio Mais 20, e também envolvendo a questão do
352próprio Licenciamento Ambiental, os estudos, a avaliação, e, o que nós fizemos
353ano passado, que foi usar, como fazer, dar cumprimento a mais um papel do
354Conama, que é avaliar políticas públicas, onde fizemos um balanço de políticas
355públicas aqui ambientais, e você fez um *report*, uma avaliação, mesmo que breve,
356de tudo que estava acontecendo nos Estados, então, esse material precisa ser
357aperfeiçoado, enfim, tem n situações que vai depender do Conselho, mas foi a
358primeira vez que nós fizemos uma reunião buscando integrar resultados de
359políticas ambientais, uma avaliação com toda a transparência. Então, fica aqui o
360meu reconhecimento, não só em nome de toda a equipe do Ministério do Meio
361Ambiente, mas pessoal, pela sua seriedade e seu compromisso com o Sistema
362Nacional do Meio Ambiente, desejando boa sorte, e eu sei que você vai continuar
363na militância, e muito juízo, depois de toda essa experiência, mas com um

364agradecimento sincero do Conselho Nacional do Meio Ambiente a todos os
365esforços da Abema nos últimos anos, e, Eugênio, serenidade, antes de qualquer
366reunião, medite, minha recomendação explícita para vossa excelência, faça
367meditação, no limite faça até fotossíntese, está bom? Venha zen, porque se não,
368concordam, os conselheiros que conhecem o Eugênio? Muito bem. Boa sorte, boa
369transparência, e a Abema tem o processo próprio de eleição, então os secretário
370de Estado, sugiro que debatam os nomes da chapa, porque cada vez mais a
371condução política da Abema é uma condução estratégica, como também da
372Anamma, não sei se o Pedro Wilson está aqui. O Pedro veio? Tem alguém da
373Anamma aqui? Nós teremos eleição em maio, não é isso? Também nós teremos
374uma renovação em maio, da Anamma, e é importante que esse Conselho
375acompanhe e faça uma proposta de trabalho conjunto das duas instituições, que
376representam de maneira expressiva com o Ministério do Meio Ambiente o Sistema
377Nacional de Meio Ambiente, do ponto de vista do Poder Público. Então, maio,
378teremos uma nova chapa, uma nova diretoria, e, em junho teremos uma nova em
379relação à Abema. Então, os próximos quatro anos prometem do ponto de vista de
380agenda. Finalmente, eu vou também falar que nós teremos, vai ser distribuído,
381você vão ser chamados, o Chico está aqui, empurra aqui de lado pra mim, o que
382eu assinei ontem, que é o termo de posse das pessoas, de cada entidade etc., já
383tem um processo de entrega, de diplomação dos novos conselheiros, só as ONGs,
384tudo isso aqui é ONG? Meu Deus. Só as ONGs foram eleitas, então, sejam bem-
385vindas.

386

387

388(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

389

390

391**A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –**
392Porque tem titular e dois suplentes, tudo bem, está tudo assinado aqui, vocês vão
393assinar, enfim, a diplomação. Nós teremos como rotina além da aprovação do
394quórum que já foi feita, é uma aprovação do que está transcrita da antiga reunião,
395obviamente, essa ata é transcrita, então, se tiver alguma observação, mas todos
396os conselheiros anteriores receberam isso, os novos também, então podem se
397manifestar, se não se aprova, e em seguida entra a tribuna livre e
398encaminhamento da Secretaria-Executiva. Nós temos, na realidade, duas
399resoluções em pauta, que vão ter, chama a atenção aqui, me chamou a atenção
400ontem à noite, de algo que eu li sobre uma Resolução, que é a proposta de
401revisão da 307/2002, de reclassificação de resíduos de tintas, uma resolução cuja
402decisão para vir para a Plenária foi arbitrada pelo presidente da Câmara Técnica,
403ou seja, houve uma divisão entre os conselheiros. Corrijam-me se eu estiver
404errada, essa Resolução teria sido objeto de pedido de vistas.

405

406

407(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

408

410A SR^a. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA (Ministra do Meio Ambiente) –

411Não. A anterior que foi pedido de vistas, a primeira. Então, aqui tem uma situação,
412que eu raríssimamente, eu acho que eu nunca vi, do tempo que tivesse no
413Conselho uma divisão na Câmara Técnica e a decisão foi por voto do presidente.
414Então, isso, obviamente, o proponente disso é a CNI, quem está aqui da CNI?
415Está ali. Vai falar, eu imagino que vai falar, enfim. E, eu recomendo que, sempre
416disse isso, quanto mais consenso tiver para vir à Plenária melhor, porque facilita
417as soluções de com vistas a tomada de decisão da Plenária. Ok? Então, isso é
418importante que as pessoas saibam. E tem outra Resolução que fala obre
419recuperação de ambientes hídricos e com utilização de produtos, proposta pelo
420Ibama, essa já foi objeto de pedido de vistas por parte da sociedade civil, e o
421Ibama deverá como proponente poderá e deverá falar sobre isso, e como essa
422matéria vai ser apreciada ou como ela vai ser conduzida aqui no âmbito do
423Conselho O Ministério faz reuniões preparatórias, eu peço desculpas aos
424senhores, não tive tempo de sentar com o meu Secretário-Executivo, para saber o
425balanço das reuniões, a Marília me informava ontem 21h30 da noite, não foi por
426culpa minha, eu sai do Ministério 22h da noite, ele foi mais selvagem, saiu mais
427cedo, eu não consegui falar com o Secretário-Executivo, que teve um problema
428ontem. Mas, a Marília me informou como tinha sido feito as conversas, e como
429que está a expectativa de cada segmento em relação à reunião e a pauta do
430Conama em 2015. Por fim, nós vamos ter um informe a respeito da Conferência
431de Clima, será feito pelo nosso secretário interino de mudanças de clima, o nosso
432secretário Doutor Carlos, que está com problema de família, o pai dele está muito
433doente, e ele foi obrigado a se deslocar a São Paulo, e por essa razão o titular não
434está aqui, mas virá... O Doutor Adriano, além de ser o Secretário substituto, é um
435dos negociadores formais do Brasil, perante a Convenção de Clima. Então, ele vai
436explicar aqui, o processo de negociação, vai mostrar o que está sendo feito, etc. E
437obviamente verificar o interesse, e como o Conama poderá se envolver. O
438segundo informe, eu destacaria particular atenção a esse informe, além do clima
439obviamente, vai tratar da lista de espécie ameaçada de extinção, ok? Todo o
440processo de construção da lista nacional, a lista federal, que levou seis anos,
441quase seis anos conduzidos a lista de fauna pelo Instituto Chico Mendes, a lista de
442flora pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, verdadeiras impropriedades foram
443ditas a respeito, muitas vezes da imprensa, da lista de espécie ameaçada de
444extinção, e obviamente todo o processo que cabe de revisão, de aprimoramento
445de lista, estabelecido inclusive, por um programa que eu fiz com o Ministério do
446Meio Ambiente, que eu assinei, que a instituição do Programa Pró-Espécies, com
447os novos critérios, de classificação de espécie no País. Lembro que os Estados
448têm listas estaduais, muitas vezes muito mais restritivas do que a lista federal, a
449legislação dá ao Estado o poder de fazer a lista, então, é importante que vocês
450entendam o processo de construção, a transparência que nós estamos fazendo
451em relação a isso, a robustez técnica e científico, mais de mil pesquisadores foram
452envolvidos nisso, como foi construído, e obviamente o processo de interlocução e
453de melhoria, de requalificação, sobre as espécies listadas e enquadradas nas
454várias categorias chamadas ameaçadas de extinção. E, finalmente, também

455teremos aqui uma explicação importante sobre a nova Lei de Acesso, a proposta
456de novo regulamento de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios,
457que está no Congresso Nacional, e o Doutor Rogério vai mostrar a envergadura
458do que é essa proposta e a mudança de patamar que nós esperamos ter com a
459aprovação da Lei. Nós temos que sair do mundo do combate à biopirataria para o
460mundo do desenvolvimento da bioindústria, da geração de emprego e da
461obrigação de repartição de benefício nesse País. De acesso a recursos genéticos.
462Mas, esse mundo não é um mundo fácil de compreensão, ele requer muito
463conhecimento técnico científico, mas requer uma compreensão política, se nós
464queremos ter uma agenda de biodiversidade de parte da construção onde os
465novos caminhos de desenvolvimento desse País E há obrigatoriedade sim, de
466repartir benefícios para aqueles que são detentores do conhecimento tradicional, a
467aprovação desse projeto deverá possibilitar, nós esperamos que assim aconteça,
468a ratificação do Protocolo de Nagoya no Congresso Nacional. Então, há uma
469complexidade dessa negociação e obviamente isso vai ser exposto aqui para que
470o Conama também, se tiver interesse de acompanhar os diálogos no Senado,
471enfim, e com o próprio Ministério, colocar isso devidamente a disposição dos
472conselheiros do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Esqueci alguma coisa?
473Não? O retrato. Está bem. Algum comentário? Realmente, a minha expectativa
474era ficar até meio-dia aqui, mas eu fui convocada e terei que me dirigir ao Palácio,
475por questões de protocolo terei que sair em 10 minutos. Alguma questão mais
476específica que os senhores queiram comentar na minha presença? Quem vai
477conduzir a reunião é o Secretário-Executivo, o vice-ministro, e obviamente,
478continua aberto o caminho de sugestões de aprimoramento do funcionamento do
479Conselho Nacional de Meio Ambiente. Teremos, nós vamos ter proposta, tem uma
480questão que eu gostaria de comentar antes de sair. Também na reunião que nós
481fizemos do secretário de Meio Ambiente com o secretário de Agricultura, nós
482tivemos pela manhã a pasta de Agricultura, e a tarde uma reunião fechada com o
483secretário do Meio Ambiente, em que nós tivemos a oportunidade de ter a
484presença do ministro Eliseu Padilha, o ministro da Secretaria de Aviação Civil, e o
485ministro fez uma exposição a todos os secretários de Meio Ambiente do País,
486sobre um programa de investimentos dos aeroportos regionais, e a importância de
487consolidar um caminho de implantação desses aeroportos regionais, alguns
488existentes, alguns tem duplicação, alguns tem ampliação, outros são novos,
489naquilo que é integração do território nacional, então, foi feita uma exposição com
490alguns debates, alguns comentários e etc.. E obviamente, aquilo que diz respeito
491direto à Área Ambiental, tem a ver com a preservação em áreas mais vulneráveis,
492áreas sensíveis, áreas necessárias, espécies migratórias, tem uma série de
493salvaguardas, a localização de muitos dos novos aeródromos, como a questão do
494Licenciamento Ambiental, que é de competência dos Estados. Então, deverá ser
495apresentado aqui, o pessoal da Secretaria está aqui, pelo Governo Federal?
496Desculpe, tudo bem? Eles deverão fazer um comentário, uma apresentação sobre
497uma proposta de Resolução a respeito de procedimentos mais objetivos e
498simplificados para o Licenciamento Ambiental de atividades aeroviárias, ia falar
499aerportuárias. É aerportuária. Chama a atenção, que isso é fruto também de
500conversas, de contribuições de vários governos estaduais sobre procedimentos

501que existem. Nós temos que assegurar, não uma simetria, uma convergência de
502procedimentos, obviamente uma linha de base para dar segurança jurídica para os
503investimentos e para a tomada de decisão dos órgãos ambientais. E obviamente,
504por outro lado, uma melhor formulação dos programas nacionais, esses
505programas de investimento dialogando com a realidade do País, uma coisa é
506aeroporto existente que eu vou fazer um retrofit, outra coisa é aeroporto que eu
507vou duplicar, outra coisa é aeroporto que eu vou colocar em novas áreas que não
508tem impacto, e depois eu ter aeroportos que estão em áreas com sensibilidade
509etc. Então, é importante entender para evitar situações que nós tivemos de
510falarem que Área Ambiental que é responsável, quando você vai ver não é Área
511Ambiental, a área ambiental, pega consequências, às vezes de um mau
512planejamento, um planejamento pouco adequando com as questões ambientais.
513Este Conselho passou por uma situação muito semelhante no programa Minha
514Casa Minha Vida, em 2009, e aprovou uma Resolução para viabilizar aquilo que
515chamamos de linha de base de Licenciamento para a questão habitacional, que
516envolvia Estados e municípios, isso foi visto como muito bem sucedido, a mesma
517coisa para o setor de pesca. Tem outros setores que vieram e trouxeram esses
518procedimentos, modificaram, aperfeiçoaram e a Secretaria como membro deste
519Conselho, vai propor ao Conselho uma Resolução nessa direção. Então, isso, pelo
520rito se propõe, e, nós vamos apreciar a matéria, é uma matéria urgente, nós
521estamos falando de investimentos, estamos falando da necessidade de integrar,
522ou quem vive em isolamento sabe isso, ou quem vai ter que fazer reunião em
523lugar remoto, como é o meu caso, aí, não tem voo, não tem nada, aí, eu fico
524xingando eles, reclamando deles: como não tem aeroporto aqui? Mas é isso, nós
525temos que entender qual é a dimensão do problema, e ver qual é a solução que
526esse Conselho vai fazer. Hoje, no final da tarde, eu receberei no meu gabinete, é a
527última questão que eu vou falar hoje, os secretários ou representantes da Abema,
528secretário do Meio Ambiente, para uma conversa com o ministro da Pesca, a
529pauta trará questão de licenciamento de terminais pesqueiros. Novamente é isso,
530investimentos planejados em situações que estão paralisadas, ele vai ter que
531reportar e trazer, construindo com vocês, e se necessário com o Conama, o
532caminho para isso, uma vez que o próprio Conama já disciplinou ou a matéria de
533revisão e aprimoramento do licenciamento de terminais pesqueiros. Os mais
534antigos se lembram, você se lembra, Patrícia, do nosso Sidney Magal aqui? Nós
535tivemos aquelas questões emblemáticas nesse Plenário. Um rapaz que tinha o
536apelido de Sidney Magal, no final foi uma brincadeira feita. Nós estamos optando
537pelo caminho de quando procurado pelas áreas setoriais do Governo Federal,
538buscar o diálogo com os órgãos, o ministro conversa com os órgãos, é uma nós
539estratégia, e aquilo que couber será colocado para a plenária do Conama, com
540isso, vocês têm acesso às informações e possibilita o diálogo e a consecução de
541resultado e objetivos, que sejam de interesse de todos. Então, me parece um
542caminho mais fácil, e obviamente também uma disposição de todos os ministros
543de conversarem e dialogarem com esse Conselho. Então, está bom assim? Então,
544eu desejo a vocês uma boa sorte, um bom debate, um bom ano para todos nós de
545trabalho no Conselho, teremos muitas coisas pela frente, emoções fortes
546viveremos, porém sustentáveis, eu espero. E, obviamente, colocar toda a estrutura

547do Ministério do Meio Ambiente à disposição, como também a dos órgãos
548ambientais, está aqui o Ibama, o Instituto Chico Mendes, o Serviço Florestal,
549Agência Nacional de Águas e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, são
550instituições ligadas ao Ministério. Consultando, Doutor Paulo, bem? Doutor Paulo
551Nogueira Neto, está bem? Eu vou a São Paulo, e vou visitá-lo, eu o aviso. Então,
552é isso senhores, muito obrigada pela participação de todos, a acolhida, disputem,
553discutam, façam desse Conselho o que ele é, o ator político mais importante de
554todo o sistema brasileiro de Meio Ambiente, e isso eu tenho particular de orgulho
555de dizer, porque quando eu aqui cheguei, ele estava praticamente sem nenhuma
556pauta e com os senhores fazendo greve, eu tenho o abandono dos conselheiros
557do Conama, saindo do plenário do Conama, isso é uma... O que é isso? SOS by
558Cerrado? É o negócio do pacto da chapada? Sou absolutamente contrária a
559qualquer PCH, qualquer investimento que destrua ou que causa qualquer impacto
560ambiental ao Parque Nacional e ao Cerrado brasileiro, já disse isso ao ministro, já
561disse isso ao Governo do Estado de Minas, e pedi ao Governo do Estado de
562Minas que dialogassem as entidades ambientalistas e com o Instituto Chico
563Mendes do Estado de Minas e Estado de Goiás, antes de aprovar qualquer Plano
564de Manejo na Unidade de Conservação, eu sou contrária, eu acho que tem que se
565discutir PCH nesse País, para saber efetivamente os impactos cumulativos e,
566aquilo que eventualmente vai atingir o Parque. Agora, se tiver soluções, nós temos
567que discutir as soluções, com serenidade, e contem com o Ministério do Meio
568Ambiente, com o Instituto Chico Mendes para todo o apoio técnico, no diálogo e
569na construção de soluções. Tirem do Secretário do Goiás, Jaqueline está aqui, ou
570o secretário? Tirem do Secretário do Goiás e da Jaqueline, como superintendente,
571ex-secretária, o compromisso de abrir o espaço para o diálogo e buscar soluções,
572acho que vocês estão... Devemos sim proteger o Cerrado brasileiro, não só na
573questão da chapada enfim, das implicações, mas também da necessidade de
574priorizar o reflorestamento no Cerrado, em função do Cadastro Ambiental rural.
575Então, contem com o Ministério. Eu acho correto, e se puderem me mandem uma
576camiseta dessas que eu vou usar. Obrigada. (*Palmas!*). Obviamente, eu estou
577emagrecendo, mas manda GG por enquanto, senão não vai. Até o final do ano eu
578estarei uma (...), mas agora, manda GG para eu poder usar, senão vai ser um
579horror, é a minha vaidade, olha lá. Vocês mandem que eu usarei, e, por favor,
580Jaqueline abra os espaços, põe o Conselho estadual, põe todo mundo para
581discutir, é melhor ter mais dedo de prosa par ter uma solução construída, do que
582não ter dedo de prosa, e você justificando as vezes uma boa solução, sem que
583ninguém possa legitimar, faça isso. E, obviamente é decisão do Governo do
584Estado, e de quem é o gestor do sistema. É GG? Meu filho... Está bom, ainda bem
585que eu já perdi 8kg, e me aguarde. Está ótimo. Podem tirar a foto, eu defendo sim,
586e não é para ter impacto no Parque Nacional. (*Palmas!*). Senhores divirtam-se no
587Conama, que eu vou para uma agenda lá no Palácio, muito obrigada pela
588camiseta. Tem a foto com as ONGs, então, as ONGs para a foto, já vou posar
589com a camiseta, para ficar marcando. E, Jaqueline, por favor, faça isso, e insista
590com o pessoal do Chico Mendes para participar do processo de construção, que
591às vezes, eles vão participar e demoram muito em função da sua prioridade. E
592obrigada pelo apoio Senhor Secretário. Ok, Chico, *you have the floor*.

593

594

595 O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Pessoal,
596 não é recreio não. Vamos continuar, nós temos uma reunião longa pela frente.
597 Pessoal, vamos lá, dando continuidade aos nossos trabalhos, lamento que não
598 tenhamos podido ter feito a foto individual com cada um, como nós tínhamos nos
599 organizado, mas esse ato no Planalto agora, nos deixou, desorganizou um pouco
600 a nossa programação. Primeiramente, eu queria fazer a apresentação dos novos
601 conselheiros. Só que como o que tínhamos programado não funcionou, e nós
602 estamos com vários conselheiros e suplentes que não tiveram como estar
603 presentes hoje, eu vou pedir para os novos conselheiros se levantarem, e nós
604 vamos apresentá-los, então, de público, a partir de sua exposição. Queria dizer
605 também, que em meu nome e da ministra saudar os novos conselheiros e os
606 novos velhos conselheiros, nós temos um conjunto de reincidentes, é grave, acho
607 que o vírus do Conama, uma vez que a pessoa está contaminada, manifesta-se
608 ciclicamente, endemicamente, mas enfim, vamos lá, queria em primeiro negócio
609 pedir para a Dra. Gisela Forattini da Agência Nacional das Águas se levantar,
610 muito bem-vinda, representando a Agência Nacional das Águas (*Palmas!*). No
611 Ministério da Defesa, o capitão de fragata Rogério de Oliveira Gonçalves, por
612 favor, bem-vindo capitão (*Palmas!*). Também do Ministério da Defesa, o coronel
613 Francisco Djalma Cesse da Silva, bem-vindo coronel (*Palmas!*). Do Ministério da
614 Saúde, Antônio Leopoldo Nogueira Neto, (*Palmas!*). Do Ministério das
615 Comunicações, André Moura Gomes (*Palmas!*). Do Ministério das Relações
616 Exteriores, Clarissa Souza Della Nina (*Palmas!*), bem-vinda. Pessoal do Ministério
617 das Relações Exteriores participando do Conama é uma coisa... Muito bem-vinda.
618 Enfim, Secretaria de Aviação Civil, Eduardo Henn Bernardi (*Palmas!*). Andrea
619 Regina Fontana (*Palmas!*). Paulo Roberto Certo Fernandes Afonso (*Palmas!*), veio
620 bancada completa da Secretaria de Aviação Civil, o ministro está mostrando serviço.
621 Vamos lá. Secretaria dos Portos, Uirá Cavalcante Oliveira (*Palmas!*). Do Governo
622 do Estado de Alagoas, Cláudio Alexandre Aires da Costa (*Palmas!*), bem-vindo
623 secretário. Também do Governo do Estado de Alagoas, Matheus Gonzáles
624 (*Palmas!*). Do Governo do Distrito Federal, Cassius Azevedo dos Santos
625 (*Palmas!*), bem-vindo Cassius. Do Governo do Mato Grosso, Ana Luíza Ávila
626 Peterlini de Souza (*Palmas!*), bem-vinda Ana Luíza. Do Governo de Minas Gerais,
627 Marília Carvalho de Melo (*Palmas!*), bem-vinda Marília. Do Governo do Paraná,
628 Ricardo José Soavinski (*Palmas!*). Do Governo do Rio Grande do Norte, José
629 Mairton Figueiredo de França (*Palmas!*). Do Governo do Rio Grande do Sul, Maria
630 Patrícia Mollmann (*Palmas!*). Do Governo do Rondônia, Vilson Salles Machado
631 (*Palmas!*). Do Governo de São Paulo, Caroline Marques Leal Jorge Santos
632 (*Palmas!*), bem-vinda Caroline. Do Governo do Estado de Sergipe, Olivier Ferreira
633 das Chagas (*Palmas!*). Do Governo do Tocantins, Luzimeire Ribeiro de Moura
634 Carreira (*Palmas!*), bem-vinda Luzimeire.

635

636

637 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

638

27

14

28

640O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Do Ceará?
641Falei. Desculpem, esses que nós faltamos, nós já vamos voltar, deixa-me só
642terminar. De Tocantins, Ricardo de Souza Fava (*Palmas!*). Vamos lá, Roraima,
643quem eu saltei? Seu nome? Rogério Martins de Campos (*Palmas!*), obrigado
644Rogério. Ceará? Bem-vindo, a família da ministra, embora ela seja candanga, aqui
645de Brasília, a família dela é cearense. Está tudo em casa. Pelos governos
646municipais... Espírito Santo, perdão, Rodrigo bem-vindo. Amapá, Marcelo,
647obrigado Marcelo. Estados, acabamos? Desculpem a nossa falha. Municípios e
648instituições da sociedade civil, entidades trabalhadoras: Leticia Albuquerque pelo
649Instituto Direito Por Um Planeta Verde (*Palmas!*). Das Comunidades Indígenas,
650Antônio Fernandes de Jesus (*Palmas!*), bem-vindo Antônio. Pela Fundação de
651Apoio a Vida nos Trópicos, Ecotrópica, Karen Regina Domingo Sobreira
652(*Palmas!*), bem-vinda Karem. Pelo IBRAS, Marcos Emílio Pereira (*Palmas!*). Pela
653FURPA, de volta ao nosso Conama, Doutor Francisco Soares (*Palmas!*). Pela
654Argonautas da Amazônia, Ailton Pires de Lima (*Palmas!*), bem-vindo Ailton. Pela
655Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Ivaneide Bandeira Cardoso
656(*Palmas!*). Pela organização Ponto Terra, também de volta, Ronaldo Vasconcelos
657Novais (*Palmas!*). Pela Sociedade para Defesa do Meio Ambiente Piracicaba,
658Sodemap, Marcelo Pereira Manara (*Palmas!*). Carlos Alberto Hailer Bocuhy
659(*Palmas!*). Pela Sócios da Natureza, Tadeu Santos (*Palmas!*). Pelo Projeto Mira-
660Serra Lisiane Becker (*Palmas!*). Encerrando assim, algum novo que não
661mencionei o nome que está aqui presente? Marcos Vinícius Polignano (*Palmas!*).
662Marcelo Coelho, Maranhão, bem-vindo. Luiz Henrique do Piauí. (*Palmas!*). Acho
663que o Brasil inteiro está aí então, chegando aos poucos, mas chegamos todos.
664Obrigado, pessoal. Vamos dar sequência a nossa programação de trabalhos
665então, a aprovação das transcrições *ipsis verbis* da 116ª Reunião Ordinária, de 19
666de novembro de 2014. Alguém teria alguma objeção, alguma retificação, ou
667sugestão de aprimoramento? Os que tiverem de acordo permaneçam como estão.
668Os que tiverem observação, por favor, ergam seus crachás. Pois não, o Sr. estava
669na reunião, Doutor Francisco? Obrigado. Então, está considerando aprovada a ata
670da 116ª Reunião Ordinária. Nós vamos agora à nossa tribuna livre, já temos um
671conjunto de inscrições bastante significativo. Antes, porém, eu queria pedir aos
672senhores, por favor, tentem se ater ao prazo, nós estamos hoje com uma série de
673debutantes, uma série participantes novos, essa reunião, a 117ª reunião, é uma
674reunião que nós estamos começando de uma forma *light*, tranquila, amena, e, por
675favor, peço que sejam objetivos às suas intervenções, nós tivemos reuniões
676preparatórias bastante produtivas e vamos trabalhar para que tenhamos uma
677reunião de trabalho bastante instigante, bastante elucidativa. Nós temos uma
678pauta curta em termos de resoluções, mas muito importante do ponto de vista de
679informes. Então eu peço que a tribuna livre seja mais objetiva possível, para que
680possamos depois dar sequência aos nossos trabalhos. Começamos com a
681Abema, com dupla sertaneja, Hélio Gurgel e Eugênio Spengler.

682

683

684**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Abema)** – Bom dia a todos e a todas.
685Companheiros do Conama, é com imensa satisfação que hoje deixamos esse
686encargo que iniciamos a oito anos, quando fomos pela confiança do Governador
687Eduardo Campos convidados a atuar na gestão ambiental. E com um sentimento
688pessoal, eu hoje estou me sentido diplomado, hoje, eu me sinto como no dia da
689minha diplomação, pelo tanto que aprendi, não somente no decorrer da
690convivência com os gestores ambientais, mas, sobretudo, com essa salutar
691convivência democrática com o Conama, e tendo de certa forma buscar contribuir
692não somente na participação com a Associação Brasileiro de Entidades de Meio
693Ambiente, cujo mandato encerramos ontem, como também através de
694participação direta e objetiva nas suas Câmaras Técnicas, a exemplo da Câmara
695Técnica de Assuntos Jurídicos, a qual tive a honra de comparecer, e aprender
696muito, um pouco mais de direito ambiental. E é nesse sentido que voltando a
697minha banca de advocacia ambiental, levo comigo os ensinamentos e, sobretudo,
698aquele sentido e aquele espírito que vem permeando a todos que fazem parte
699dessa gestão ambiental, a busca pelas soluções, entendendo que a complexidade
700da questão ambiental brasileira se sobrepõe muitas vezes muito mais a algumas
701situações pontuais, nós não somos só licenciamento, a questão ambiental é
702Licenciamento e também, mas questões maiores precisam ter seu espaço,
703lembrou a pouco a ministra da tomada de rumos que esse Conama teve, quando
704há muito pouco tempo nos reunimos aqui para votar moções de apoio ou
705desaprovação, ou simplesmente para discutir durante quatro, cinco horas, sobre
706determinados pontos e não avançávamos, hoje encontramos e graça a gestão que
707o Ministério vem dando a essa parceria, essa participação democrática, nós
708encontramos aqui um caminho e sabemos que através dessa unidade é que
709vamos conseguir resultados concretos em curto prazo. E esses resultados
710concretos têm que vim pontual e com foco principalmente numa solução desse
711passivo que nos pesa, ou a LC 140 venha a ser regulamentada com tempo devido
712ou passamos a discuti-la como a pouco lembramos com legislações de 1986,
7131992, nós temos aqui uma Lei de 2011 que precisa, e é fundamental para que
714possamos avançar não só no debate técnico, como também no político, e
715implementar de uma vez por todas o que é contido na Lei Complementar 140,
716esse é um dos exemplos, porque outras proposições deverão vir muito mais
717reforçando a posição do Conama, para que ele não se deixe ser avaliado por um
718erro de estratégia e um erro de atuação, que é o seu verdadeiro papel, como
719Conselho deliberativo de trazer através de resoluções um norte para o
720procedimento ambiental em todo o País. Com relação à Abema, deixo amigos,
721colegas e boas-vindas aos que vem chegando, e me colocando não somente à
722disposição desses colegas de Abema, como a todos aqueles que fazem o
723Conama e o Ministério do Meio Ambiente, a quem particularmente agradeço pela
724colaboração sempre recebida. Não citarei nomes, porque são todos, mas sinto
725que levo também a forte impressão de que essa experiência marcou páginas
726indelévels na minha existência, na minha vida, porque aprendi dentro de níveis
727sobriedade, de seriedade, que nos levaram a resultados concretos. Muito obrigado
728senhores.

729

730

731(*Palmas!*).

732

733

734O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Sema/BA) – Eu só quero complementar, porque
735tínhamos pedido uma dobradinha que é o Hélio se despedindo, e, nós chegando
736aqui. Primeiro, agradecer profundamente o empenho do Hélio, a dedicação do
737Doutor Hélio na condução da Abema nesses quatro anos, que ele ficou à frente da
738entidade, nós, ontem, durante a plenária, nós discutimos isso, houve um avanço
739considerável da instituição Abema e da sua organização, obviamente que temos
740um caminho grande sempre a trilhar, mas agradecer em nome de todos os
741associados da Abema a sua dedicação nesse período. Quero cumprimentar a
742todos os novos conselheiros, e os antigos que estão retornando, tanto os
743representantes dos movimentos sociais, entidades empresariais, e de modo
744especial os meus colegas gestores estaduais de Meio Ambiente, que se fazem
745presentes, e estão chegando, alguns retornando também, porque nesse mundo
746nós giramos, giramos e voltamos sempre no mesmo lugar, quando você volta a
747cada quatro anos, você reencontra um monte de gente que já esteve junto em
748outros momentos. Mas, enfim, agradecer isso, dizer eu a Abema quer ser e será
749uma parceira do Conama, e de todos os setores do Conama, obviamente que a
750Abema tem posicionamento e tem interesses que vai defender, porque são
751interesses dos estados, mas com o foco na qualidade ambiental, e na
752sustentabilidade do nosso desenvolvimento, e isso é fundamental, nós queremos
753ser um parceiro do Ministério do Meio Ambiente, e acho que somos um parceiro
754importante, assim como o Ministério o é para a entidade. Até para não me alongar,
755nós tiramos uma agenda bastante intensa nesse período de três meses, três
756meses e meio, ontem nas conversas, nós optamos por definir três linhas
757importantes de atuação: talvez uma das primeiras vezes que a Abema vai tratar do
758assunto recursos hídricos, e é importante salientar que a maior parte dos
759secretários de meio ambiente, estaduais de meio ambiente, são também
760dirigentes de recursos hídricos, secretários de recursos hídricos, por isso, a
761urgência de integrar, e também porque já passou do tempo de integrar as duas
762agendas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, nós precisamos de fato,
763trabalhar os órgãos gestores, uma integração e uma racionalidade maior na
764condução tanto da agenda de Recursos Hídricos, quanto dá agenda de Meio
765Ambiente, porque nós trabalhamos a melhoria do desenvolvimento, e a
766intervenção para que ele seja mais sustentável, esse é o grande detalhe. A outra
767agenda é a agenda florestal, com um destaque importante para o CAR, não tenho
768sombra de dúvida que é o nosso pão de cada dia, a nossa água de cada dia, o
769nosso ar da cada dia, dar conta do cadastro dos cinco milhões e tantas mil
770propriedades rurais que existem nesse País, considerando que mais de quatro
771milhões são de agricultura familiar, e, aí, que está o problema, porque o Código
772Florestal determina que Estados e municípios tem que dar assistência técnica e
773jurídica aos proprietários rurais, e, portanto, isso significa, resumindo e falando a
774linguagem popular, que os Estados têm que pagar o cadastro, é isso
775fundamentalmente, obviamente que o Ministério do Meio Ambiente colocou o

776Fundo Amazônia, tem recursos, têm as imagens, está dando apoio, mas nós
777vamos ter que nos virar nos trinta, como diz o programa, para dar conta de
778atender uma demanda que é estratégica para o desenvolvimento do setor
779agropecuário, principalmente da agricultura familiar do nosso País. E o terceiro
780aspecto, e eu deixei por último de propósito, é a questão do Licenciamento
781Ambiental, e, aí, eu vou adiantar algumas coisas que eu importante, eu tenho, e é
782um pouco a visão da maior parte dos secretários de Meio Ambiente e dirigentes
783estaduais de Meio Ambiente, nós vamos precisar fazer uma revisão da 001 e da
784237 virando esse negócio de cabeça para o ar, reformar esse modelo que está aí,
785não sei se vai funcionar, nós temos que fazer uma discussão mais a fundo do
786instrumento de Licenciamento Ambiental. Discutindo: é necessário Licenciamento
787trifásico para todo o empreendimento? Na verdade, isso já não existe, todos os
788Estados criaram licença simplificada, licença única, já não existe mais isso, então,
789vamos organizar essa agenda e vamos ser sinceros e trabalhar essa pauta. A
790questão do ordenamento territorial como elemento chave para definir e organizar o
791processo de investimento nos Estados, eu acho que precisamos trabalhar um
792pouco nisso, nessa linha, e não só para o sistema energético e de geração de
793energia a partir da água, mas de todas as outras fontes. Como nós organizamos
794esse processo? Na questão das termoelétricas, a bacia aérea, que nós vamos
795precisar dar uma organizada nesse processo. E, aí, vamos chamar também o
796Ministério das Minas e Energia para fazer a análise integrada de bacias, para fazer
797a análise integrada do MAPA eólico do Brasil, porque senão nós não teremos
798condições de atender só na análise do Licenciamento, nós temos que olhar a
799paisagem e não o ponto. Nós temos que olhar de cima, e olhar de cima é
800ordenamento territorial, ou nós elegemos isso como fundamental na discussão da
801revisão do licenciamento, ou nós vamos continuar entulhados, pagando a conta da
802falta de planejamento do desenvolvimento do País, como se o Licenciamento
803fosse a Geni do desenvolvimento e de obras importantes que precisam ser feitas
804aqui no nosso País. Precisamos discutir se precisa Licenciamento para tudo, nós
805tratamos hoje, infelizmente, o Licenciamento de um campo de petróleo e de um
806posto de combustível, quase com a mesma exigência, nós tratamos uma grande
807mineradora e uma exploração do cascalho da mesma forma para tapar buraco em
808estrada vicinal da mesma forma, nós tratamos um plantio de milho numa
809agricultura familiar e silvicultura da mesma forma. Será que precisa isso tudo? Ou
810precisa norma e fortalecimento do monitoramento e do controle ambiental? Será
811que o Licenciamento dá conta para assegurar qualidade, ou nós precisamos
812fortalecer as áreas de fiscalização e montarmos, Volnei? Nós estávamos falando
813ontem com o Márcio, nós precisamos montar o sistema de monitoramento
814brasileiro, nós temos que integrar as informações de um monitoramento, nós não
815integramos, nós não sabemos o que o Ibama faz, o Ibama não sabe o que nós
816fazemos, agora estão entrado os municípios. Então, estou trazendo alguns pontos
817aqui, porque nós vamos discutir, e a Abema está organizando, organizou, estou a
818quatro meses, estou falando para quatro meses até final de junho, uma agenda de
819debate, eu estava falando a pouco com Marília e com o Volnei, lá fora, e eu vim
820correndo para dentro, porque avisaram que o Doutor Hélio já estava falando, nós
821vamos fazer cinco encontros regionais, Doutor Francisco, da Abema por região do

822País, para discutir a questão do Licenciamento, principalmente a revisão da 001 e
823da 237, nós vamos preparar uma agenda para isso, abril e maio, para culminar
824com o encontro estadual da Abema, uma proposta concreta a ser apresentada ao
825Ministério do Meio Ambiente, e nós gostaríamos de ter a participação num
826primeiro momento é uma agenda mais de governo, tanto do Ministério do Meio
827Ambiente, quanto do Ibama, e nós vamos convidar também a Anamma, porque à
828medida em que nós vamos estabelecendo consensos entre nós, depois nós
829buscamos o movimento social, as ONGs ambientais, o setor empresarial, para
830pactuando com esses setores também, porque eu concordo com a ministra, se
831nós trouxermos aqui para o Conama, o máximo de consenso, nós vamos ganhar
832tempo e qualidade. E esse é um processo importante, agora, nós entendemos que
833precisa efetivamente mexer e mexer profundamente, não é uma simples reforma,
834porque uma simples reforma não dá conta, não adianta, e, aí, tem que definir
835papéis; qual é o papel dos colegiados ambientais? Qual é o papel dos conselhos
836de meio ambiente, ser órgão licenciador ou ser órgão deliberativo, normativo e de
837discutir política? Qual é esse papel? Tem que discutir isso também, porque ele
838não é um órgão licenciador, órgão licenciador é o Ibama, é o órgão ambiental, é o
839órgão municipal de Meio Ambiente, essas questões têm que vir para discussão, e
840têm que ser pactuadas dentro do Conama, porque são questões ambientais, eu
841quero agradecer a oportunidade, obviamente, como disse a Ministra, nós vamos
842conversar muito, eu, independente de presidente da Abema ou não, eu tenho o
843hábito de ir para enfrentamento, quando eu acho que tenho que ir para o
844enfrentamento, e agora como representante de uma instituição, obviamente, eu
845tenho muito mais o papel de pactuar e de trazer aquilo que é a opinião do conjunto
846dos secretários. E uma questão que é fundamental, e que a Ministra referendou
847aqui, que eu acho que está na base disso tudo que nós falamos, é a necessidade
848de fortalecemos, acho que uma boa revisão de licenciamento, uma boa Política
849Florestal, e uma boa discussão da questão de Recursos Hídricos, vai culminar
850com o fortalecimento muito grande do sistema de Meio Ambiente, porque se ele
851tem falhas, se ele está fragilizado, eu até agora não vi nada que fosse melhor, e
852nós precisamos trabalhar com isso, e fortalecer esse negócio, não dá para
853enveredar para um caminho que não existe, eu acho que nós temos sim que
854fortalecer o sistema, e quais são os mecanismos para isso, porque é uma agenda
855simples, focada, são três meses, mas que possa ter aqui uma participação efetiva,
856e uma colaboração bastante grande para o Ministério e do Ministério para
857conosco, assim como para os municípios e os municípios para com os Estados, é
858esse o espírito, esse é o caminho que a Abema quer traçar pelo menos até junho,
859onde nós depois teremos eleições gerais e composição geral de toda a diretoria.
860Obrigado.

861

862

863(*Palmas!*).

864

865

866 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,
867 Eugênio. Seja bem-vindo na condição de adutor da Abema. Ronaldo, também seja
868 bem-vindo.

869

870

871 **O SR. RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS (ONG Ponto Terra)** – Bom dia a
872 todos e a todas. Voltando ao Conama, no nosso terceiro mandato dentro do
873 regimento de maneira não consecutiva. Sr. Presidente, eu queria falar exatamente
874 do Sisnama, que já foi falado aqui pela Ministra e pelos que me antecederam aqui,
875 eu confesso que tem mais de trinta anos de atividade parlamentar, política, e é a
876 mesma coisa na área de meio ambiente, mas eu notei hoje, otimismo na Área
877 Ambiental, que eu tenho na minha vida pessoal, na vida profissional, porque as
878 coisas não estão andando. A Ministra falou aqui, da questão de Minas Gerais, e,
879 aqui que eu quero compartilhar com os senhores e com as senhoras, nós estamos
880 falando de um Estado importante, nós sabemos disso, mas aonde a questão
881 ambiental foi esquecida pelo Governo passado, e agora os funcionários estão
882 aquilo que se chama de greve, greve branca ou operação padrão, eu quero dizer a
883 vocês, queríamos, por exemplo, do Colegiado estadual, uma reunião em fevereiro,
884 ela não aconteceu, e porque ela não aconteceu? Porque os pareceres não ficaram
885 prontos, porque os técnicos estão no processo de operação padrão. Então, as
886 coisas não estão andando por causa do Governo passado, é bom que se
887 esclareça isso, que deixou a questão ambiental em situação precária, e para não
888 dizer que eu estou fazendo um discurso político, eu não sou do PT, não sou do
889 PSDB, não vou para o PT e não vou para o PSDB, mas eu sou ambientalista, e
890 acompanho as coisas, e procuro ser isento e procuro ser justo. A greve lá está
891 parada há quase um ano, a Ministra deu a informação correta, e as coisas não
892 andam, e eu falo de Minas Gerais, que é cantada e decantada em verso prosa por
893 algumas pessoas que falam da questão ambiental. Aí, alguém poderia não
894 acreditar em mim, eu quero ler com muita calma, rapidamente, palavras que vocês
895 conhecem bem, do ex-ministro José Carlos Carvalho que escreveu, está aqui para
896 quem quiser ler: “Mesmo que os nossos colegas queiram aplicar todo o empenho
897 pessoal e profissional do qual são capazes, não há como colocar a administração
898 em pleno funcionamento, porque faltam veículos, falta combustível, não se paga
899 as diárias, carência de material de escritório, computadores ultrapassados e
900 desatualizados, enfim, um caos”. Continua José Carlos Carvalho: “Meu apoio ao
901 secretário Savio Souza Cruz, meu apoio a secretária Marília Melo, que está aqui
902 conosco hoje, competente, foi uma das melhores nomeações que o governador
903 Fernando Pimentel, como fez também do Savio Souza Cruz, meu apoio aos
904 secretários Savio e Marília, para que possam sensibilizar o Governo para uma
905 solução urgente, quer compartilhar com os senhores e com as senhoras, para que
906 os senhores tenham coragem, a ousadia de as vezes usar o microfone para dizer
907 a verdade, a questão ambiental é delegada, é refugada, é lançada para terceiro ou
908 quarto nível, quase em todos os níveis de governo, que seja federal, que seja nos
909 Estados, prezados duas pessoas que falaram antes de nós aqui, e também nos
910 municípios, ou nós fazemos em verdade uma cruzada pela questão ambiental nos
911 municípios, nos estados e no País, ou nós, essa geração vai ser culpada pela

912geração futuras, eu não quero isso, vou usar a minha voz, mesmo que rouca as
913vezes, para dizer aquilo que penso, aquilo que sinto, o Sistema Estadual do Meio
914Ambiental de Minas está um caos, quem não quiser acreditar em mim, acreditem
915no ex-ministro, no ex-secretário José Carlos Carvalho. Compartilho com todos os
916companheiros do Conama, um processo deficiente do nosso Sisnama, que é o
917Sisema do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

918

919

920(*Palmas!*).

921

922

923**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Muito
924obrigado, Ronaldo. Por favor, João Ricardo da ANAMA. Pessoal, aviso de
925utilidade pública, um óculos bacana no chão, se não for da Ministra, eu vou
926naturalmente entregar para o achado e perdidos do Ibama. Obrigado.

927

928

929**O SR. JOÃO RICARDO GUIMARÃES CAETANO (Anamma Sudeste)** - Bom dia
930conselheiros, bom dia a todos. Em nome da Anamma, eu quero saudar os novos
931conselheiros, desejar boa sorte aos novos, e boa sorte e muita paciência aos
932conselheiros anteriores. Quero em primeiro lugar, convidar a todos aqui, para um
933importante encontro que a Frente Nacional dos Prefeitos realizará do dia 07 ao dia
93409 de abril, que é o terceiro encontro dos municípios pelo desenvolvimento
935sustentável, é um encontro, um seminário, um pacote de atividades bastante
936interessante e bastante importante, que ocorrerá aqui em Brasília, cuja
937programação já está no site da Frente Nacional dos Prefeitos, e um dos temas que
938será discutido nesse seminário da Frente Nacional dos Prefeitos, é exatamente a
939questão do pacto federativo, das responsabilidades dos municípios,
940principalmente frente ao Estado e a União nas atividades de gestão ambiental,
941não exclusivamente do licenciamento, porque os municípios não se preocupam
942exclusivamente com licenciamento, para nós o licenciamento é uma ferramenta
943importante de gestão ambiental, mas não é em nenhum momento a única
944ferramenta, o único instrumento para se fazer gestão. Mas, discutiremos no
945encontro da Frente Nacional dos Prefeitos a relação de municípios, estados e
946União, e convidamos a todos para comparecer, para participar, uma programação
947bastante interessante. Quero também em nome da Anamma, saudar a Abema,
948saudar o Hélio Gurgel pela sua gestão, agradecer ao apoio que ele prestou na
949gestão dele na interlocução dos órgãos estaduais de Meio Ambiente com os
950órgãos municipais. Quero também saudar o companheiro Mairton, é o secretário
951de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, até poucos dias atrás, ele era diretor
952da Anamma, e migrou para a Abema. Então, quero desejar boa sorte ao Mairton
953na sua nova etapa, e quero também saudar o colega Eugênio Spengler, o novo
954coordenador da Abema, e dizer que para nós da Anamma, para nós dos
955municípios, para nós gestores ambientais municipais, a fala do Eugênio, a
956apresentação que a Abema fez aqui de uma agenda para discutir pontos
957importantes para reorganizar o Sistema Nacional de Meio Ambiente, passando

958pela discussão do Conama número 01, e passando para a discussão de outros
959marcos legais fundamentais, para Anamma é música, é o que a Anamma tem dito,
960é o que a Anamma tem pedido a esse Conselho, é o que a Anamma tem
961apresentado ao Ministério do Meio Ambiente, como pauta central dos seus
962trabalhos nos últimos quatro anos, achamos que esse é o momento, e essa é a
963tarefa fundamental desse Conselho, é discutir a lógica de funcionamento da
964gestão ambiental brasileira, nos seus principais marcos regulatórios, nas suas
965principais organizações de funcionamento, principalmente no licenciamento e na
966fiscalização. Não é possível, como o Eugênio falou agora, que nos continuemos
967licenciando da forma como nós licenciemos, se isso é um problema para o Estado,
968é um problema também para os municípios, onde também sobra uma carga muito
969grande de Licenciamento e de fiscalização, isso sem falar, secretário Eugênio,
970naquela zona nebulosa que propicia a ação, no meu entender, nefasta do
971Ministério Público, que se apropria de áreas nebulosas da legislação brasileira, e
972cria problemas de judicialização, onde não há necessidade de judicialização, onde
973há necessidade sim de pactuação, e é exatamente também em nome da Anamma
974que eu saúdo a fala da Ministra Izabella, na sua apresentação de hoje, onde ela
975recoloca a necessidade da discussão da pactuação da gestão ambiental brasileira,
976envolvendo municípios, envolvendo Estados, achamos, nós da Anamma, que essa
977também é uma agenda que já deveria ter sido colocada, insistimos muito nisso
978nos últimos quatro anos, e estamos aqui nos colocando à disposição do Conselho
979Nacional de Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, para ajudar com a
980visão dos municípios, para ajudar com a visão de quem opera o Sistema Nacional
981de Meio Ambiente na sua ponta, na sua relação mais direta com o cidadão,
982porque é no município que o cidadão costuma reclamar dos problemas
983ambientais, é ao município que o cidadão reclama, que o cidadão recorre, e a
984Anamma está se colocando à disposição tanto da Abema, quanto do Conama,
985quanto do Ministério do Meio Ambiente para abrir essa discussão com muita
986ponderação, com muita tranquilidade para entender, para refazer o pacto do
987licenciamento da gestão ambiental brasileira, e entender, qual é o papel dos
988município, de que forma os municípios podem auxiliar na lógica da gestão
989ambiental do Brasil. Então, a Anamma está aqui, repito, saudando a fala da
990Ministra, saudando a fala da Abema, e como a Anamma, representando os
991municípios, reconhece o esforço da Abema, reconhece o esforço do Governo
992Federal, achamos que se abre aqui a possibilidade muito interessante de uma
993agenda bastante importante de revisão e de reestruturação do Sistema Nacional
994de Meio Ambiente. Tomara que nós tenhamos, nós desse Conselho, competência
995para conduzir esse assunto, para conduzir essa pauta, e chegarmos a bom termo
996em um período mais rápido de tempo. A Anamma está à disposição, repito, e
997saúdo aqui tanto à Abema quanto o Ministério do Meio Ambiente
998pela disposição em retomar essa agenda tão importante para o Sistema Nacional
999de Meio Ambiente. Obrigado. Bom dia.

1000

1001

1002(*Palmas!*).

1003

1004

1005 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
1006 nós vamos encerrar as inscrições, nós temos mais nove inscritos, pediria apenas
1007 que todos fossem o mais breve, possível.

1008

1009

1010 **O SR. AILTON PIRES DE LIMA (ONG Argonautas)** – Bom dia a todos e a todas.
1011 Serei breve, queria em nome da Universidade Federal do Pará, e através do grupo
1012 de estudos de educação ambiental e da ONG Argonautas, trazer um informe que
1013 realizamos no ano passado, em dezembro do ano passado, o 8º Fórum Brasileiro
1014 de Educação Ambiental, e o 2º Fórum Plano Amazônico de Educação Ambiental,
1015 que foi realizado em Belém na Universidade Federal do Pará, pela primeira vez
1016 esse fórum foi realizado na região Norte, que é sempre um desafio para nós, em
1017 função das dificuldades de deslocamento, mas foi um evento que teve grande
1018 proveito, estabeleceu uma discussão muito produtiva acerca da questão da
1019 educação ambiental e sua importância, principalmente na formação dos atores
1020 que atuam em defesa e na construção de projetos de conservação, e do
1021 desenvolvimento sustentável, dos recursos naturais de meio ambiente. Então, é
1022 uma temática extremamente importante, que nós estamos trazendo, e,
1023 gostaríamos que falando com todos os conselheiros, reforçemos esse debate na
1024 educação ambiental, porque ele é extremamente importante, para que todas
1025 essas ações, todas as políticas, no âmbito do meio ambiente, tenham mais êxito,
1026 que possam colaborar de fato com o crescimento do País, para o
1027 desenvolvimento, mas sem esquecer a questão ambiental. Esse é o nosso
1028 informe, e também informar que a organização desse evento foi através da
1029 Rebeca - Rede Brasileira de Educação Ambiental, e as redes também regionais
1030 de educação ambiental, e que estamos também bastante engajados e
1031 organizados no sentido de promover debates e discussões também em função da
1032 realização da Habitat III, que é a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre
1033 moradia, que vai acontecer em outubro de 2016 em Quito. Então, eu reforço o
1034 apelo aos senhores secretários, que nos engajemos nessa luta da questão da
1035 educação ambiental. Obrigado.

1036

1037

1038 *(Palmas!)*.

1039

1040

1041 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Paulo
1042 Martine da SBPC.

1043

1044

1045 **O SR. PAULO ROBERTO MARTINI (SBPC)** – Bom dia. Obrigado. São dois
1046 pontos só, que eu vou levantar aqui, através da Diretoria da SBPC, primeiro foi
1047 uma carta que a Ministra mandou para os conselheiros, Francisco, falando sobre a
1048 Semana Internacional da Vida Selvagem, isso foi encaminhado a Diretoria da
1049 SBPC, foi aprovado na Diretoria e foi espalhado pelas centenas, pelas dezenas de

1050associações vinculadas com o SBPC e colocado no jornal, que nós distribuimos,
1051para cerca de 10 mil pessoas no Brasil. A recomendação da Diretora, da Helena,
1052foi que esse procedimento, de acordo com o entendimento da Ministra, do próprio
1053Secretário, ele pode ser repetido em outras oportunidades. O segundo ponto, se
1054refere, o que eu chamo de entronização de um grande projeto no INPI chamado
1055projeto Panamazônia, é um projeto que trata do sensoriamento remoto, dos
1056Biomos Sul-americanos, onde existem correlações, por exemplo, entre a
1057Amazônia Brasileira e a Amazônia Sul-Americana. Entre o Bioma Cerrado no
1058Brasil e o Bioma Savana da América do Sul, entre o Pampa e os 'patissares'
1059argentinos. E também entre correlações muito interessantes que existem entre o
1060Tchaco e o Pantanal. Então, esse projeto visa, não a trazer subsídios para
1061fiscalização, isso é um outro caminho que está sendo desenvolvido, está
1062crescendo, mas é de consubstanciar modelos que nos levem a entender melhor
1063essa transferência de calor, ou transferência de carbono, entre os biomas e a
1064atmosfera. Um dos resultados mais interessantes que nós chegamos, é no
1065mapeamento das cicatrizes de queimadas, ou seja, não é mapear foco de
1066queimada, é mapear cicatriz, aonde foi que a queimada, efetivamente, a cobertura
1067vegetal. Isso é feita de uma maneira cartograficamente muito precisa, ao nível de
1068que, os primeiros resultados que obtivemos, eles foram adotados,
1069preliminarmente, em dois modelos que existem universidades inglesas, na
1070universidade de Lides, na universidade de Oxford, e eles pretendem repetir,
1071novamente, esse nosso procedimentos e encaixar essas cicatrizes de queimada,
1072pelo menos na savana brasileira e em parte da savana sul-americana, no modele
1073que eles escolhem por lá. Uma outra coisa também, interessante, nós temos,
1074praticamente 80%, 85% da hidrologia sul-americana de superfície mapeada, com
1075nível cartográfico equivalente a uma precisão de 250 metros, que é o pixel de um
1076dos satélites que nós utilizamos, poderemos chegar até15 metros, que é a
1077resolução nominal do próximo mananciais que nós vamos gravar aqui no Brasil,
1078que é o nº 78. Então, eram esses dois anúncios. Eu agradeço a oportunidade.
1079Obrigado.

1080

1081

1082(*Palmas!*).

1083

1084

1085**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,
1086Paulo. Marcos do Ibrace.

1087

1088

1089**O SR. MARCOS EMÍLIO PEREIRA (Ibrace)** – Boa tarde a todos e a todas. O
1090Ibrace é uma organização não governação, que trabalhamos há mais de 30 anos
1091em defesa do meio ambiente. E como nós apoiamos as ações e a lutas da SOS
1092Cerrado, Mais Cerrado, convidamos o senhor Marcos Saboia para fazer uso da
1093palavra, em nome do Ibrace.

1094

1095

1096 **O SR. MARCOS SABOIA (Rede de Integração verde)** – Bom dia a todos e a
1097 todas. Meu nome é Marcos Saboia, eu faço parte de uma ONG de Alto Paraíso, a
1098 RIV, Rede de Integração Verde, já com 13 anos de existência. E, mais
1099 recentemente estou na vice-presidência do Instituto Mais Cerrado. Sou
1100 Conselheiro do Conselho de Meio Ambiente de Alto Paraíso, sou vice-presidente
1101 do Conselho Gestor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, também o
1102 único Conselheiro a ocupar uma cadeira ambientalista no Conselho da APA de
1103 Pouso Alto, que é o que nós estamos em foco agora, essa APA ela envolve 6
1104 municípios da Chapada dos Veadeiros, Chapada Dos Veadeiros eu acho acredito
1105 que os senhores já conheçam, é uma região que hotspot de biodiversidade, que
1106 está dentro do cerrado, patrimônio natural da humanidade, porque o núcleo da
1107 reserva da biosfera goiás é o parque nacional da Chapada dos Veadeiros, que
1108 está em fase de ter o seu plano de manejo aprovado. Esse plano, do jeito que ele
1109 está, ele não oferece proteção ambiental, que seria a função de uma APA, área de
1110 proteção ambiental, a composição do Conselho não atende à Legislação Federal,
1111 e nós temos, a razão principal de estarmos aqui, é fazer um apelo ao Conama,
1112 para que a nossa região seja reconhecida como um mosaico de áreas protegidas.
1113 Nós já somos, de fato, um mosaico de áreas protegidas, o Art. 26 do Snuc, ele
1114 prevê que quando você tenha várias unidades de conservação ou áreas
1115 protegidas, próximas, justapostas ou interligadas, que a gestão deve ser
1116 compartilhada, não é aconselhável, estabelece que deva ser compartilhado, só
1117 que para isso há a necessidade de um ato do Ministério do Meio Ambiente,
1118 reconhecendo esse mosaico. Nós já temos, se não me engano, uns 17 mosaicos
1119 reconhecidos no País. O que significa que esse mosaico reconhecido? Nós
1120 podemos reivindicar um plano de gestão territorial com base na conservação, nós
1121 podemos reivindicar, do Governo Federal, o investimento no desenvolvimento
1122 diferenciado para a região, não adianta nós termos um parque nacional, ter
1123 RPPNs, unidades estaduais, e municipais, e não ter gestão. O Parque Nacional,
1124 ele só pode interferir da cerca do parque para dentro, ele não tem autonomia,
1125 depois que foi separado o Ibama ele não pode mais agir. O Estado, ele têm
1126 recursos limitados, nós estamos lá na ponta, muito distante, acontece um crime
1127 ambiental, até nós conseguirmos mobilizar e o Estado ter condições do chegar lá,
1128 às vezes até descaracteriza o fragrante, e o ICMBio não pode fazer nada. Certa
1129 feita, um criminoso lá, que desmatou 1.160 hectares de cerrado, nativo, de
1130 altitude, acima de 1.200 metros, falou que, chegou lá o rapaz, o fiscal do ICMBio,
1131 ele disse que o ICMBio era uma ONG, que não entraria lá não, ele deveria ter a
1132 orientação do jurídico, porque, realmente, lá o ICMBio, para não cair o auto de
1133 infração, inclusive, ele tem que provar uma interferência direta, dentro da unidade,
1134 não é indireta, é direta. Então, ele tem fazer uma dissertação de mestrado para
1135 cada auto de infração e mesmo assim acaba caindo. Então, nós rogamos aqui,
1136 para que haja uma recomendação, uma moção do Conama, para o que Ministério
1137 do Meio Ambiente nos reconheça como mosaico de áreas protegidas da Chapada
1138 dos Veadeiros, e que nós tenhamos uma política diferenciada de
1139 desenvolvimento, com base na conservação, é a única chance que nós temos de
1140 salvar aquela área, que é o berço das águas, é uma caixa d'água, é a maior área
1141 de cerrado, preservado contigo... Eu acho que do bioma Cerrado de Goiás, com

1142certeza, e sofrendo uma pressão muito grande, quem viaja daqui para cá, que
1143viajou nos últimos 10 anos, de Brasília para região, acompanhou o que era
1144antigamente, o corredor 'paraná pirineus' se transformar no corredor da soja.
1145Então, está muito próxima ao Luiz Eduardo Magalhães, tem algumas áreas que
1146você olha e só vê aquele deserto verde, e essa pressão já está lá dentro da
1147chapada, nós já temos o eucalipto lá dentro, nós já temos a soja, e o
1148desenvolvimento chega em um padrão, que tem para as outras regiões e causa os
1149mesmo danos que estão causando em outras regiões, inclusive desertificações,
1150nós precisamos de um desenvolvimento diferenciado para cada região. Muito
1151obrigado. E terça-feira eu rogo com as entidades presentes, nos deem uma força
1152na aprovação da PEC do Cerrado, já passou da hora já, de nós termos
1153reconhecido. Obrigado.

1154

1155

1156(Palmas).

1157

1158

1159**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Nós temos
1160agora a fala do Doutor Francisco Soares, bem vindo de volta, na Furpa. Por favor,
1161peço que seja breve.

1162

1163

1164**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom dia a todos, a todas.
1165Francisco Rodrigues Soares, Fundação Rio Parnaíba, ONG da Região Nordeste,
1166sediado em Teresina Piauí, e dizer, parabenizar o Secretário, por essa 1^a
1167Reunião de 2015, e dizer que, nós temos muitas coisas a discutir nesse novo
1168período, nós estamos passando por uma série de crises nesse país, crise de
1169água, nós estamos tendo apagão de energia, apagão de água e já corremos o
1170risco de ter apagão de floresta, porque apagão está diretamente ligado a florestas,
1171sem floresta nós vamos ter 2 apagões, falta água e falta oxigênio, e o
1172aquecimento do global. Pois bem Secretário, diante dos 4, nós trouxemos algumas
1173propostas, eu conversei previamente com a Ministra, ela pediu para lhe entregar,
1174eu voltei por essas razões, ao Conama, para defender muitas propostas, entre
1175elas a melhoria das políticas públicas na área da meio ambiente, porque nós
1176temos que ter uma transformação muito grande na política de recursos hídricos,
1177na política do meio ambiente, logicamente de energia. Via a Abema falar,
1178preocupada, e eu até achei interessante a colocação da Abema, em ver que a
1179água é discutido de um lado e o meio ambiente é do outro. Então, é em cima
1180desse conteúdo, nós temos que integrar em umas políticas, como também todos
1181os recursos, ficam esfacelados os recurso, um órgão fica com um pouco de
1182recurso, outro fica para o outro e no fim ninguém tem dinheiro para política de
1183meio ambiente nesse país. Pois bem, nós tivemos aqui uma proposta, algumas
1184das propostas seria, a unificação do Conselho Nacional d Meio Ambiente e ao
1185Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em um único Conselho, Conselho
1186Nacional do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos. Não podemos ter a água de
1187um lado e a floresta do outro. Sem água não tem floresta e sem floresta não tem

1188água. Então, temos que entregar essa política, a Abema falou, se não temos água,
1189não vamos ter energia. Se não temos floresta, não temos água. Então, não dá
1190para discutir no Conselho do Meio Ambiente uma política, e o Conselho Nacional
1191de Recursos Hídricos, outro tipo de política. Tem que estar aqui dentro, a ANA
1192está representada aqui dentro, mas não só isso, nós queremos que a ANA esteja
1193fazendo parte do mesmo deliberativo do Conama, como Conselho do Meio
1194Ambiente e dos Recursos Hídricos. Aí sim, nós vamos integrar a política pública
1195para a área do meio ambiente e dos recursos hídricos. Todas as secretarias que
1196eu vejo aqui, é meio ambiente dos recursos hídricos. Então, não tem sentido fazer
1197um Conselho para um lado e outro Conselhos para outro. Pois bem. Então, eu
1198tenho uma cópia de uma minuta, de uma proposta de moção, que eu vou lhe
1199entregar, já falei com a Ministra, para que haja a integração desses dois
1200Conselhos. A outra coisa que eu estou colocando, nós estamos vendo uma pauta
1201vazia, porque não tem mais moções, as únicas moções que foram apresentadas
1202nesse plenário, Secretário, está com quase 2 anos. Por quê? O novo Regimento,
1203praticamente censurou a liberdade dos Conselheiros, que apenas um Conselheiro
1204trazia no plenário, se fosse uma moção de urgência, ela era votada na reunião, se
1205não fosse voltaria 3 meses depois. Então, nós estamos propondo, realmente, que
1206acabe as 8 assinaturas e 18 dias, ninguém consegue mais mandar uma moção,
1207para o Conama. Por isso não existe, pauta vazia, não tem nada mais, para se
1208discutir, e os problemas regionais não foram trazidos para cá, para
1209encaminhamento e soluções. Então, nós temos proposta aqui e nessa proposta
1210ela inclui o quê? Só citar um caso. Inclui como representante do comitê, do Fórum
1211Nacional do Comitê de Bacias e outras instituições. A outra questão, Secretário,
1212que eu vou lhe entregar, é uma proposta também, com relação ao problema da
1213crise energética do Brasil, que está ligada à água e a floresta. Fala-se, comenta
1214que o Programa Nuclear Brasileiro vai ampliar a produção e a energia lá, em área
1215de Angra dos Reis. Nós não conhecemos, nós somos Conselheiros dos Conama,
1216alguém aqui pode dar uma informação? Ninguém. Então, nós estamos propondo
1217aqui uma reunião que o Ministério de Minas e Energia, a Comissão Nacional de
1218Energia Nuclear, e aí, além do nuclear, traga relatório para apresentar ao
1219Ministério do Meio Ambiente, aos Conselheiros do Conama, nós queremos saber
1220qual é o programa para superar o apagão da luz e o apagão da água. Vou lhe
1221entregar aqui, o Piauí e o Nordeste tem um potencial alternativo, e a energia
1222eólica, e com muita possibilidade de crescimento. Então, se nós vamos discutir
1223energia nuclear, não podemos ver as outras fontes de energia, energia solar,
1224energia eólica, tem o potencial grande na região do Piauí e outros Estados
1225brasileiros. E aqui nós vamos lhe mostrar a luta para a criação do Parque Nacional
1226da Serra Vermelha, que não foi criado até hoje, porque não houve, realmente,
1227entendimento entre o Governo do Piauí e o Ministério. Vou lhe passar isso aqui,
1228vou encerrar, mas vou... Eu vou lhe passar, porque é importante isso, que nós só
1229temos 3 meses para colocar essas colocações aqui e ler para o senhor.

1230

1231

1232**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Doutor
1233Francisco, o senhor conhece o Conama, sabe como funciona, por favor, peço que

1234o senhor trate de um assunto de cada vez, o senhor já esgotou, extrapolou
1235bastante o seu tempo, se for necessário nós conversamos com o senhor... O
1236Ministério funciona 24 horas por dia, em tempo real, se não tem moção é porque
1237não foi apresentada. Obrigado Lisiane.

1238

1239

1240**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Bom dia. Bom dia a todos. Eu até fiquei
1241bem satisfeita de ouvir algumas falas anteriores, a iniciar pela Ministra, que parece
1242que ela, meio que adivinha o que eu vou falar e tenho que ficar parabenizando ela
1243depois. Sobre a questão desse licenciamento. Eu ia trazer, justamente esse
1244problema para cá, que não é a primeira vez, eu estou agora como Mira-Serra, eu
1245estava como outras entidades ambientalistas, e fico preocupada com a falta de
1246andamento que foi data na discussão para regulamentação do Licenciamento
1247Ambiental pela Lei Complementar 140. No ano passado as entidades
1248ambientalistas, na minha pessoa, solicitaram que a Sociedade Civil Ambientalista
1249fosse incluída nesse debate. Nós não podemos ficar restritos somente no nível
1250governamental, nós temos, como entidades ambientalista, recebido inúmeras
1251denúncias, tanto dar mal licenciamento, quanto da falta de fiscalização, que foi
1252apontado aqui como um dos eixos da gestão ambiental. Então, nós enfatizamos,
1253novamente essa necessidade de incluir a Sociedade Civil Ambientalista, que é a
1254que está na ponta, que não tem interesse pessoal, nem profissional, é tudo
1255voluntário. Então, nós precisamos ter incluídos nesta pauta de discussão, não
1256deixar, somente com a Tripartite ou só com discussão entre os entes federados,
1257nós precisamos participar, realmente, porque em nenhuma fala aqui foi colocada a
1258sociedade civil, sempre o município que não sabe, o Estado que não sabe, a
1259federação faz, a federação não sabe que o município faz e a Sociedade Civil não
1260sabe de nenhum dos 3, 3 pontos. Então, é bastante preocupante, pelo nível de
1261demandas que a Sociedade Civil tem recebido. Quanto ao Ministério Público, em
1262muitas situações ele é nosso parceiro, justamente nessas questões nebulosas,
1263como foi colocado pela Eugênia, realmente o Ministério Público tem que fazer
1264frente nessas questões nebulosas. E eu vou citar algumas situações nebulosas
1265que deveriam ser pautadas dentro da regulamentação da 140, que é em relação a
1266intervenção, o manejo de fauna na intervenção em vegetação dado pelos
1267municípios. Isso está muito preocupante, porque no momento em que se faz o
1268licenciamento ambiental de um empreendimento, ou atividade com impacto
1269ambiental, se pensa somente na vegetação. O manejo, em ciam da fauna, ficou
1270excluído da Lei Complementar 140 e existem inúmeras interpretações bastante
1271equivocadas e bastante comprometedoras, para a fauna. Em cima disso também,
1272nós temos assim, a real capacidade técnica dos profissionais que estão nessas
1273instâncias municipais, para atender a demanda, nós temos inúmeras tipologias,
1274alguns Estados estão mais avançados na questão da definição das tipologias a
1275serem licenciadas e nós não sabemos quem é a equipe técnica que faz
1276Licenciamento dentro do município. Tem casos, última denúncia que eu tive agora,
1277foi do município, em plena Mata Atlântica, município com alta riqueza em
1278biodiversidade, que quem está fazendo a autorização para supressão de Mata
1279Atlântica, é um técnico de 2º grau, porque o funcionário que é licenciado,

1280 concursado, não chamaram porque não tem dinheiro. Então, é uma situação
1281 grave, esse município que eu me refiro, realmente ele está colocado como, só tem
1282 duas áreas dentro desses municípios, de alta, extremamente alta importância, da
1283 Portaria 09 de 2007, foi de conservação da biodiversidade. Isso é um exemplo dos
1284 vários que tenho. Então, e dentro agora, da Mata Atlântica, também lembrar mais
1285 uma vez a questão do mapa dos biomas, que eu tenho colocado aqui,
1286 frequentemente, que causa problemas em Estados onde nós temos 2 biomas, ou
1287 mais, e estão adotando o mapa dos biomas. Aqui eu vou fazer uma referência
1288 específica ao Rio Grande do Sul, onde nós temos um bioma, 2 biomas e muitos
1289 estão utilizando, inclusive o Ministério, em várias apresentações, utilizam o mapa
1290 dos biomas. Então, metade norte é Mata Atlântica, metade sul é Pampa, enquanto
1291 nós temos uma legislação específica, com um mapa de aplicação dessa Lei, que
1292 do mesmo IBGE de 2008. Então, eu estou pedindo encarecidamente, que parem
1293 com esse desserviço de apresentar o mapa dos biomas, porque na hora de fazer
1294 Licenciamento Ambiental, o município que está no mapa dos biomas como
1295 Pampa, ele não aplica a lei da Mata Atlântica. Então, vocês vejam o problema de
1296 um mapa e de um problema de aplicação de licenciamento, com essa defasagem
1297 de informação. Então, deixo bem registrado, novamente aqui, espero providência.
1298 Obrigada.

1299

1300

1301 (*Palmas!*).

1302

1303

1304 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.
1305 Lisiane, você chegou a conversar com o Secretário Roberto Cavalcante, no
1306 passado, sobre isso? Em algum momento, fora das reuniões, entre duas reuniões,
1307 faça um contato a secretaria executiva, que esse assunto vai ser tratado também.
1308 Há várias solicitações nesse sentido, eu gostaria de retomar essa conversa,
1309 posteriormente. Doutor Sérgio Colasso, eu acho que saiu aí, está interinamente na
1310 Secretaria, nós vamos retomar essa conversa, em função de outras demandas
1311 nesse sentido também. Obrigado. Polignano, Guaicuy.

1312

1313

1314 **SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy)** – Bom dia a todos
1315 e a todas. Marcos Polignano, Instituto Guaicuy Manoelzão, estou eleito pela
1316 representação nacional das entidades e eu queria saudar aos novos Conselheiros
1317 das entidades ambientalistas, sejam bem-vindos. Ao demais companheiros aqui
1318 do Conama. E eu queria colocar, desde a minha primeira vinda para cá, em 2013,
1319 eu tenho pautado a questão das águas aqui, insistentemente, e falo isso com toda
1320 a propriedade, porque eu usei esse palanque por diversas vezes, para alertar
1321 sobre a crise dos rios brasileiros. Não é crise de água, é crise as bacias
1322 brasileiras. Não tem água, porque não tem solo permeável, porque não tem mata,
1323 os nossos cerrados foram destruídos, a nossa Amazônia está indo na mesma
1324 intensidade, o que respalda a necessidade de que, essa agenda, Secretário, do
1325 Conama, ela não pode ser anacrônica com o que está acontecendo a nível do

1326Brasil. O Conama não está se propondo a discutir essa questão aqui dentro, não
1327temos intervenções nisso, apesar de já estarmos sendo sinalizados por todos os
1328lados, inclusive a própria Abema aqui, tanto na intervenção dela, como em vezes
1329passadas, já se disponibilizou nessa proposta de avançarmos em um projeto de
1330integração entre gestão ambiental e gestão de recursos hídricos. Eu quer aqui
1331respaldar, eu acho que nós temos que fazer, até fazendo um contraponto, eu acho
1332que a agenda do Conama está, do ponto de vista da pauta, eu já disse em outros
1333momentos, está esvaziada, não por falta de assunto, não por falta de
1334envolvimento das pessoas aqui dentro, mas eu estou entendendo que o nosso
1335mecanismo de ação não está sendo eficaz, no sentido de trazer aqui para dentro,
1336aquilo que são os nossos grandes problemas. Então, nesse sentido, eu quero
1337encaminhar, eu quero fazer propostas claras, de que eu entendo que o Conama
1338têm 2 papéis estratégicos, um que é a possibilidade de estabelecer diálogo entre
1339os parceiros. Então, eu acho que, por exemplo, a proposta de agenda proposta
1340pela Abema aqui, é uma proposta interessantíssima, nós temos que discutir sim,
1341essa integração de sistema, nós que, por exemplo, identificar um território comum
1342de ação, que seja bacia hidrográfica, nós temos que sair desse negócio de
1343comando e controle, e ir para monitoramento de qualidade ambiental, que é isso
1344que vai resolver os problemas, os rios estão morrendo, de todas as formas, apesar
1345de todo o sistema de licenciamento que nós temos. Então, ou nós refazemos isso
1346e criamos uma agenda. Então, eu acho que o Conama, como parlamento, tem que
1347criar fóruns em que esses atores possam dialogar e trazer propostas que possam
1348conduzir ao um caminho. E proponho também, que nós desloquemos um pouco
1349essas formas de encaminhamento das resoluções, por exemplo, ninguém sabe
1350quais as resoluções que estão em tramitação aqui, muitas vezes nós somos
1351surpreendidos na pauta. Então, eu acho que nós temos que reverter isso. Eu
1352proponho até que nós criamos um modelo de, tipo, o que é agenda azul? O que é
1353agenda verde? O que está sendo discutindo de resoluções e que possamos, entre
1354os segmentos aqui, nós estabelecer metas para aprovação de resoluções? Olha,
1355isso aqui é prioridade da sociedade civil, isso é prioridade do Governo, isso é
1356prioridade da Abema, e tentarmos fazer uma agenda incomum, com metas
1357definidas, se não, a minha sensação é que as pautas, nós vamos gastar uma
1358energia grande de todos nós aqui, Conselheiros, para ficarmos aqui dois dias e, ao
1359invés de produzirmos laborativamente, nós consumir esse tempo e não conseguir
1360gerar os grandes produtos que nós esperamos. Então, eu estou propondo uma
1361recomposição, até do modo de formulação, para que todas as resoluções sejam
1362de conhecimento do todos, por agenda e que possamos, entre os segmentos,
1363pactuar. Olha, vamos priorizar esse ano, essas e essas agendas, como uma forma
1364de podermos pactuar e avançar. Essa é a minha proposta e eu espero contar com
1365os demais companheiros. Obrigado.

1366

1367

1368(*Palmas!*).

1369

1370

1371 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,
1372 Polignano. Só lembrando que elas estão no site, a forma de apresentar,
1373 certamente pode ser melhorada. Aguardamos sugestões de vocês. Joaquim do
1374 nosso Conselho de Populações Tradicionais.

1375

1376

1377 **O SR. JOAQUIM (Conselho de Populações Tradicionais)** – Senhor Secretário,
1378 colegas Conselheiros. Secretário e colegas, na verdade nós estamos, nesse
1379 momento, retomando uma pauta ligada à questão da economia de floresta,
1380 inclusive fazendo uma relação muito forte com o que alguns colegas já
1381 comentaram aqui. E dentre as diversas pautas, nesse momento nós estamos
1382 retomando a agenda dos planos de manejo florestal comunitários na Amazônia,
1383 que está parado a bastante tempo e na semana atrasada tive uma reunião com a
1384 Ministra Isabela, retomando essa pauta, e tive uma conversa com o Ministro
1385 Patrucci também, que os dois Ministérios que cuidam dessa pauta. E dada a
1386 importância dessa pauta para nós, é fundamental que nós saibamos o que está
1387 rolando nas Oemas, nos Estados, o que está sendo feito, que informações nós
1388 temos, para que nós organizemos uma agenda forte na política do plano de
1389 Manejo Florestal Comunitário, especial na Amazônia, inclusive para responder
1390 uma série de demanda de política pública, e isso é fundamental, não é só o Plano
1391 de Manejo Florestal e comunitário, como o diversas políticas de florestas, porque
1392 todo mundo percebe claramente a situação em que, ultimamente nós passamos
1393 pela Amazônia e grandes enchentes, com os rios transbordando de água para
1394 todos os lado e isso há 5 anos se renova e a pequena agricultura de subsistência
1395 máxima dos grandes rios da Amazônia não se fez mais. Então, buscar o
1396 fortalecimento da economia e de floresta, é uma saída importante para que deem
1397 uma resposta positiva para essas comunidades, que não estão conseguindo fazer
1398 mais nem agricultura de subsistência em função disso. Nesse sentido, nós
1399 solicitamos que o Ministério do Meio Ambiente solicite, das Oemas, informações,
1400 relativo ao que tem de manejo florestal nos Estados, o que tem de protocolo de
1401 manejo florestal comunitário ou familiar, para que nós reunamos essas
1402 informações e tracemos uma estratégia para a Amazônia em relação a isso.
1403 Então, isso é uma reivindicação que eu gostaria de fazer aqui, no Conama e pedir
1404 para o Ministério fazer essa solicitação, para que nós, na próxima reunião de
1405 trabalho, do GT, que nós estamos reorganizando, dessa política do Plano de
1406 Manejo Florestal Comunitário, nós possamos contar com essas informações e
1407 orientar a política que estamos trabalho, de retomada dessa pauta. Está bom,
1408 Secretário? Obrigado.

1409

1410

1411 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Joaquim,
1412 queria solicitar também, se fosse possível, na sua próxima estada em Brasília,
1413 entre em contato com a Secretaria Executiva, nós vamos fazer uma reunião com
1414 você, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, das mudanças climáticas e serviço
1415 florestal brasileiro. Há algumas novidades nessa agenda, nós gostaríamos de
1416 conversar com vocês, partilhar com vocês e discutir os próximos passos. Essa

1417 agenda do Ministério, é uma agenda prioritária que nós estamos tratando,
1418 queríamos conversar com vocês. Está bom?

1419

1420

1421 **O SR. JOAQUIM (Conselho de Populações Tradicionais)** – Está ok, então.

1422 Obrigado.

1423

1424

1425 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Saint Clair.

1426

1427

1428 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministério Públicos Estaduais)** –

1429 Bom dia a todos e a todas. Obrigado Senhor Presidente. Eu nem estava me
1430 inscrevendo na fala, porque achei que nós estávamos com a pauta com bastante
1431 inscrições e acredito que seria contemplado, como de fato fui aí, na fala daqueles
1432 que me antecederam. Mas como houve essa manifestação da Frente Nacional
1433 dos Prefeitos, eu achei interessante nós fazermos alguns comentários aqui. Já se
1434 falou aqui da crise hídrica, não é? Nós estamos vivendo seca e ela foi mais
1435 relevante, porque, talvez tenha sido no sudeste, mas nós esquecemos lá na seca,
1436 do Nordeste, nós temos lá aquilo que é permanente e essa estratégia tem que
1437 estar muito bem discutida entre nós, nós temos as inundações agora, lá, no
1438 mesmo momento, no norte e aí, é a partir daí que o meu comentário começa,
1439 porque as cidades cresceram ao longo dos rios e isso não é de hoje, já é de
1440 1.500, e nós estamos, me parece, com a mesma estratégia, nós estamos aqui
1441 discutindo os nossos problemas, mas não estamos trabalhando lá, no
1442 planejamento e parece que o planejamento também começa nos municípios.
1443 Então, atribuir ao Ministério Público as falhas administrativas que são cometidas
1444 lá, no município, no Licenciamento, porque o município foi lá, imagino na Lei
1445 Complementar 140 pedir atribuições para licenciar, quem quer fazer tem que ter
1446 capacidade e competência. O mesmo nós reclama e requer dos órgãos estaduais,
1447 os mesmo reclamamos e requeremos do órgão federal de licenciamento. Então,
1448 quando o Ministério Público aparece, aparece por demanda de alguém, por
1449 demanda da sociedade, de um ato administrativo mal formulado, mal elaborado e
1450 nós ouvimos aqui, dizer que os órgãos licenciadores, em alguns lugares, estão
1451 deficientes, não estão conseguindo cumprir as suas tarefas. O mesmo digo do
1452 Estado do Paraná, que há 20 anos não faz concurso para o seu órgão licenciador.
1453 Pergunto aos senhores, o licenciamento no Paraná, vai bem ou vai mal, só com
1454 essa frase? É óbvio que o licenciamento, lá também, não vai bem. Então, nós já
1455 discutimos isso aqui, não é de hoje, também já foi falado aqui, também já falei isso
1456 aqui, nesse plenário, nessas mesmas condições, mas atribuir responsabilidade ao
1457 Ministério Público, por deficiência de um órgão administrativo. É óbvio que não é
1458 este o caminho, estamos ao lado dos senhores, Prefeitos municipais, dos
1459 representantes de licenciamento dos órgão municipais ou Estadual, para que isto
1460 tome o seu verdadeiro rumo, mas imagino que não é. Agradeço a Lisiane também,
1461 as suas palavras, mas isso não é culpa do Ministério Público, eu acredito que os
1462 órgãos da administração pública a tem que ter amis responsabilidade.

1463

1464

1465(Palmas)

1466

1467

1468**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado.

1469Zilda.

1470

1471

1472**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Zilda Veloso. Obrigado

1473Secretário. Zilda Veloso, representante do Ministério no Conama. Eu vou ser

1474breve. Queria desejar boas-vindas aos colegas que hoje tomaram posse. Eu já

1475estive nessa tribuna para dar informe sobre o andamento da política de resíduos

1476sólidos, queria dizer aqueles que, porventura não acompanharam, que na sexta-

1477feira passada foi publicado o acordo setorial de lâmpadas, que foi assinado pela

1478senhora Ministra e pelo setor da indústria e comércio, no final do ano passado,

1479prosseguem as negociações de embalagens em geral, medicamentos,

1480eletroeletrônicos. E queria dizer que, conforme o que a Ministra falou, esta foi uma

1481política, em que pese não ter sido publicada, exatamente o texto, discutida por 3

1482anos nesse Conselho, de 96 a 99, nós tivemos várias etapas, naturalmente o que

1483foi aprovado pelo Congresso é um pouco distinto, mas isso fez com que esse

1484Conselho antecipasse algumas ações previstas na política e publicasse

1485resoluções do Conama, sobre pneus, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e

1486embalagens de agrotóxico. As informações pertinentes ao texto do acordo e aos

1487documentos que o complementam, estão na página do Ministério para consulta.

1488Obrigado, Secretário.

1489

1490

1491(*Palmas!*).

1492

1493

1494**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Jacqueline.

1495Vamos encerrar a tribuna livre.

1496

1497

1498**A SRª JACQUELINE VIEIRA DA SILVA (Governo de Goiás)** – Bom dia

1499conselheiros, conselheiras. Saldo aqui, os colegas que chegaram recentemente e

1500também gostaria de saudar o movimento aqui, Mais Cerrado, da Chapada dos

1501Veadeiros, em prol do APA, do Pouso Alto. Eu trago só um esclarecimento, do

1502Governo do Estado de Goiás, da Secretaria de Meio Ambiente, essa APA foi

1503criada em 2001, e desde 2001 ela está sem o seu plano de manejo. Então, nós

1504estamos, elaboramos, o plano de manejo foi elaborado por uma consultoria e nós

1505já tivemos 7 reuniões do Conselho Consultivo. Então, eu trago aqui o nosso apoio,

1506ao movimento, nós conversamos com o movimento, entendemos que todo

1507movimento pró ambiente, pró água, pró cerrado, deve ter, por parte dos governos

1508já a atenção necessária, para que nós possamos aumentar, elevar a pauta pró

1509meio ambiente em nosso país, haja visto todas as colocações que já foram
1510trazidas aqui e, da necessidade de que esse Conselho, de que os governos e de
1511que as secretarias de meio ambiente, realmente tenham um posicionamento pró
1512ambiente, pró água e, no nosso caso, pró cerrado. Então, nós estamos
1513conversando com o movimento e acreditamos que é preciso mesmo, elevar a
1514pauta do meio ambiente, elevar a pauta da água, haja visto que acabou água no
1515Estado, no nosso País e nós não tivemos nenhum movimento pró água nas ruas
1516de São Paulo. Então, isso é grave, isso é muito grave. Então, nós estamos aqui,
1517apoando esse movimento e também discutindo com todos os segmentos que
1518compõem a APA, que não são só o movimento ambiental, nós temos os
1519produtores no local, para que nós criemos um consenso no plano de manejo.
1520Quanto mais adia, mais complicada fica a situação ambiental daquela região.
1521Então, nós somos favoráveis a esse movimento e que venham outros, em prol do
1522meio ambiente e da água, em nosso País. Obrigada.

1523

1524

1525(*Palmas!*)

1526

1527

1528**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom
1529pessoal, nós estamos com um problema aqui, tem algumas inscrições que haviam
1530sido feitas, mas não foram registradas pela mesa, mas nós temos que liberar aqui,
1531o Presidente do Ibama, para um informe rápido, eu vou pedir para ele falar
1532primeiro, depois nós retomamos as intervenções da tribuna livre, que faltam.
1533Obrigado.

1534

1535

1536**O SR. VOLNEY ZANARD JUNIOR (Presidente do Ibama)** – Obrigada Senhor
1537Presidente. Queria saudar as senhoras e os senhores Conselheiros,
1538particularmente queria cumprimentar o Doutor Hélio Gurgel, que deixa agora a
1539Presidência da Abema e que tanto contribuiu para esse trabalho, de
1540aprimoramento da Política Nacional de Meio Ambiente. E saudar também, a
1541chegada do Doutor Eugênio aí, na Presidência da Abema, que, com certeza
1542muitos desses pontos que foram apontados pela Ministra Izabella e também pelo
1543próprio doutor Eugênio, são totalmente convergentes. Dentro dessa perspectiva,
1544fundamentalmente, que a própria Ministra Isabela trouxe hoje, de toda essa
1545necessidade de um olhar para a questão das resoluções, das próprias ambientais,
1546visa, visa a aprovação da Lei Complementar 140, eu gostaria de fazer algumas
1547observações aqui, dentro da ótica de como o Ibama está se reposicionando, muito
1548rapidamente. Um primeiro aspecto que eu queria chamar a atenção, é justamente
1549com o que diz respeito algumas, as resoluções que tem a ver com a gestão de
1550fauna. Até porque, nós não podemos simplesmente olhar para as resoluções, para
1551as normativas e, isoladas de uma visão do modelo de gestão dos papéis, de como
1552se faz processo de articulação, e de coordenação, e das diferentes instrumentos
1553que nós temos para implementação da política. Então, quando nós vemos a
1554questão da fauna, após a Lei 140, uma das primeiras questões que o Ibama fez

1555foi, justamente colocar na mesa a assinatura de alguns acordos de cooperação,
1556nós assinamos acordo de cooperação com 26 entes da Federação aí, 25 Estados
1557mais o Distrito Federal, falta só um Estado assinar o acordo de fauna, onde ali
1558está previsto um compartilhamento dos sistemas de informação, a questão de
1559capacidade e, vamos dizer assim, todo um processo de planejamento, para essa
1560transição que, muitas vezes entra uma lei em um dia, no outro dia todo mundo tem
1561que estar pronto para entregar o serviço para a sociedade. Não é assim. Então, os
1562acordos de cooperação nasceram dentro dessa perspectiva, e o Ibama, dentro
1563desse processo, nós temos feitos aí, melhorias no sistema de fauna, que está
1564tendo recadastramento em todo o País e nós estamos integrando também o
1565sistema de São Paulo. O Sispas que passa com uma série de melhorias agora,
1566deverá ter mais uns 6 meses ainda, de aprimoramento, que incorporará, entre
1567outras coisas, as demandas dos Estados, da integração com as taxas de, vamos
1568dizer assim, dos serviços prestados pelos Estados, na questão da autorização dos
1569criadores de pássaros. E por fim, eu queria chamar ainda, na questão de fauna,
1570todo esse processo que, vamos dizer assim, que se origina a partir da discussão,
1571da edição da lista PET. E aí eu queria deixar muito claro, que o Ibama, sobre o
1572aspecto técnico, ele concluiu esse trabalho já no ano passado, nós víamos que,
1573como isso estava dentro de um marco federal, além da discussão dessa resolução
1574que trata da própria lista, há a necessidade, no mínimo a edição de mais duas
1575outras resoluções, uma que diz, vamos dizer assim, em relação com a questão da
1576marcação dos animais, quer dizer, nós temos que ter um padrão único de
1577marcação no País, não podemos ter um padrão em cada Estado, o que isso
1578impede, vamos dizer assim, uma integração de controle, vocês vem como nós
1579temos intensificado a necessidade do controle do tráfico de animais no País. E por
1580outro lado, também há a necessidade, nós temos uma clareza sobre a categoria
1581de criadouros, que nós não podemos ter criadouros de diferentes categorias e isso
1582cria uma dificuldade muito grande depois, de fazer o gerenciamento. Então, nós
1583visa a visa essa avaliação da questão de fauna e as atribuições que a Lei
1584Complementar 140 definiu, nós estamos encaminhando ao Conama, então, essas
15853 propostas de resolução, nós pedimos uma modificação da resolução que trata
1586da lista PET, uma vez que nós entendemos, que como ela é de 2007, anterior a lei
1587Complementar 140, nós não teríamos essa capacidade de fazer toda essa edição
1588normativa vinculando os Estados, uma vez que essa agenda hoje, de autorização
1589de criadouros, finalmente é responsabilidade dos Estados. Então, o primeiro
1590aspecto é esse, quer dizer, que o Ibama vai continuar, dentro do compromisso dos
1591acordos de cooperação, desenvolvendo agenda dos sistemas, desenvolvendo
1592agenda de capacitação, mas nós estamos encaminhando a casa essa discussão,
1593que assumindo que seja o mesmo modelo, em que essas 3 resolução, no mínimo,
1594seriam necessárias para poder rodar esse processo todo, não é, simplesmente
1595uma discussão da lista, famosa PET, mas é uma questão de como nós fazemos
1596toda essa pactuação da construção das outras ferramentas, que deverão ser
1597integradas dentro de uma lógica nacional de gestão de fauna. Então, eu queria
1598primeiro chamar a atenção disso. Queria só aproveitar, Presidente, fazer um
1599rápido informe também, nas questões relacionadas a flora, na própria reunião o
1600Secretário de Meio Ambiente, com a Ministra Isabela, houve uma certa demanda

1601de algumas melhorias, que estavam sendo implementadas em relação ao DOF.
1602Eu queria só deixar claro que, essas medidas estão sendo implementadas, já a
1603partir de segunda-feira, nós devemos ter aí, entre segunda-feira e a metade de
1604abril, a disponibilidade, primeiro em caráter experimental e já em seguida para uso
1605pelos Estados, de aprimoramentos no cadastro de autorização e de exploração,
1606que são as 'altex'. Também, um módulo de vinculação de responsáveis
1607operacionais em empreendimentos, que isso tem muita importância aí, para poder
1608facilitar o processo de uso da certificação digital, e também o que foi chamado aí,
1609de autorização especial e DOF especial, que são aquelas situações muito
1610pequenas, que, muitas vezes nós temos que fazer uma grande burocracia para
1611resolver o problema de pegar um pedaço de tronco velho de um Estado e passar
1612para outro Estado. Então, esse tipo de coisa precisa de aprimoramentos e como
1613nós tínhamos nos comprometido, isso foi já, está sendo informado para todos os
1614secretários de meio ambiente. Também, queria chamar a atenção, que nós
1615também estaremos encaminhando, estamos encaminhando, junto com o Serviço
1616Florestal Brasileiro, uma revisão da Instrução Normativa 411, que trata de
1617terminologias, relacionadas ao processo do DOF e isso aí, o setor, foi tratado no
1618Comitê de Sistemas do DOF, o setor empresarial, vários atores dos Estados, da
1619sociedade, participaram dessa discussão e deve estar chegando ao Conama
1620também. Então, seriam já 4 resoluções, minutas de resoluções que nós
1621estariamos encaminhando, para que sejam avaliadas sobre a sua necessidade. E
1622também chamar a atenção, que nós estaremos, agora, nós estamos em fase final
1623de homologação do que nós chamamos de Sinaflor, que é, vamos dizer assim, é
1624um aprimoramento do sistema DOF onde nós iremos incorporar essas
1625autorizações, a questão de exploração, dos planos de manejo, quer dizer, a fonte,
1626quais são os créditos que vão para dentro do documento de origem florestal, isso
1627vai começar a ser integrado e podemos disponibilizar para os Estados. Então, um
1628sistema que vai organizar esse processo de autorização, de supressão vegetal, de
1629exploração vegetal, dos planos de manejo, o que vai permitir uma rastreabilidade
1630de toda a cadeia, de uma forma muito clara, transparente e verificável, em todos
1631os níveis. Então, esse processo, são processos, que estão, vão se concluir nesse
1632primeiro semestre, nós, até agosto pretendemos ter implementado já, essas
1633ferramentas, sob essa lógica, de compartilhamento, de coordenação e de
1634cooperação. E por último, só para chamar a atenção, uma das questões
1635fundamentais que o Ibama tem procurado, também trabalhar, é o fortalecimento
1636dos instrumentos financeiros, que estão previstos na política nacional de meio
1637ambiente. Para vocês terem uma ideia, entre 2011 e 2014, entre destinação e
1638repasso, de compensação ambiental, nós passamos de 13 milhões para 130
1639milhões de reais. Então, em 2011, nós estávamos na parte, taxas de controle e
1640fiscalização ambiental, recomendando 141, passamos a arrecadar em 2014, 222,
1641mas o mais interessante, que o repasse para os Estados em 2011 era 2.5 milhões
1642e em 2014 passou a 64 milhões, multiplicando por 26 vezes esse repasse, que um
1643repasso que vai, entra diretamente no sistema de fiscalização e que devem ser
1644aplicados no sistema de fiscalização, porque essa é uma das questões que nós
1645temos um grande desafio pela frente, essa organização de um sistema nacional
1646de fiscalização, várias questões aqui perpassaram essa necessidade e nós

1647víamos aí que, de um Estado, em 2011, hoje já são 13 Estados, e nós vemos que,
1648a questão dos município passam por aí, vários dos Estados repassam para os
1649município uma parte desse recursos, porque os sistemas estaduais de meio
1650ambiente não são loucos, eles tem os municípios dentro e cabe ao Governo
1651Federal fazer uma relação direta com os municípios. Nós achamos fundamental
1652esse processo de coordenação e de, vamos dizer assim, de uma visão sistêmica,
1653como está previsto na própria legislação. E na questão da compensação, só para
1654falar também, um pouco disso, quer dizer, foram 10, 6 milhões em 2011, 460 mil
1655foram repassados para os Estados. Em 2014 passamos para 487 milhões,
1656multiplicamos por 46 vezes a quantidade de destinação e recurso de
1657compensação ambiental. E desses aí, 65 milhões, quase 66 foram destinados aos
1658sistemas estaduais de unidade de conservação. Então, eu acho que essa
1659discussão, de cooperação, articulação, a visão dos sistemas, uma perspectiva de
1660produtividade e de sustentação financeira do sistema, ela é fundamental, e eu
1661acho que nós temos aí, um ambiente muito propício nos próximos meses e anos,
1662para aprimorar esse processo e incorporar mais 14 Estados dentro desse
1663processo da taxa de controle e fiscalização ambiental, porque com isso nós vamos
1664criar bases de dados, nós vamos conseguir informações sobre atividades
1665poluidoras, que são fundamentais para subsidiar essa discussão do processo de
1666planejamento, de integração da dimensão da qualidade ambiental, dentro de uma
1667perspectiva do desenvolvimento do País. Então, eu queria só, Presidente, concluir
1668dizendo, então, de como o Ibama procura a se adequar a esse novo desafio da Lei
1669Complementar 140, e da necessidade, e do, que essa casa precisa suprir, decidir,
1670deliberar, normatizar questões que tem a ver com o sistema como um todo, várias
1671atribuições que antes eram eminentemente federais, hoje são atribuições que são
1672compartilhadas e que precisam ser articuladas com uma visão eficiente e eficaz da
1673gestão ambiental. Obrigado

1674

1675

1676(*Palmas!*).

1677

1678

1679**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado
1680pela intervenção do Presidente do Ibam. Ficaram pendentes aqui as falas da
1681tribuna livre, peço só que sejam mais rápido possível, em função de nós termos
1682uma apresentação ainda, antes da hora do almoço sobre a COP Paris, em função
1683do nosso expositor, o Secretário Interino Adriano de Oliveira ter que viajar na hora
1684do almoço. Tadeu.

1685

1686

1687**O SR. TADEU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Antes de
1688fazer algumas colocações, um apelo à Abema, ao Spengler, na questão das
1689térmicas a carvão que sempre foram esquecidas, e que poluem o meio ambiente
1690desse País, principalmente do Sul do País, sem um monitoramento claro e
1691objetivo. Fazer uma colocação, Secretário, sobre a questão Veneia, que
1692infelizmente não foi realizada no final do ano passado. E que nós vamos

1693reapresentar a proposta para que seja realizado este ano. Um segundo ponto é
1694uma intensificação em relação à discussão dos resíduos sólidos, em relação à
1695logística reversa, em relação à desoneração fiscal de empresas que têm que ser
1696motivadas a buscar o material que está jogado na natureza, nos lixões, e essa
1697tributação desse produto está inviabilizando indústrias de grande potencial no
1698Sul de Santa Catarina, especialmente na questão de isopor. Existe um estudo da
1699LSA, existe uma proposta, uma PEC no Congresso Nacional, propondo essa.
1700Desoneração. Que seria um incentivo ao recolhimento desse material. Por final eu
1701quero fazer dois registros de perda de dois ambientalistas brasileiros, históricos,
1702que foi a Carolina Herman, que morreu, uma arquiteta num acidente trágico no Rio
1703Grande do Sul, era integrantes dos Amigos da Terra, 34 anos. E do professor,
1704Doutor, Doutor mesmo de fato, Arsenio Oswaldo Sevá, que nos deixou
1705recentemente, um ambientalista que sempre lutou também pelas... Quantas
1706térmicas a carvão do Sul de Santa Catarina, e infelizmente o Brasil perde um
1707grande nome da área ambiental. Era isso.

1708

1709

1710(*Palmas!*).

1711

1712

1713**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,
1714Tadeu. Bocuhy.

1715

1716

1717**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Bom dia a todo.
1718Secretário, desculpe a insistência, sei que meu nome não estava na lista, mas eu
1719me inscrevi, serei muito rápido.

1720

1721

1722**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Só
1723esclarecer, eu peço para todos os Conselheiros novos e antigos, essa questão da
1724tribuna livre ela come o tempo de uma outra série de atividades. Então, o
1725procedimento vocês sabe qual é, informe à mesa. Então, para o futuro atentem em
1726para isso, nós não temos problema nenhum que todos se manifestem, todos têm
1727igual direito a palavra, mas o tempo da reunião vai se consumindo e eu peço para
1728que sejam o mais objetivos possível. Obrigado.

1729

1730

1731**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Eu fiz inscrição em
1732tempo, infelizmente não chegou à mesa. A primeira questão, Secretário, é a nossa
1733discussão sobre revisão dos padrões de qualidade do ar que estão pendentes no
1734Brasil há 25 anos, eu pretendo trazer um bolo aqui de material particulado para
1735comemorarmos os 25 anos da falta de revisão dos padrões de qualidade do ar no
1736Brasil, de acordo com o melhor, com os conhecimentos científicos e etc.
1737Conversei com a Doutora Leticia e ela me informou que nós daremos andamento
1738com um seminário ainda realizado nesse semestre e é nesse sentido que eu peço

1739à Secretaria-Executiva, à ministra também o empenho para que consigamos
1740avançar na melhor metodologia, que nos dê segurança com relação à metas,
1741prazos de implementação, porque sem isso não avançamos e a morbidade hoje
1742no Estado de São Paulo é de 17.000 pessoas por ano, em função de poluição
1743atmosférica. Quer dizer, ou damos conta desses grandes desafios, ou ficamos
1744discutindo sem ter muita clareza das prioridades que nós temos em termos de
1745segurança, a vulnerabilidade da nossa população. A segunda questão é o que foi
1746solicitada por nós com relação a um plano, a apresentação do Plano Nacional de
1747Segurança Hídrica que já foi objeto de estudo por parte do Ministério, e nós
1748gostaríamos que o Conama fizesse essa discussão pública, e eu tenho elementos
1749de sobra para reforçar essa solicitação, como, por exemplo, a falência do Sistema
1750Cantareira em São Paulo, que era o maior sistema e ele entra em colapso de 4
1751anos para cá, e hoje nós temos como o maior sistema o Sistema Garapiranga, da
1752Zona Sul de São Paulo, mas que se alimenta das águas da *Billings* que são
1753bombeadas pelo canal do Rio Pinheiros. Então, aí os senhores têm uma dimensão
1754que a crise hídrica traz um grande desafio com relação à qualidade de água, e se
1755nós não damos conta da crise hídrica nós vamos causar aí problemas sérios de
1756saúde pública, ou vamos ter que gastar muito dinheiro para tratar essa água. O
1757terceiro ponto, o que foi abandonado, foi sobrestado, inclusive pela Senhora
1758Ministra, que é a discussão de indicadores de capacidade de suporte para as
1759regiões metropolitanas. Nós vivemos na fase das metrópoles, o pessoal da
1760Anamma, o pessoal da Abema tem que priorizar também essa questão, nós não
1761estamos mais vivendo numa situação em que Municípios podem licenciar
1762sozinhos, que você tenha uma capacidade de concorrência, os entes federados,
1763como que se faz em região metropolitana, onde você tem sinergia, cumulatividade
1764e etc., tem que ter indicadores e isso é possível fazer, nós avançamos bastante no
1765Conama, quando chegou no momento de avaliar quais os indicadores ambientais,
1766urbanos, sociais de saúde que eram aplicados nas diversas regiões brasileira, o
1767processo parou. Então, basta continuar o processo que chegamos a um bom
1768resultado em termos de uma metodologia mínima que faz falta ao gestor público, e
1769eu diria aos senhores até mesmo os planos diretores não têm um conteúdo
1770mínimo para sua elaboração ambiental. Isso é um problema muito grande para
1771nós. A terceira questão é sobre o Licenciamento Ambiental, que foi colocado nos
1772braços da Abema, muito bem colocado e, da Anamma também, mas eu lembro
1773aqui da necessidade de atendermos aos princípios da gestão participativa, da
1774democracia, portanto da participação da sociedade, que deve estar nesse
1775processo, inclusive nas unidades de conservação, que devem ter uma gestão
1776compartilhada, como a Neidinha tem defendido. Então, essa questão do
1777licenciamento ambiental numa fase nossa, que é a fase do antropoceno, quer
1778dizer, a extensão das atividades urbanas altera significativamente os processos
1779vitais do planeta, é necessário que você considere um Licenciamento Ambiental
1780que dê conta da realidade biofísica, bioquímica, e da vulnerabilidade das nossas
1781populações. Não se trata de uma questão apenas de competência, de rito, de
1782atores, de papel, de burocracia, mas de uma leitura real, ecossistêmica, da nossa
1783realidade, e da implementação de um modelo que dê conta desse processo.
1784Então, nós estamos muitas vezes nos esquecendo da própria realidade

1785ecossistêmica, em função de uma necessidade e de uma adequação à
1786normatização e as competências dos entes federados. Então, sem perder de vista
1787as questões de essência e de democracia e gestão participativa. Muito obrigado.

1788

1789

1790(*Palmas!*).

1791

1792

1793**O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (SNE)** – Bom dia a todos.

1794Senhor Presidente, Boisbaidram Imperiano, Sociedade Nordestina de Ecologia.

1795Senhor Presidente, eu trago aqui, aproveitando já a fala do Bocuhy, e a solicitação

1796da Senhora Ministra sobre a questão do Licenciamento, faça uma solicitação à

1797mesa para que na próxima reunião a mesa se puder nos trazer informes sobre os

1798Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o Licenciamento

1799Ambiental, são 11 Projetos de Lei que estão tramitando no Congresso Nacional, e

1800pela última notícia que eu tive todos estão apensados ao Projeto de Lei

18013729/2004. E o mais recente é o Projeto de Lei 8062/2014 de autoria do Deputado

1802Alceu Moreira. Então, são 12 Projetos de Lei tramitando no Congresso Nacional,

1803sobre Licenciamento Ambiental. Então, a Abema e a Anamma que foram

1804atribuídos acho que formalmente aqui a essa competência para trazer os informes

1805e a questão sobre isso, eu acho que é interessante nós, esse Conselho pensar e

1806verificar o que está acontecendo no Congresso Nacional. Uma vez que essa

1807regulamentação, a nível de lei vai provavelmente destoar do que está sendo

1808discutido aqui dentro do Conselho Nacional. É essa minha solicitação. E eu

1809agradeço. Muito obrigado.

1810

1811

1812(*Palmas!*).

1813

1814

1815**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – obrigado.

1816Eu queria convidar então, no contexto, em unção das dificuldades que nós temos

1817de programação dos nossos convidados, que o Adriano faça a exposição sobre a

1818COP Paris antes, para que possamos informar a vocês, e abrir possivelmente uma

1819discussão para ao longo desse ano para trabalharmos melhor a questão de clima

1820aqui no Conama. Obrigado.

1821

1822

1823**O SR. ADRIANO SANTIAGO DE OLIVEIRA (SMCQ)** – Muito obrigado

1824Secretário Gaetani, Adriana. Eu gostaria de desejar boa tarde todos e saudar a

1825todos os Conselheiro do Conama, estendendo com isso as minhas saudações a

1826todas as autoridades aqui presentes e colegas. O ano de 2015 é um ano

1827importantíssimo para a Convenção Sobre Mudanças do Clima, porque ele vai

1828definir os próximos rumos do que se chama o pós 2020, mas antes de chegar na

1829Conferência de Paris, que é a próxima conferência agora, no final de novembro,

1830início de dezembro, nós temos que fazer uma escala bastante rapidíssima, mas

1831importante, numa conferência que aconteceu na África do Sul em 2011. Eu faço
1832referência a ela porque naquela ocasião a Ministra Isabela apresentou, como
1833chefe da delegação do Governo Brasileiro, a proposta e informou a Convenção de
1834que o Brasil estaria preparado para assumir um compromisso legalmente
1835vinculante no âmbito da Convenção. E isso ajudou a destravar a negociação
1836naquela época, com esse anúncio no seu discurso oficial e nas negociações que
1837ocorreram posteriormente a esse anúncio. E isso ajudou para que naquela
1838ocasião se chegasse a uma decisão de que para o período pós 2020 nós teríamos
1839um acordo a ser negociado até o final desse ano, então, estamos falando da
1840Conferência de Paris, portanto, nós teríamos esse acordo sendo considerado no
1841final do ano para entrar em vigor depois de 2020. Como existiria essa lacuna entre
18422015 e 2020, também foi importante considerar o que se chama agora
1843convencionalmente falando o período pré 2020. Então, hoje a discussão no âmbito
1844da convenção se distribui nesses dois trilhos, o pré 2020 e o pós 2020. Sobre o
1845pós 2020 nós teremos que chegar em Paris a um acordo que resulte ou em um
1846novo protocolo, ou em um instrumento legal, ou em um resultado com força legal.
1847Essa linguagem diplomática que foi captada na decisão de Durban, da África do
1848Sul. Mas o que estamos falando, dessas três modalidades é chegarmos em um
1849acordo em 2015 para o período pós 2020. Na conferência passada, que
1850aconteceu no Peru, em Lima, nós tivemos uma certa luz em relação ao que se
1851convencionou chamar as pretendidas contribuições nacionalmente determinadas.
1852O que é isso? São as ações que os países vão apresentar para o período pós
18532020. E na COP de Lima, na COP passada se com definiu que essa contribuições
1854nacionalmente determinadas deverão ser apresentadas até o dia 1º de outubro
1855desse ano. Vocês ouvirão muito, ao longo desses próximos meses, sobre um
1856possível atraso na entrega das chamadas INDCs, essas contribuições
1857nacionalmente determinadas, por parte de alguns Países, o que não será verdade
1858porque a decisão que a conferência de Lima prega é que aqueles Países que
1859tiverem condições de fazê-lo devem apresentar as suas contribuições até o final
1860de março desse ano, mas o prazo que todos os Países têm é até outubro. E o
1861Governo Brasileiro não vai por causa da pressa, ou por causa de pressões, fazer
1862uma coisa mal feita e sem diálogo, nós queremos estabelecer o diálogo para a
1863sociedade, para apresentar ações que realmente vão contribuir para mitigar a
1864mudança do clima. Por isso o Governo Brasileiro já na COP de Varsóvia, em
18652013, foi quem levou proposta de que a sociedade deveria ser consultada na
1866construção dessas chamadas INDCs. E o Brasil fez isso a partir do ano de 2014,
1867liderado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty fez durante o ano de
18682014 uma série de consultas eletrônicas, e eu espero que os conselheiros, as
1869pessoas aqui tenham participado dessa consulta, ela ficou aberta durante muito
1870tempo ano passado, aconteceram reuniões presenciais para discutir a formação
1871das contribuições brasileira e agora o Itamaraty estará fechando um relatório, a
1872ser tornado público no mês de abril com o balanço dessas discussões tanto
1873eletrônicas como presenciais. E isso vai ajudar, vai servir como base para a
1874formação da proposta do Brasil para a COP de Paris. Aí até agora, para
1875informações dos senhores, apenas dois Países apresentaram suas Contribuições
1876Nacionalmente Determinadas, a Suíça que tem uma contribuição muito pequena

1877em termos de emissões, e a União Europeia. Sobre o período pré 2020 que
1878também nos interessa muito, que lida com esse intervalo de redução de emissões,
1879até chegarmos ao período pós 2020. Para o Pré 2020 o Brasil chega na
1880conferência de Paris com a sua melhor oferta de mitigação, vocês vão lembrar que
1881na COP de Copenhague, em 2009, após a ocorrência da conferência o Brasil
1882comunicou as suas chamadas Namas, a sua, as suas Ações de Mitigação
1883Nacionalmente apropriadas, e o País hoje tem 9 planos setoriais, nós temos cinco
1884comunicados a Convenção, na área de energia, na área de agricultura, o combate
1885ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado, e o estímulo à produção de carvão
1886vegetal. Essas foram informadas à Convenção para o Mudança do Clima. Fizemos
1887adicionalmente mais 4 planos setoriais, anunciados pela Presidente Dilma no ano
1888de 2013, contemplado as áreas de, transporte de carga e transporte pessoal, de
1889pessoas, mobilidade, o plano de saúde, que é mais voltado para adaptação,
1890mudamos do clima, como lidar com seus impactos, e finalmente o plano de
1891indústria e o plano de mineração. Então o Brasil está coberto com vários planos
1892para período pré 2020, planos que vão andando bem. Para essa questão do pré
18932020 o que nós temos visto comparando com os resultados alcançados por outros
1894Países, é que o Brasil tem sido o País com as condições de entregar a maior
1895redução de emissão de gás de efeito estufa nos últimos anos, muito em função da
1896queda do desmatamento na Amazônia. A título de comparação, a União Europeia
1897está prometendo nessa contribuição anunciada no início desse mês, uma redução
1898de 40% das suas emissões de gás de efeito estufa até o ano de 2030, com base
1899em 1990. Os Estados Unido, ainda não anunciaram formalmente, mas tudo indica
1900que eles anunciarão o compromisso de redução, entre 26 e 28%, até 2025, com
1901base do ano de 2005. Então, estamos falando de 26 a 28% em 2030, com base
1902em 2005. Se nós pegarmos os dados de emissão do Brasil em 2012, nós já fomos
1903capazes, de novo, muito em função da queda do desmatamento na Amazônia,
1904alcançarmos uma redução emissões de 41% em relação a 2005. Então, o que nós
1905já alcançamos de fato é muito maior do que provavelmente os Estados Unidos
1906oferecerão como contribuição Nacionalmente Determinada. Para os outros
1907setores, eu mencionei, nós temos várias ações, e é importante trazer essa gama
1908de setores em que o Brasil vem trabalhando as suas ações de mitigação de gás
1909de efeito estufa, porque eu repito o que a Ministra sempre fala, o próprio
1910Secretário Gaetani, é importante para isso Conselho principalmente aqui, a
1911Convenção de Mudanças do Clima não é uma convenção de caráter unicamente
1912ambiental, é uma convenção de desenvolvimento maior, mas nós estamos falando
1913de competitividade. Esse anúncio da União Europeia de 40% de redução em
1914relação a 1990, eles estão colocando a sua redução com base no ano em que
1915dentro da série histórica de 90/2012, é o ano de pico de emissões deles, foi o
1916maior ano de emissões. Então, a redução é em cima disso. Então, não é um jogo
1917de inocentes, nós estamos falando de coisas sérias, de competitividade, mas o
1918Brasil como eu mencionei anteriormente, Já na COP de Durban apresentou uma
1919proposta de ser um País que aceitava um compromisso legalmente vinculante.
1920Para a construção da proposta para Paris, o que nós temos notado é que existe
1921hoje uma polarização muito grande na negociação entre aqueles países que
1922defendem a manutenção do *statuscore*, ou seja, nós temos o mundo ainda de

1923países do anexo 1, que são aqueles países desenvolvidos do leste Europeu, com
1924compromissos quantificados de redução e limitação de emissões, e os países não
1925anexo I, os países em desenvolvimento, onde o Brasil se localiza hoje, e aqueles
1926que defendem uma revolução total no princípio de responsabilidades comuns,
1927porém, diferenciadas, que é o princípio basilar da Convenção, e o Brasil continua
1928defendendo o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. No
1929entanto, e aí o Brasil na Conferência de Mudança do Clima sempre tem um papel
1930de sempre buscar o caminho do meio, fez uma proposta, e na conferência nós não
1931temos propostas específicas sendo analisadas, os países apresentam e falam no
1932momento em que as Plenárias aparecem, mas na COP de Lima, por essa
1933tentativa de trazer um consenso para essa questão da diferenciação de países, a
1934própria Presidência Peruana da Conferência convidou o Brasil fazer uma
1935exposição sobre a proposta de diferenciação. Então, nós estamos vendo que essa
1936proposta de diferenciação está sendo bastante bem aceita. O que não reflete o
1937que algumas organizações não governamentais fizeram de serviço na Conferência
1938de Lima, de dizer que a proposta brasileira não tinha sido contemplada na decisão
1939final. A possibilidade de modalidade ainda está lá, agora eu gostaria de destacar
1940aqui que existem algumas organizações que fizeram um trabalho que dificultou a
1941nossa negociação em Lima, mas por outro lado nós temos organização não
1942governamentais, muito importantes, que nos dão subsídios importantes, e nós
1943continuamos pedindo que a sociedade aqui representada não estrague esses
1944subsídios, mas é importante dizer que existiram movimentos que atrapalharam a
1945negociação. Esse foi um deles, de dizer que a proposta brasileira não teria sido
1946contemplada. E o outro foi de dizer na Conferência de Lima que o desmatamento
1947no Brasil havia aumentado, isso foi parar na boca do negociador chefe dos
1948Estados Unidos, dizendo que o desmatamento do Brasil tinha aumentado, o Vice
1949Ministro Chileno foi para a televisão e disse isso, quando na verdade 2013 e 2014
1950o desmatamento tinha caído, nos últimos 4 anos o desmatamento na Amazônia foi
1951o menor de toda a série histórica desde 1988. Mas tudo isso para dizer que nós
1952temos esse esforço grande, e a proposta que o Brasil leva para Paris, de
1953diferenciação, é tenho de que tenhamos uma diferenciação que estamos
1954chamando de diferenciação concêntrica. Então, nós teremos vários círculos de
1955responsabilidades, onde no centro estariam os países com compromisso de
1956redução absoluta, nós estaríamos falando dos países do anexo I, os países
1957envolvidos que têm compromisso hoje com redução absoluta, e nós poderíamos
1958abrir círculos voluntários para os países apresentarem outros tipos de
1959compromissos, que poderiam ser redução de intensidade de emissão por PIB,
1960emissão per capita, o que o Brasil já fez depois da COP de Copenhague,
1961apresentar ações de mitigação nacionalmente apropriadas. Enfim, cada País se
1962localizaria dentro de um círculo, dentro desses círculos concêntricos. O que
1963acontece, é que nós temos defendido é que nesses círculos concêntricos não
1964exista o movimento centrífugo, o País que está em determinado círculo não pode
1965voltar para um círculo mais para fora, é sempre procurando um nível de ambição
1966maior no movimento se for para dentro, para assumirmos cada vez mais
1967compromissos mais fortes. E a proposta que o Brasil leva é de que nós tenhamos
1968a cada 5 anos uma avaliação do que se apresentou como pretendida contribuição

1969nacionalmente determinada, essa contribuição que foi apresentada como
1970pretendida depois de 5 anos, vira contribuição efetiva, e nesse novo período de 5
1971anos os países poderiam apresentar novas contribuições, novas ofertas que
1972seriam pretendidas e depois de 5 anos elas viram compromissos efetivos. Enfim,
1973eu acho, dado o tempo aqui, não é Secretário: Aí eu não sei aqui do
1974funcionamento do Conama se existe alguma reação, algum debate. Mas eu acho
1975que a mensagem principal que nós temos nesse tempo curto antes do almoço,
1976seria essa.

1977

1978

1979**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
1980combinar o seguinte, realmente o objetivo não era esse, nós queremos fazer uma
1981discussão mais ampla, você tem que viajar, infelizmente, o Klink está adoentado, a
1982nossa programação furou, nós vamos propor em relação assunto, é que na
1983próxima reunião nós dediquemos duas horas para tratar dessa conversa, e
1984pedindo para você preparar um dossiê o assunto a ser enviado a todos os
1985participantes do Conama, é uma conferência importante, e nós já temos discutido
1986isso aqui nos outros eventos, nós queremos que esses informes não sejam
1987apenas monólogos, que haja espaço para discussão e participação de todos. Hoje
1988em função de que você está viajando, e do Klink não poder ter comparecido, nós
1989não temos como fazer uma discussão qualificada, mas eu pediria que para a
1990próxima reunião nós vamos reservar duas horas da programação para uma
1991exposição de meia hora e uma hora e meia de debate, e que você prepare um
1992pendrive, um dossiê para todo mundo, para que possa haver uma participação
1993qualificada dos Conselheiros na discussão sobre clima. Foi muito bom o informe,
1994mas claramente insuficiente, visto a importância do tema. Muito obrigado.

1995

1996

1997**O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA (SMCQ)** – Muito obrigado,
1998secretário. Faremos isso, então. Ficamos à disposição.

1999

2000

2001(*Palmas!*).

2002

2003

2004**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom
2005pessoal, nós vamos fazer uma breve interrupção para o almoço, e retomamos às
200614h30. Obrigado.

2007

2008

2009(*Intervalo para o almoço*)

2010

2011

2012**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pessoal,
2013vamos lá. Nós já temos quórum?

2014

2015

2016 **A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (D-Conama)** – Temos
2017quórum.

2018

2019

2020 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Vamos
2021para as Resoluções. Bom, a apresentação é a mesma, de pedido de inversão de
2022pauta, retirar as matérias, requerimentos de urgência. Marília.

2023

2024

2025 **A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eduardo está
2026pedindo a palavra.

2027

2028

2029 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – É Aviação?
2030Vamos lá, começamos com a Secretaria de Aviação Civil da Presidência, vai
2031apresentar Requerimento de Urgência para minuta sobre licenciamento de
2032aeroportos regionais. Mas eles gostariam de fazer uma apresentação também,
2033acatada aqui, pela Presidência dos trabalhos, para expor do que se trata, em que
2034momento nós estamos em relação aos chamados Pios. Perfeito. Por favor.

2035

2036

2037 **O SR. EDUARDO HENN BERNARDI (Secretaria de Aviação Civil da**
2038**Presidência da República)** – Boa tarde. Meu nome é Eduardo Bernardi, eu sou
2039da Secretaria de Aviação Civil, e nós somos responsáveis pelo Programa de
2040Aviação Regional, especificamente na área de aeroportos. Então, nós vamos fazer
2041uma breve apresentação do que é o Programa e do que nós estamos propondo
2042aqui, em termos ambientais, essa proposta de Resolução que nós estamos
2043colocando, especificamente voltada para aeroportos regionais. Então, o que é a
2044ideia do programa? Melhorar a qualidade do serviço e infraestrutura aeroportuária
2045para os usuários, ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira. Isso
2046é uma coisa até interessante, foi comentado aqui, por várias pessoas, dificuldade
2047de deslocamento, inspeções para o interior do Brasil e a reconstrução da Rede de
2048Aviação Regional. Nós já tivemos uma rede de aviação regional no País, na
2049década de 50, 60, e de lá para cá veio simplesmente diminuindo, a cada ano nós
2050temos diminuído a quantidade de localidade atendidas. A ideia é reverter
2051rapidamente esse quadro. Então, o que está previsto no programa? É a parte de
2052investimentos, a parte de subsídios a tarifas e rotas e as parecerias com Estados
2053e Municípios. Investimentos em quê? Investimento na infraestrutura, subsídios a
2054tarifas e rotas é uma ideia para viabilizar rotas regionais, principalmente regiões de
2055baixa densidade, por exemplo, o interior do Amazonas, o interior do Pará,
2056Rondônia, o Amapá. Nós sabemos que, às vezes uma rota para essas localidades
2057não se sustentam por si mesmo. Então, a ideia do Governo é ter subsídio voltado
2058para esse tipo de rota. E a parceria com Estados e Municípios na gestão e na
2059integração. Nós vamos falar um pouco mais disso. Então, a ideia é a exposição na
2060malha, focado em que? Integração no território nacional, desenvolvimento de

2061 polos regionais, fortalecimento de centro de turismo e a garantia de acesso a
2062 comunidades da Amazônia Legal, tanto o lado de saúde quanto o social. Nós
2063 temos locais da Amazônia, têm várias pessoas que representam, que sabem que
2064 lá a distância se contam em dias de barco ou, então, em horas de avião e nós não
2065 temos acesso de avião a maioria das localidades, em especial rotas comerciais,
2066 nós até temos taxi aéreo, é uma dificuldade, a própria regulamentação, os voos
2067 são complicados, mas a ideia é, realmente, o programa é muito focado para
2068 desenvolver essa área. O que é o acesso atual da população a aviação regional?
2069 Atualmente nós temos cerca de 80 aeroportos e números exatos, nós temos 77
2070 aeroportos regionais que têm voos regulares. Se nós pensarmos no tamanho do
2071 nosso País, nós temos hoje, nós temos tipo um terço do que nós tínhamos na
2072 década de 50, ou seja, foi um grande retrocesso da aviação nesse período, em
2073 localizados e atendidos. Nós temos hoje mais de 40 milhões de pessoas que não
2074 têm acesso a aeroporto, a uma distância de até 100 quilômetros da residência.
2075 Isso é uma das premissas do Programa, a ideia do Programa, depois de colocado,
2076 é que 96% da população brasileira tenha a disponibilidade de um aeroporto com
2077 um voo comercial, a menos de 100 quilômetros da sua cidade. Pesquisa indica,
2078 43% da população do interior do país, ela quer viajar, mas não tem como fazê-lo,
2079 por quê? É o que nós estamos falando embaixo, escassez de rotas, menos oferta
2080 de voos, maior custo. Um voo hoje, entre capitais, ele é mais barato do que um
2081 voo para o interior, o interior, em média, nós temos 31% mais caro do que voos
2082 entre capitais. Uma comparação ali, nós podemos ver uma coisa interessante,
2083 esse é o Mapa de rotas atual do Brasil, olha a diferença que nós temos em relação
2084 aos Estados Unidos. Os Estados Unidos tem praticamente o território inteiro
2085 coberto, mesmo as regiões mais inóspitas, regiões com difícil acesso, regiões de
2086 deserto, estão cobertos pela malha regional. O Brasil está muito concentrado no
2087 litoral, com raros pontos no interior do País. Então, a ideia é, realmente que nós
2088 mudemos esse mapa, o Programa do Governo Federal está focado nisso. Então,
2089 o que é o Programa? O Programa a ideia é o quê? Fortalecer e estruturar a Rede
2090 de Aeroportos Regionais, são investimentos da ordem de 7,3 bilhões de reais, em
2091 270 aeroportos. As gestões dos projetos de investimentos, é feita por meio do
2092 Banco do Brasil, tem uma Lei específica, não é a Secretaria de Aviação que faz os
2093 projetos, nós demandamos cenários, definimos localidades, vamos debater com
2094 todos os Estados, Municípios envolvidos, mas quem faz e contrata o projeto, gere
2095 e fiscaliza a obrigação dos recursos é o Banco do Brasil. Isso é uma parceria bem
2096 interessante, que está funcionando bem atualmente. O modelo planejado,
2097 padronizado de aeroportos para quê? Hoje eu problema sério no país, é o
2098 seguinte, se faz um aeroporto, mas não se pensa no futuro, ou seja, determinada
2099 localidade vai ter um desenvolvimento lá na frente, “ah, eu preciso ampliar o meu
2100 terminal de passageiros”, eu não tenho mais espaço para ampliar aquele terminal.
2101 “Ah, eu preciso ampliar minha pista”, o sítio está restrito, eu não tenho como
2102 ampliar a pista mais. E isso é uma realidade no país e é um dos grandes
2103 problemas que nós temos enfrentado no Programa de Aviação Regional. E depois
2104 a parceria com os Estados e Municípios para a gestão dos aeroportos. Nós temos
2105 dentro desse programa também, não só a infraestrutura, tem uma parte grande
2106 focada para a capacitação do pessoal dos Estados e Municípios, para a operação

2107dos aeroportos. Então, vão ser oferecidos diversos cursos, já começaram esse
2108ano passado, vai ter continuidade esse ano e durante todo o Programa isso vai ser
2109colocado para capacitar o pessoal na operação e gestão desses aeroportos. O
2110que é isso aqui? Isso aqui é o Mapa do País, colocado nos aeroportos novos,
2111todos os aeroportos regionais que estão no Programa, estão ali. Então, nós vemos
2112que nós temos um foco grande na região Norte, nós temos 67 aeroportos na
2113região Norte, 64 no Nordeste, 31 no Centro-Oeste, 65 no Sudeste, 43 no sul, 270
2114aerportos. Uma coisa importante de se dizer, que a maioria desses aeroportos
2115não estão vindo do nada, eles são aeroportos que já existem, são aeroportos que
2116tem uma pista que existiu, que atendeu uma aviação regular na década de 50 e
2117que depois foi reduzindo, reduzindo, reduzindo e hoje, ou atende uma aviação
2118geral de pequeno porte ou, até mesmo está interdito o aeroporto, mas a área do
2119aeroporto está ali. Então, a ideia é recuperar essa malha, como nós falamos lá no
2120início. Passando um pouco pelas regiões, eu não vou descrever a lista, depois nós
2121estamos à disposição, até se alguém quiser comentar, ver que aeroportos estão
2122incluídos no Programa, mas para nós termos uma ideia do que vai ter nas regiões,
2123no Programa da Aviação Regional. Isso aqui é a região Norte, Nordeste, Centro-
2124Oeste, Sudeste e o Sul. Então, nós vemos a ideia da integração regional,
2125realmente é cobrir o território, somente aqueles 'gapezes' que nós vimos ali,
2126quando nós vimos o mapa de rotas. O que é a política do subsídio? Vou passar
2127bem rapidamente, não é o nosso foco, mas para ter uma ideia, que a ideia é tornar
2128o Programa em um programa autossustentável. Então, eu tenho, para tarifas e
2129rotas em aeroportos uma redução anual inferior a 600.000 passageiros ou 800.000
2130na Amazônia Legal. Esses aeroportos estão dentro do programa. Para vocês
2131terem uma ideia, isso aqui pega até alguns aeroportos de capitais, por exemplo,
2132nós temos o aeroporto de Rio Branco no Acre, por exemplo, que está dentro disso,
2133o aeroporto de Macapá está dentro dessa faixa. Por quê? Porque está na
2134Amazônia Legal. Então, ele também é um aeroporto apto a receber subsídios.
2135Está condicionado assim, a desocupar as aeronaves, limitado 50% da aeronave
2136até 60 assentos, exceção da Amazônia Legal, que se eu tiver aeronaves maiores
2137vão poder ser subsidiados e vai reduzir a diferença de passagens áreas e
2138rodoviárias para popularizar o transporte aéreo, a ideia é que o transporte aéreo
2139seja como é em alguns outros países, por exemplo, os Estados Unidos, um
2140transporte muito mais popular. Então, a ideia desses subsídios também é essa, é
2141que nós consigamos reduzir, em especial, no primeiro momento, aquela diferença
2142que nós temos de valores de passagem do interior e capitais, que nós citamos lá
2143atrás, os 31% e no segundo momento, realmente consegui baixar mais ainda esse
2144preço de passagens e transformar isso em um transporte popular. Estimular novas
2145rotas regionais. Isso eu diria que é o principal foco do Programa de Subsídios e
2146ele já teve a Lei publicada, foi uma medida provisória, já saiu a Lei e agora está
2147em fase de regulamentação no Decreto. Parceria com os Estados e Município. A
2148União vai investir na infraestrutura, na capacitação também, nós já falamos, não
2149está aqui, na apresentação, mas vai investir também recursos da União. Os
2150investimentos são padronizados conforme o porte do aeroporto, nós vamos
2151permitir expansões futuras, lógico que um aeroporto que tem uma demanda
2152menos vai receber um terminal menor no início, mas ele vai ter sim, a possibilidade

2153de ser expandido. A parceria dos Estados e Município garante a gestão e
2154conservação do investimento. Já falamos isso também. E uma contrapartida é que
2155os sítios aeroportuários devem ser entregues livres e desembaraçados, inclusive a
2156regularização da outorga. Isso está sendo feito um trabalho grande de
2157regularização da outorga, nós tínhamos, nos aeroportos regionais, até 5 anos
2158atrás, nem isso, 3 anos atrás, mais da metade deles vão ter outorga regularizada,
2159ou seja, não eram aptos a receberem investimentos federais. Isso vem sendo
2160trabalhado, do Programa hoje, nós temos menos de 10% que ainda não estão em
2161processo de regularização de outorga. Então, isso, a ideia é que até o final desse
2162ano todos os aeroportos do programa estejam regularizados. E o importante,
2163aeroportos são polos atrativos de desenvolvimento, quem tem experiência de
2164municípios do anterior que tem um aeroporto regional em funcionamento, com
2165rotas comerciais, aquilo é um polo atrativo, é atrativo de novas empresas, é
2166atrativo de investimento na região, é atrativo de polo de educação. Então, ele é
2167também um incentivo muito grande ao desenvolvimento do Município. Uma coisa
2168interessante desse programa, se nós falarmos, ele está sendo trabalhado como
2169um programa autossustentável. O que é um programa autossustentável? Os
2170recursos dele vem do Fundo Nacional de Aviação Civil, que é basicamente
2171formado por recursos vindo da concessão dos grandes aeroportos. Então, no
2172momento em que você consegue um grande aeroporto, você está obtendo recurso
2173para sustentar a malha regional. Essa é uma política usada em alguns outros
2174países e a ideia é que isso seja um ciclo sustentável, os aeroportos maiores
2175sustentam os menores, que um aeroporto menor, de pequeno porte, para nós
2176termos uma ideia, no programa cerca de 70% dos aeroportos regionais vão ser
2177deficitários e vão ser sustentados por meio dos grandes aeroportos então, é uma
2178programa assim, que não vai depender de recurso do Tesouro. Falando agora do
2179ambiental, para nós entendermos o que o nosso objetivo hoje, aqui no Conama.
2180Primeiro nós começamos por um levantamento da situação ambiental de todos os
2181aeroportos do Programa da Aviação Regional. O que é a ideia? É que nós
2182possamos fazer uma regularização gradual do passivo ambiental dos aeroportos
2183resistentes. Parceria com os órgãos licenciadores para o licenciamento ambiental
2184dos empreendimentos e uma coisa importante que nós temos que ter em mente,
2185por isso que a ideia da Resolução focada em aeroportos regionais, é que
2186aeroportos regionais são muito diferentes de aeroportos de capitais, eles têm
2187características diferentes, tem impactos distintos e eles são diferenciados, eles
2188são aeroportos bem menores. Aí como exemplo, nós temos o próximo slide, são
2189fotos de 3 aeroportos regionais, com operação comercial em funcionamento. Se
2190nós compararmos com o aeroporto de capital, comprarmos com o aeroporto de
2191Brasília, aeroporto de São Paulo, aeroporto de Manaus, aeroporto de Salvador,
2192aeroporto de Belém, é um empreendimento muito menor, mas é um
2193empreendimento que atende e é um empreendimento extremamente necessário
2194no interior do País. Então, às vezes nós confundimos uma coisa, nós temos
2195sentimos isso nas tratativas dos órgãos ambientais dos Estados, às vezes tem
2196Estados que estão interpretando de uma forma diferente o que é o impacto no
2197aeroporto em relação a outros. Então, isso também é um dos focos da ideia dessa
2198proposta de Resolução. Como é que está hoje no programa? Nós temos hoje 55

2199projetos de aeroportos, já com anteprojeto autorizado em diversas fases de
2200licenciamento, isso desde julho de 2014. Um condicionante nosso, do Programa, é
2201que todos os anteprojetos do Programa tem que refletir estudos ambientais e os
2202eventuais condicionantes que vão vir nos estudos ambientais. Hoje nós ainda não
2203temos nenhum anteprojeto concluído que tenha refletido isso, por causa dessa
2204falta, nós entendemos até que não é nenhuma má vontade, é um falta, realmente,
2205de diretrizes que propiciam o licenciamento ambiental dos aeroportos regionais.
2206Como eu falei antes, as operações atuais em aeroportos existentes, sem ele ser
2207de operação, nós temos hoje no Programa, dos 77 regionais que operam hoje, nós
2208não temos nem 20 que tem a licença de operação. Então, isso também é um foco
2209do programa, a ideia é regularizar esses aeroportos gradualmente, é ir buscar uma
2210recuperação do espaço ambiental e que no final nós tenhamos do programa,
2211quando forem entregues gradualmente, todos eles tenham licença de operação. E
2212essa falta de diretriz é nível nacional, nós não temos hoje diretrizes nacionais que
2213digam como é que eu faço um licenciamento ambiental no aeroporto regional. Nós
2214temos diretrizes macro, nas resoluções do Conama, mas não tem nada que diga,
2215'ó regional é tratado dessa forma'. Então, é uma dificuldade que nós temos sentido
2216em todos os Estados. O que são os fatos observados? Nós temos hoje diversos
2217órgãos licenciadores, têm aeroportos que o projeto é praticamente igual um do
2218outro, mas são solicitados estudos ambientais distintos, algumas vezes até menos
2219exigentes, algumas vezes muito mais exigentes do que se entende necessário
2220para esses casos. Não tem diretriz específica, nós já falamos, para
2221enquadramento dos aeroportos, falta uma padronização nisso. A regularização do
2222passivo ambiental, a maioria dos regionais numa passou por nenhum processo de
2223licenciamento ou de controle ambiental. Então, eu não tenho lá, tratamento de
2224resíduo sólido, eu não tenho caixa separador de óleo e água, eu não tenho
2225sistema de captação de drenagem, eu não tenho licença de operação, eu não
2226tenho uma avaliação de rio da Aeronáutica, eu não tenho nada disso feito, e no
2227nosso programa isso são premissas, todo aeroporto que tiver no programa, que
2228tiver investimento federal, vai ter que estar adequado ambientalmente. E outra
2229coisa, a maioria dos aeroportos já são existentes, no Programa inteiro, até agora,
2230nós temos 11 aeroportos só, que vão ser novos, por inviabilidade do sítio atual.
2231Então, é um número muito pequeno em relação aos 270. Então, são áreas que já
2232são consolidadas. No próximo slide nós mostramos alguns aeroportos, hoje já
2233existentes, Bauru 'Arealva', Tefé no Amazonas e Gurupi no Tocantins. Nós vemos
2234que o sítio aeroportuário é uma área consolidada, é uma área que já está lá há
2235muitos anos e a busca é o seguinte, foi feito, na maioria dos casos, sem nenhuma
2236avaliação ambiental, nós vamos buscar a avaliação disso também, nesse
2237Programa. O que é a proposta da SAC? É uma Resolução do Conama específica
2238para o Licenciamento Ambiental de Aeroportos Regionais. O que nós esperamos
2239com isso? Primeiro, ter uma base normativa homogênea para garantir o correto
2240ordenamento ambiental e agilidade no processo. Depois, definição de diretriz para
2241enquadramento. Nós hoje, como não tem diretriz, enquadramento é muito
2242diferente, empreendimento similares tem um enquadramento completamente
2243oposto entre diversos órgãos licenciadores. Então, a ideia é também, é que nós
2244tenhamos maior segurança jurídica, tanto para o órgão licenciador quanto para os

2245próprios gestores ambientais, ele tem uma base, uma resolução, uma base que
2246diga para ele, 'ah, eu estou enquadrando porque eu tenho uma diretriz, realmente,
2247aqui colocada'. Definir claramente quais são os conteúdos mínimos dos estudos
2248ambientais. Eu vou ter mais segurança para o meio ambiente e nas análises a
2249serem efetuadas, isso facilita tanto para o gestor quanto para os elaboradores
2250desses estudos, eu vou ter uma ideia de conteúdo, vou saber como é que eu
2251posso trabalhar isso e não vou ter o perigo de ter estudos que estejam aquém do
2252mínimo necessário. Continuidade das operações com compromisso de
2253regularização. Isso, na verdade acontece hoje, nós temos operações em vários
2254aeroportos, mas não temos nenhum compromisso ainda, ambiental. Então, isso é
2255uma das coisas que está colocada nessa Resolução. Se o aeroporto está no
2256Programa, vai ter suas operações e ele tem o compromisso de recuperar esse
2257passivo ambiental, característico desses aeroportos regionais. Porque nós
2258estamos pedindo esse Requerimento de Urgência? Primeiro uma coisa que nós
2259falamos agora a pouco, nós já estamos com 55 aeroportos nessas condições, nós
2260temos um recurso próprio do Fenac, eu é um recurso que não depende do
2261tesouro. Então, nós temos, vislumbramos uma maior possibilidade de começar
2262esses investimentos. Esse programa ele é vogado para integração nacional, nós
2263temos vários aeroportos que seriam os primeiros a começar aqui, com baixo
2264investimento, eu começo a ter benefício, começo a atender localidades e é uma
2265oportunidade para a integração nacional. Então, hoje nós não temos nenhum
2266projeto em condição de licitação, porque não foram integrados condições
2267ambientais com anteprojetos. Então, literalmente, usando termo de aviação, o
2268Programa não decolou, nós vamos chegar no meio do ano com 80 aeroportos com
2269anteprojetos autorizados em todo o país e nenhum deles ainda vai ter
2270incorporados os condicionantes ambientais. Como isso é um pré-requisito para
2271nós, o Programa não está indo para frente. Então, isso, para mim é o principal
2272motivo, eu acho que para a maioria dos Estados e pessoas, é o principal motivo
2273do por que nós estamos requerendo essa urgência aqui hoje. Essa falta de diretriz
2274dificulta o enquadramento, nós já falamos da questão da segurança, que, muitas
2275vezes são solicitados estudos mais complexos, nós temos localidade, nós
2276andamos em determinado Estado 5, 6 aeroportos diferentes, diferentes projetos e
2277todos eles vem com o mesmo pedido. Então, para um eu posso estar pedindo
2278menos, para outro eu estou pedindo mais, eu não tenho uma diretriz de
2279enquadramento. E o que nós falamos agora a pouco também, a possibilidade com
2280baixo investimento, em curto prazo, eu começo a ter operações comerciais em
2281mais localidades. Então, o que são os próximos passos do programa, já
2282considerando que nós vamos ter essas diretrizes estabelecidas? Refletir estudos
2283ambientais nos anteprojetos, conter planos e eventuais custos relacionados a
2284planos, elaborar estágio para licitação, executar as obras e abrir o tráfico aéreo
2285dos aeroportos regionais, com condições de operação comercial, isso é o mais
2286importante, temos vários aeroportos abertos que não têm condições de operação
2287comercial. Definir um plano aeroviário nacional, que o último que foi feito no Brasil
2288é da década de 60. Então, imaginem vocês com está completamente
2289desatualizado. Então, esse plano possibilita aos Estados preverem os seus
2290investimentos nos outros modais de transporte e na integração entre meios,

2291rodoviário, hidroviário, etc., ferroviário, com o modal aéreo. E uma ressalva que
2292nós temos colocado, é que os aeroportos inviáveis, tecnicamente, ou que
2293demandem grandes investimentos, são avaliados quanto à prevenção da malha
2294regional. O que quer dizer isso? Quer dizer que, o que for saindo na frente vão ser
2295os primeiros terem as obras em andamento. Aqui são exemplos. Aqui é um
2296cenário típico de aeroporto regional. Uma pista, uma taxi, um pátio e as
2297edificações de terminal de passageiro, cessão contra incêndio, estação de
2298navegação aérea, posto de abastecimento de aeronave. Modelos dos terminais
2299padrão, nós temos 4 modelos, o primeiro de 682 metros, chegando até o último,
2300com 2.884, são todos evoluções do primeiro. Então, um aeroporto que vai receber
2301hoje o primeiro módulo, se ele tiver, se a demanda aumentar eu tenho espaço, eu
2302tenho área, o projeto é feito para essa expansão para o segundo e assim por
2303diante. Uma perspectiva do terminal padrão, modelo 2, modelo B. Era isso gente.
2304Então, eu pediria o apoio de vocês, nós já nos colocamos desde já a disposição,
2305nós já tivemos uma primeira reunião com os secretários dos Estados, a ideia é
2306que nós tenhamos mais essa tratativa. Temos conversado muito com os prefeitos
2307desses Municípios envolvidos no Plano e estamos à disposição de qualquer um
2308que tiver interesse de se aprofundar no Plano, para nós explicarmos o que nós
2309estamos fazendo, como são os trabalhos, o andamento atual. E já queria
2310agradecer desde já a oportunidade que nós tivemos aqui no Conama, agradecer
2311Adriana, ao Gaetani pelo apoio que tem nos dado aí, até permitir a apresentação,
2312eu sei que a pauta hoje está complicada, o tempo está curto, mas já agradeço de
2313antemão. Muito obrigado.

2314

2315

2316(*Palmas!*)

2317

2318

2319**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom
2320pessoal, antes de submeter à votação do Regime de Urgência, que entraria esse
2321processo em tramitação dentro do Conama, indispensável dizer que o Brasil tem
2322pressa, particularmente seus gargalos de infraestrutura e nessa modalidade que
2323envolve uma modernização dos processos de ordenamento ambiental e se
2324alguém desejar fazer uso da palavra. A tribuna está aberta. Bocuhy. Patrícia.

2325

2326

2327**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Bom, rapidamente,
2328só para falar da nossa experiência com o Aeroporto de Congonhas, em São
2329Paulo, que é um aeroporto que registrou 2 acidentes no lado da cabeceira e do
2330outro, com grande número de vítimas, um deles sobre casas e o cone de
2331aproximação fica sobre o Bairro do Jabaquara, foi um grande problema de
2332trabalhar com Licenciamento póstumo, não prévio, póstumo, porque era um
2333Licenciamento de adequação a um aeroporto em funcionamento e que continua,
2334apesar das inadequações operacionais e, todo mundo sabe que o Aeroporto de
2335Congonhas, em São Paulo, é um porta-aviões, que isso acabo levando a um
2336processo que hoje é de implícita de atividade, ampliação de atividade de

2337passageiros e você teme cada vez um tráfego maior no aeroporto, com uma
2338localização extremamente inadequada. Então, esse é um caso emblemático, de
2339situação antiga de adequação de aeroporto já instalado. A segunda questão é
2340sobre os novos empreendimentos, e aí a minha preocupação com relação ao
2341projeto que foi apresentado, com relação a, como se escolhe as alternativas
2342locacionais? Quando as questões vivem em um processo de privatização, nós
2343sofremos muito com a alternativa locacional apresentada pelo dono da terra e não
2344por ser a melhor alternativa locacional, em função da questão geográfica, de cone
2345de aproximação, etc. Então, como é que vocês vão compatibilizar essas duas
2346coisas? Quer dizer, trabalhar as alternativas locacionais do ponto de vista
2347ambiental, em primeiro lugar, e em segundo esse processo de restrição de
2348ampliação de aeroportos, como aconteceu em Congonhas, que é um verdadeiro
2349desastre, no sentido de segurança. Na época levantamos 17 pontos de
2350insegurança no aeroporto, é um dos piores do mundo em segurança, e continua
2351funcionando, e sendo ampliado. É isso.

2352

2353

2354**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Patrícia,
2355por favor.

2356

2357

2358**A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Boa tarde a todos.
2359Secretário. Patrícia Boson, CNT. Vou dizer, de antemão que vou apoiar o Regime
2360de Urgência da proposta, é só fazer um esclarecimento, que Congonhas não é
2361aeroporto regional, nós estamos falando de aeroporto regional. E o segundo é
2362que, pelo que eu entendi também, não tem aeroportos novos, os aeroportos já
2363estão lá, é mais adequação, apenas 11, pelo que eu entendi, é seriam 9. Mas a
2364minha fala, Secretário, é para a questão do Licenciamento, só que eu acho que
2365isso abre uma oportunidade de nós reforçarmos que essa pauta de Licenciamento
2366precisa de ser tratada com urgência. O ano passado nós aprovamos um
2367licenciamento eólica pelo mesmo motivo, que o processo de Licenciamento não
2368estava adequada a eólica. E eu devo dizer que o processo de Licenciamento não
2369está adequado para nada, o processo de Licenciamento precisa ser revisto, não
2370é? O Conselheiro Ronaldo falou aqui, da falta de infraestrutura em Minas e fica-se
2371até a impressão de que se jogar um exército de mestrados e doutores fazendo
2372licenciamento em Minas, vai resolver o problema e não vai, mesmo que eles
2373ganhem 20 mil reais cada um, não vai resolver problema, porque o problema não
2374é estrutural, o problema é de modelo e nós precisamos de, realmente pensar.
2375Então, eu peço, encarecidamente, que o Ministério coloque, como urgente,
2376urgentíssimo, a pauta, revisão do processo de Licenciamento Ambiental, no Brasil
2377como um todo, porque senão, daqui a pouco vai chegar outra atividade aqui, com
2378o mesmo senso de urgência, com a mesma insensibilidade e, ao invés de fazer
2379uma revisão concreta, nós vamos ficar fazendo uma reforma, coxas de retalhos,
2380melhorando para esse, para aquele e deixando o Brasil todo na mão. Obrigada.

2381

2382

2383(*Palmas!*).

2384

2385

2386**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,

2387Patrícia. Lisiane.

2388

2389

2390**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Boa tarde de novo. Me pegou de
2391surpresa, um pouco, essa matéria, por ano passado nós aprovamos a manejo de,
2392não só de fauna, mas de animais de fauna, em conflito com aeródromos. Então,
2393eu gostaria de saber qual é a relação dessa regularização, que seria em ambiente
2394já degradados, como é que fica a relação com essa Resolução, que é para
2395aeroportos novos, mas que nesse ambiente degradado, no seu Entorno existe
2396ambiente não degradado. Como é que fica a relação com a fauna, porque uma
2397coisa é regularizar a situação do empreendimento, outra coisa é a adequação dele
2398com o ambiente de entorno, porque segundo foi falado na Câmara Técnica, até
2399pelo pessoal da aviação, tanto comercial quanto da nacional, foi exatamente esse
2400problema do entorno do ‘aeróbios’. Isso me preocupa bastante nessa proposta,
2401porque nós estamos regularizando um empreendimento e não estamos vendo o
2402entorno.

2403

2404

2405**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado,

2406Lisiane. Antes de submeter a votação, então, você desejaria fazer algum

2407esclarecimento, Eduardo, respondendo as questões ponderadas aqui?

2408

2409

2410**O SR. EDUARDO HENN BERNARDI (Secretaria de Aviação Civil da**
2411**Presidência da República)** – Bom, só para, eu anotei os pontos aqui.
2412Começando por via Congonha, seu Estado é exemplo, nós sabemos que
2413Congonhas é um caso bem atípico, porque quando ele foi construído, não se
2414falava em ambiental e nem se tinha nada em volta do aeroporto, cidade é que
2415englobou o aeroporto inteiro, não se tinha lei de zoneamento do solo, não tinha
2416nada disso. Como comparativo, nós pegamos as operações do aeroporto de
2417Congonhas hoje, você pensar em números de operações diárias, de aeronaves
2418comerciais e comparar com um dos grandes regionais que nós temos, um médio
2419regional, vamos dizer, alguma coisa maior, talvez São José do Rio Preto, eu
2420tenho, em um dia em Congonhas, o equivalente a 2 meses e meio de operação no
2421aeroporto regional. Então, é um porte muito diferente. Uma outra coisa
2422interessante, novos aeroportos, nós temos uma preocupação com novos
2423aeroportos, nós não estamos, simplesmente escolhendo uma terra que alguém
2424diga, o Estado disser, esse aqui e acabou. Nós contratamos uma empresa para
2425esses casos, são empresas contratadas e são apresentados, pelo menos 5
2426opções de sítios aeroportuários, em cada um deles é elencada a dificuldade, seja
2427em termo de tipografia, impacto ambiental, custo da terra, foco com outras rotas
2428regionais que estar passando por aí, em relação ao comando. Então, isso tudo é

2429feito uma avaliação prévia, e aí sim, se define aonde vai ser feito o investimento. E
2430por último a parte do Entorno, como citado pela Lisiane, ela está contemplada nos
2431nossos estudos ambientais e outra coisa importante, para evitar o caso que
2432aconteceu em Congonhas, nos regionais uma das etapas fundamentais para ter o
2433investimento, é um documento denominado termo de Anuência, que vai ser
2434assinado pelos legatários da outorga, seja Municípios, seja Estado, que se
2435compromete com a proteção do entorno e o tipo de ocupação do solo do entorno.
2436Então, a ideia é se proteger as regiões, principalmente de ocupações urbanas
2437inadequadas, se respeitando os cones de ruídos e a ocupação que possa impedir
2438a futura ampliação do aeroporto. Então, isso também está tratado dentro do
2439Programa. Obrigado.

2440

2441

2442**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bom
2443pessoal, antes de submeter a votação, eu queria só esclarecer, nós não estamos
2444votando aqui, conteúdo de nada, é basicamente um requerimento para que ele
2445tenha um tratamento no âmbito das instâncias do Conama, prioritária. Ok? Então,
2446eu vou solicitar aqueles que estejam a favor da proposição, de aprovar o
2447Requerimento de Urgência, que ergam os seus crachás, por favor. Quem é contra
2448o Requerimento de Urgência? Ninguém. Abstenções. Então, está aprovado o
2449Requerimento de Urgência para tramitação do Processo. Bom, o nosso segundo
2450ponto de pauta é uma proposta de Resolução do Conama, que dispõe sobre
2451controle de utilização de produtos ou processos, para recuperação de ambientes
2452hídricos e dá outras providências. Eu vou pedir para o Márcio trazer, historiar o
2453assunto, vou antecipar que, em função de uma série de consultas e reuniões, o
2454Ibama deverá retirá-lo de pauta, mas não sem antes ele esclarecer em que pé que
2455está a discussão, do que nós pretendemos fazer nesse meio tempo. Obrigado,
2456Márcio.

2457

2458

2459**O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS (Ibama)** – Obrigado. Boa tarde
2460a todos. Meu nome é Márcio Freitas, sou Conselheiro do Conama pelo Ibama. E
2461coordenei, tanto o Grupo de Trabalho, quanto à Câmara Técnica, que trato desse
2462assunto, o Ibama é o proponente nessa Resolução, ela já foi objeto de bastante
2463discussão, em várias instâncias do Conama. Eu só vou salientar, principalmente
2464aos novos Conselheiros, que essa Resolução ela busca resolver um problema
2465bastante frequente, que é o problema do controle sobre o uso de produtos e
2466processos, utilizados, tanto para descontaminação, como para controle de
2467espécies indesejáveis ou espécies invasoras em ambientes hídricos, que trazem
2468uma situação ou outra, limitações ao uso dos recursos hídricos. Situações do tipo,
2469o impedimento que o mexilhão dourado traz nas captações para irrigação, para o
2470saneamento, para geração de energia elétrica nas águas de resfriamento das
2471usinas e também espécies invasoras como, ‘macrófitas’, que trazem problemas
2472sobre a navegação, sobre também a geração de energia e saneamento,
2473proliferações de algas, uma série de situações desse tipo, e processos de
2474descontaminação que tem sido cada vez mais frequentes no País, com solicitação

2475de uso de produtos, principalmente biológicos, em lagoas, como é o caso da
2476Lagoa Rodrigo de Freitas, Lagoa da Pampulha. Nós temos vários casos desse
2477tipo. Esses produtos têm a obrigação de antes de serem utilizados, serem
2478registrados e o órgão 'registrante' é o Ibama. E nós identificamos, ao longo dos
2479anos, o Ibama está preocupado com isso há bastante tempo, que muitas vezes o
2480registro é confundido com autorização de uso. Então, a nossa intenção, com essa
2481resolução, é estabelecer o procedimento para que seja solicitado a autorização de
2482uso dos produtos após o registros. Então, na verdade é o segundo crivo de
2483controle sobre o uso de produtos e processos, e aí são produtos e processos
2484físicos, químicos e biológicos, todos eles, nós sabemos, com melhor das boas
2485intenções que se faça uso, muitas vezes o uso inadequado ou em situações não
2486adequadas de emprego, trazem mais problemas do que aquele problema que eles
2487pretendem resolver. Então, essa é a razão de ser dessa Resolução, ela,
2488basicamente, ela busca estabelecer um procedimento para ser utilizado em todas
2489essas unidades da Federação, no sentido de buscar a apresentação ao órgão
2490ambiental para que ele decida pela autorização ou não. Essa autorização,
2491normalmente é dada no âmbito do Licenciamento, nas licenças de operação
2492desses empreendimentos já licenciados, mas também ocorre, como eu disse,
2493algumas situações em que é usado em ambiente aberto, como lagoas e rios.
2494Durante as discussões na Câmara Técnica, esse assunto tramitou com bastante
2495desenvoltura, não houve maiores problemas em relação a isso, mas nós
2496identificamos, a partir das emendas de plenário, ele veio à Plenária em novembro
2497do ano passado e foram feitos pedidos de vistas, por várias organizações, nós
2498verificamos, nos pedidos de vistas, que houve uma confusão decorrente do texto
2499da Resolução, que não deixou claro alguns conceitos, principalmente a ideia de
2500que nós estávamos propondo um regramento sobre a recuperação e a
2501remediação de ambientes hídricos, quando na verdade a intenção é um
2502regramento sobre o uso de produtos e processos, que, às vezes ocorre em um
2503processo de recuperação e remediação, às vezes não. Mas, essa confusão nos
2504levou, ficou patente nos pedidos de vistas, nós discutimos isso internamente,
2505chegamos à conclusão de que era melhor nós retirarmos de pauta. O Ibama,
2506então, está solicitando, formalmente, na condição de proponente, a retirada de
2507pauta desse assunto, para que nós possamos rever, tentar deixar mais claro
2508essas definições, e esses conceitos, e posteriormente seria submetido novamente
2509a essa Plenária na próxima reunião, que deve ocorrer em maio, juntamente com
2510os pedidos de vistas. Então, naturalmente os pedidos de vistas ficam preservados,
2511nós vamos tentar, naturalmente contemplá-los nessa reformulação que nós
2512vamos a propor, faremos a disponibilidade, tanto dessas propostas de
2513adequação conceitual, quanto das previstas no pedido de vista, previamente na
2514página do Conama, na medida do possível faremos as reuniões e as articulações
2515necessárias para que nós possamos trazer novamente esse assunto para a
2516próxima Plenária, já com um conceito mais uniformizado e com um maior
2517entendimento sobre a pertinência da Resolução. Era isso e eu fico à disposição.
2518Obrigado.

2519

2520

2521 (*Palmas!*).

2522

2523

2524 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigado
2525 Márcio. Acho que nós estamos, com isso também, abrindo espaço para qualificar
2526 melhor o processo de decisão em relação a uma resolução tão importante. Pois
2527 não? Perfeitamente. Saint Clair também? Por favor, Ministério Público primeiro.

2528

2529

2530 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministério Públicos**
2531 **Estaduais)** – Muito obrigado. Temos ordem de preferência aqui. Me preocupei em
2532 relação a esse tema, eu acho que ele é realmente muito preocupante, porque
2533 nossas águas já estão recebendo uma carga de poluentes muito grande, pelo uso
2534 excessivo de agrotóxicos na nossa agricultura, nós somos os campeões, eu acho
2535 que mundiais no consumo de produtos químicos utilizados na agricultura, as
2536 pessoas acham que isso é bom, quem está na agricultura diz isso é útil e
2537 necessário, embora eu discorde totalmente disso. Mas entendo que ao retirar isso
2538 dessa proposta, nós deveremos passar isso novamente pela Câmara Técnica,
2539 porque se há, pelo que eu entendi, mudança de conceitos, entendimentos, seria
2540 interessante que a Câmara Técnica foi novamente consultada. Era só isso.

2541

2542

2543 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Pois não?

2544

2545

2546 **O SR. MARCELO IVAN PANTOJA CREÃO (Governo do Amapá)** – Marcelo
2547 Creão, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Amapá. Eu sou analista de
2548 meio ambiente, concursado e eu queria fazer só uma sugestão, porque isso vai
2549 impactar diretamente nos analistas, do Ibama, quando for essa Resolução votada
2550 pelo procedimento, e os Estados que não tem o seu procedimento vão adotar.
2551 Quando você faz, e aí nós estamos nessa discussão aqui, de uma licença única,
2552 tirar trifásica, ver o que, realmente dá para dar celeridade no processo e não,
2553 necessariamente a questão de qualidade técnica. Quando você faz um registro,
2554 primeiro um procedimento de registro e depois um procedimento de uso,
2555 inevitavelmente, quem está registrando vai querer fazer o seu uso. Eu acho que
2556 nessa revisão já, se der para colocar os 2 procedimentos juntos, isso vai diminuir
2557 enormemente uma pressão no analista, que está fazendo ali o seu registro do
2558 produto, porque aquele empreendedor vai querer, logo que seja registrado, para
2559 depois dar entrada no pedido de uso, daquele produto. Então, eu não acompanhei
2560 essa discussão, eu já participei anteriormente do Conama, estou retornando a
2561 minha primeira sessão agora, assumi agora, em janeiro, como Secretário de Meio
2562 Ambiente, mas como técnico e analista de meio ambiente, eu já vejo que isso é
2563 um problema de gargalo. Não estou considerando a questão técnica, não
2564 acompanhei dentro da Câmara. Obrigado.

2565

2566

2567 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Bem, em
2568 relação ao ponto que você levanta, nós discutimos sobre isso, mas o Regimento
2569 prevê que retorne ao Plenário direto. Então, nós vamos fazer as conversas
2570 informais e o que for possível, o Ibama vai examinar o assunto a luz, vários
2571 argumentos que têm surgido, mas nós estamos retirando da pauta, mas volta para
2572 a próxima plenária direto. Obrigado. Bom. Então, retirada a matéria de pauta e
2573 voltando para ser votada na próxima reunião do Conama. Segundo processo, é a
2574 proposta de revisão da Resolução Conama nº 307/2002, para reclassificação dos
2575 resíduos de tintas, o proponente é a CNI. Eu vou pedir para o Wanderley fazer
2576 uma breve exposição da Resolução, já antecipando também, que haverá um
2577 pedido de vistas por parte de alguns protagonistas aqui, do Conama. Obrigado.

2578

2579

2580 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA BATISTA (CNI)** – Bom, obrigado
2581 Secretário. Boa tarde a todos os conselheiros. Wanderley Batista da CNI.
2582 Basicamente, até mesmo por conta dos dissensos que nós tivemos nessa
2583 discussão dentro da Câmara Técnica e hoje a Ministra, na sua fala, colocou esse
2584 ponto e também por entendermos que há espaço para convergirmos as opiniões
2585 divergentes, se a CNI que é proponente está pedindo vistas do processo, até para
2586 nós tentarmos construir um documento mais convergente e termos, digamos, um
2587 produto melhor na próxima reunião, que deve acontecer no final de maio. Então,
2588 formalizo aqui o meu pedido de vistas. Obrigado.

2589

2590

2591 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – A esse
2592 pedido de vistas se junta também o Ministério, o Ibama, Guaicuy, Ponto Terra,
2593 Sodemap, Movimento dos Catadores, Kanindé, enfim, tudo quantos quase.
2594 Pessoal, o pedido de vistas, assim como a retirada de pauta, nós temos que usar
2595 isso não como uma norma protelatória, mas utilizar com um espaço de tempo para
2596 qualificar e dar mais robustez ao processo decisório nosso, aqui. Bom, Patrícia
2597 também, a CNT pede pedido de... Não? Não? Ah, você quer a palavra? A palavra
2598 é mais caro. É sobre esse assunto? Sobre os dois. Pois não, Patrícia.

2599

2600

2601 **A SRª PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Patrícia Boson, CNT.
2602 Hoje a Ministra falou da questão do consenso, eu acho que ela é muito importante
2603 mesmo, mas eu penso que ele não pode ser objetivo. Eu tenho muito receio de
2604 uma Resolução feita essa primeira que está há 15 anos sendo discutida, ainda
2605 não está pronta, em uma busca infundável de consenso. Eu acredito que a postura
2606 mais cômoda é aquela que deixar o clandestino, porque não é minha
2607 responsabilidade. Eu como membro vou ter a responsabilidade de errar ao
2608 regular, eu posso cometer esse erro regulando de uma maneira incorreta. E a
2609 responsabilidade é realmente minha. E minha posição mais cômoda é deixar a
2610 utilização dos agrotóxicos para remediação, coisa clandestina, de forma
2611 clandestina, de forma não regulada. Isso não é minha responsabilidade, fica
2612 assim, é melhor do que errar. Então, eu só peço que nós, realmente tenhamos

2613responsabilidade, até porque nós podemos, ao regular de forma errada, fazer uma
2614revisão, o que não podemos é ficar 15 anos discutindo um tema e ainda não
2615chegar a um consenso. Ou o tema não precisa ser regulado, nós estamos aí,
2616patinando em cima de uma coisa e gastando dinheiro público, em cima disso, ou o
2617tema é urgente e precisa ser regular. Nós temos que ter a coragem de errar e,
2618daqui a pouco rever o erro e refazer, não podemos é protelar. A outra Resolução é
2619a mesma coisa, durou 2 nos, 3 anos de discussão. Então, eu acho que nós
2620precisamos assumir o nosso posicionamento. Nessa linha, Secretário, eu queria
2621fazer duas falas em relação ao Regimento Interno. A primeira é que nós
2622aprovamos o Regimento Interno e disse que a fala, como é que chama? O
2623informe, segunda livre tem 15 minutos de duração, não é 15 para cada um não, é
262415 minutos é o tempo. Nós, conselheiros, decidimos isso. Se isso está errado,
2625vamos fazer uma proposição e mudar o Regimento, o que não dá é nós ferirmos o
2626Regimento o tempo todo e acharmos que isso não é nada, porque se eu posso
2627ferir o Regimento nesse quesito, eu posso ferir em qualquer outro, por que esse
2628tem menos valor do que qualquer outro? Ou nós cumprimos o que nós aprovamos
2629aqui, que é 15 minutos e aí, se forem 5 pessoas, cada uma tem que falar 3
2630minutos, se for 10, cada uma tem que falar menos, em 1 minuto e meio ou, então,
2631vamos fazer um abaixo assinado aqui, de todos nós, e mudar essa história, o que
2632não dá é para nós ficarmos ferindo de cara o Regimento Interno como se não
2633fosse nada, como se não tivesse nenhum problema, não teve nenhum problema.
2634E outra questão, é essa questão do tempo da reunião. Eu acho que não precisa
2635ser 2 dias. Ao analisar a pauta, verificar que não cabe 2 dias, convoca-se para 1
2636dia só. Se o Regimento está definido que é 2 dias, isso precisa ser mudado. Mas
2637eu me lembro, eu acho que é, até 2 dias, não são 2 dias, eu não sei. Enfim, mas
2638isso precisa ser visto, porque isso, gente, é custo Brasil, isso é caro para o Brasil,
2639quantas cestas básicas não dão, passagem, hospedagem e não sei mais o que.
2640Então, nós temos que ter um pouco de responsabilidade, quando estamos aqui,
2641nós estamos cumprindo função pública. Então, nós temos que ter
2642responsabilidade sobre ela. Obrigada.

2643

2644

2645(*Palmas!*).

2646

2647

2648**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Obrigada,
2649Patrícia. Bom, nós vamos ter que pensar em como é que nós vamos trabalhar
2650essas duas questões aí, que a Patrícia coloca. Enfim. Pausa para reflexão. Nós
2651estamos agora com alguns informes previstos, desses informes um já foi dado,
2652sobram dois. Os dois que estão previstos são do patrimônio genético e da lista de
2653espécies ameaçados, todos dois objetos de, enfim, muita controvérsia. Em função
2654do ponto de patrimônio genético, no qual eu estou pessoalmente envolvido, eu vou
2655pedir para nós começarmos por ele e depois fazermos o da lista de espécies, e
2656nós vamos dividir a exposição em duas partes. A primeira, antes de me retirar
2657para uma reunião sobre patrimônio genético, eu vou falar um pouco, juntamente,
2658depois o Rogério vai concluir com mais detalhamento. Pode vir, Rogério. A

2659exposição sobre o Projeto, até porque, o Projeto está sendo discutido no Senado
2660e, existe ainda, tempo hábil para, eventualmente tiver interesse engajar no
2661processo de discussão, está aqui o Joaquim Belo, por exemplo, envolvido
2662diretamente nesse processo. Isso faz parte também, se o nosso objetivo é
2663influenciar a realidade, essa é uma grande oportunidade. Rogério, você me
2664permite fazer um introito? Bom, desde o início da gestão da Ministra no mandato,
26651º mandato da Presidenta Dilma, esse assunto chegou ao conhecimento do setor
2666executivo como uma das prioridades do Ministério, o Secretário, então, ainda era o
2667Professor Osvaldo Dias, que hoje está na CDB e nós começamos um processo de
2668discussão sobre a proposta de um Marcos Regulatório do Patrimônio Genético e
2669Repartição de Benefício. Já existia uma proposta, já na Casa Civil, mas uma
2670proposta muito rasa, muito rala e com pouca possibilidade de prosperar. Era,
2671basicamente uma proposta discutida no Governo, mas uma proposta sem muito
2672enraizamento, sem muita robustez, do ponto de vista dos maiores interessados.
2673Nós começamos, então, um processo de discussão, esse processo envolveu,
2674basicamente 4 Ministérios, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Ciência
2675e Tecnologia, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, Ministério de
2676Agropecuária, Agricultura e Pecuária. E, posteriormente esse processo foi
2677ampliado para envolver, os setores privados, a iniciativa privada representada pelo
2678setor de cosméticos, fármacos e químicos, agrupado sobre uma colisão e o
2679agronegócio. E junto aos movimentos sociais começou-se um processo de
2680discussão, particularmente junto a comunidades tradicionais, ao Conselho
2681Nacional de Comunidades Tradicionais. Esse processo ele não foi um processo
2682devidamente equilibrado, houve uma escuta, buscamos escutar a todos, mas até
2683pela capacidade de mobilização dos meios, o setor privado teve uma escuta mais
2684ativa nessa discussão, embora nós estivéssemos procurando também, fazer as
2685consultas a populações indígenas e comunidades tradicionais. Ao final de 2013,
2686em função de impasses intransponíveis que ocorriam nas negociações com o
2687Ministério da Agricultura, a Ministra optou por propor o encaminhamento desse
2688projeto sem o Ministério da Agricultura. E o projeto foi encaminhado pelo MMA,
2689MDIC e MCTI, a Casa Civil, no 1º trimestre de 2013. O 2º trimestre de 2013
2690mudaram os Ministros do MCT e do MDIC, foi necessário enviar o processo à
2691Casa Civil para apreciação da Presidência. Em função do grande esforço
2692envolvido, das discussões e negociações envolvendo a Presidência da República
2693e o Ministério da Indústria e Comércio Exterior, houve uma pressão muito grande
2694do setor privado para que esse projeto fosse encaminhado ao Congresso. Não sei
2695se vocês se lembram, foi na época também, que mudou o Ministro da Casa Civil,
2696feliz 2014, sai a Ministra Gleisi, entra o Ministro Mercadante, já é ano eleitoral, um
2697tempo de muitos trânsitos e o que ocorreu? O projeto foi enviado da Presidência
2698para o Congresso, praticamente sem uma discussão ampla no âmbito do
2699Governo, e isso prejudicou a qualidade da interlocução e fragilizou um pouco, do
2700ponto de vista de legitimidade, a iniciativa. O projeto foi encaminhado ao
2701Congresso em junho, para apreciação da Câmara. Na Câmara, novos percalços.
2702O, então, Presidente, Henrique Aves, não criou a Comissão Especial, como estava
2703programado, tampouco designou formalmente um relator e o projeto seguiu na
2704Câmara, um período eleitoral relativamente vazio, quando um movimento, de certa

2705forma aconteceu de forma surpreendente. O setor agropecuário solicitou, de novo,
2706não o Ministério da Agricultura, mas o setor agropecuário discutiu o projeto de
2707modo que unificasse a posição do Brasil em relação ao assunto. Por que isso?
2708Porque nas negociações internacionais, em especial para negociações de
2709Nagoya, o que preserva a posição brasileira é a Legislação Nacional. Se a
2710agropecuária ficasse fora dessa negociação, prevaleceria a legislação anterior,
2711que o Rogério vai entrar nos detalhes, porque nós estamos buscando mudar.
2712Então, o agropecuário, o setor agropecuário volta, discute também, procura fazer
2713valer seus pontos de vista e passa a se incorporar ao processo de negociação.
2714Após as eleições, a Casa Civil chama, então, o Governo para discutir o projeto, e
2715o projeto há, então, a abertura do processo onde passam a ser envolvidos, o
2716Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a FUNAI e a
2717SEPPPIR. E de novembro a dezembro esse projeto, essas negociações
2718prosseguem, sempre com muitas, todos querendo prevalecer suas posições e
2719com uma de desgastes, até a última sessão no Congresso Nacional, onde o
2720Congresso seria votado por acordo de lideranças, quando o, então, deputado
2721reeleito, Zequinha Sarney, pede, o perfil muda de posição e resolve fazer um
2722pedido de vistas, de quórum, que inviabilizaria a votação do projeto e o projeto não
2723foi apreciado na legislatura que se encerrou no final de 2014. 2015... Perdão. Eu
2724esqueci, eu não mencionei um assunto, um detalhe importante. O Projeto foi
2725encaminhado para a Câmara, em junho, em regime de urgência, por solicitação do
2726MDIC, em função dos contatos mantidos pela Presidenta com os empresários,
2727com o setor privado, que esse projeto fazia parte da negociação do MEI,
2728Movimento Empresarial de Inovação, com o Ministério da Indústria e Comércio
2729Exterior e com a própria Presidência da República. Reabre-se a Câmara, o projeto
2730está trancando a pauta, como esteve trancando no final do ano passado e o novo
2731Presidente da Câmara, um pouco ainda desinformado, atribui à relatoria que não
2732tinha sido formalmente entregue ao Deputado Alceu Moreira, a Deputada Luciana
2733Santos, com quem também, nós tínhamos conversado, no final do ano havia dois
2734substitutivos, mais ou menos na mesa. Quando o Deputado Alceu Moreira fica
2735sabendo, ele vai ao Presidente Eduardo Cunha e leva as notas taquigráficas da
2736Câmara, da última reunião do Congresso, de 2014, mostrando que não, o relator
2737era ele, do PMDB do Rio Grande do Sul. E é processado, então, a votação do
2738projeto na Câmara, a partir do substitutivo do Deputado Alceu Moreira, que já traz
2739uma série de pontos, que não era a posição do Governo, mas foram as posições
2740que prevaleceram na Câmara. De qualquer forma o projeto é votado, aprovado e
2741segue para o Senado, onde ele está agora. Foram realizadas, ontem e hoje, três
2742audiências, uma com os órgãos de Governo, ontem de manhã, outra com o Setor
2743Empresarial, hoje de 8h as 10h, e outra com os movimentos sociais, e as
2744organizações de sociedade civil de 10h ao meio-dia. O projeto está no Senado, se
2745ele for modificado ele retorna, posteriormente para votação a Câmara, e há mais
2746nova expectativa de que nesse semestre ainda, esse projeto chegue ao seu
2747término. Eu estou prestando essas informações sobre o processo, relacionado ao
2748projeto para os conselheiros do Conama, porque eu ouvi uma piada contada por
2749um deputado, em uma dessas reuniões, que eu acho oportuno relatar para vocês.
2750Um deputado novo chegando, falou, “mas aqui? Só falta a vaca voar, porque pode

2751tudo”. Um deputado mais experiente vira para ele, “é porque você está aqui tem
2752pouco tempo”. Porque o conjunto de regras que existem no Congresso e ao
2753mesmo tempo a possibilidade dessas regras serem momentaneamente
2754flexibilizadas, foi muito impressionante, inclusive uma das votações que ocorreu
2755na aprovação, de um destaque, o resultado dava um, o Presidente declarou que o
2756resultado foi outro. Mas, enfim, para nós tem sido um aprendizado muito grande,
2757na sequência do aprendizado o Código Florestal, acompanhar esse assunto, é um
2758assunto chave para o desenvolvimento do País e um assunto relacionado com a
2759exploração da nossa biodiversidade. Se nós somos G1, um País média e diverso,
2760é importante que essa biodiversidade se transforme em riqueza nacional e seja
2761explorada de forma sustentável, com repartição dos benefícios às comunidades
2762tradicionais, tribos indígenas, populações quilombolas, que detenham
2763conhecimento tradicional transformado em insumo produtivo. Então, eu queria dar
2764esse histórico, esse plano de fundo, para que vocês situem a apresentação que o
2765Rogério vai fazer e percebam também, entendam que nós, às vezes temos uma
2766visão muito simplista, dos processos de políticas públicas e eles não são. Eu
2767confesso que eu frequentei o Congresso toda terça-feira e quarta-feira, de
2768novembro a janeiro, agora começo de novo, eu nunca aprendi tanto sobre
2769legislativo brasileiro, tudo que eu li na minha vida inteira, é menos do que eu
2770aprendi nesses 10, 12 dias que eu frequentei o Congresso. Mas eu acho, se nós
2771queremos mudar as coisas, nós precisamos entender como elas são, como elas
2772funcionam, e precisamos ser capazes de ter distanciamento para analisar, para
2773avaliar, para qualificar. Tem sido um processo do aprendizado institucional para
2774vários atores, nós tivemos, no Governo passado, isso vale para a agricultura, mas
2775vale também para a pesca, nós tínhamos 4 Ministros em cada um desses dois
2776Ministérios, no Ministério do Meio Ambiente tivemos o privilégio de uma grande
2777continuidade, mas tem sido importante para nós entendermos também, que as
2778mudanças demandam muita discussão, muito diálogo, muito esforço de produção
2779de consenso e votos, votos na Câmara, votos no Senado, votos nas eleições. A
2780democracia é trabalhosa, a democracia não cai do céu, e nós vivemos no País
2781hoje, uma situação dos nossos alibis de passado já não funcionam mais, regime
2782militar, inflação, ajuste fiscal, vontade política, recursos, não são esses os nossos
2783problemas, os problemas somos nós mesmos, nós precisamos ser capazes de
2784produzir as soluções para que também as coisas mudem, e a produção dessas
2785soluções, nós, muitas vezes não temos, não estamos equipados, não temos o
2786conhecimento, não temos a experiência, não temos as lideranças, não temos a
2787desenvoltura necessária para alavanca essas mudança. Estou dando esse
2788exemplo, preparar, o Rogério vai entrar mais no detalhe do conteúdo do projeto,
2789mas para vocês também compreenderem os desafios do Conama. O Conama tem
2790um potencial ‘legisferante’, não é? Que não pode também, ser nem desqualificado,
2791nem abusado, nem petrofiado, nem atrofiado. Nós estamos começando um novo
2792Governo, estamos começando um novo ciclo e precisamos pensar o potencial de
2793nossas ações, para trás e para frente, arrumar alguns passivos e imperfeições do
2794passado, melhorar o enfrentamento dos desafios presentes e futuros, mas isso
2795depende do que nós formos capazes de aportar. E nós temos limitações, nós
2796todos, limitações pessoais, limitações institucionais, limitações cognitivas,

2797limitações políticas e desafio é nós sermos capazes de superar esse processo
2798para produzir mudança. Esse projeto, eu acho que é um exemplo interessante,
2799como foi do Código Florestal, que continua em curso, nós estamos ainda na
2800implementação do Cadastro Ambiental, como a Ministra mencionou, mas as
2801coisas não são simples, mas cabe a nós destrincharmos e vermos aonde que as
2802coisas estão para sermos capazes de expandir nos limites do possível. É isso.
2803Obrigado. Rogério, passo a palavra para você.

2804

2805

2806**O SR. ROGÉRIO MARCOS MAGALHÃES (SBF)** – Obrigado, Secretário. Boa
2807tarde a todos e a todas. Meu nome é Rogério Magalhães e eu trabalho na
2808Secretaria de Biodiversidade e Florestas, na assessoria da SBF do Ministério do
2809Meio Ambiente. Bom, Secretário, restou pouca coisa aqui para eu informar, não é?
2810Eu vou complementar essas informações que o senhor antecipou, com relação à
2811tramitação dessa matéria no Senado Federal. O Senado recebeu o número de
2812PLC, que é Projeto de Lei proveniente da Câmara. Proveniente da Câmara, PLC
2813nº 2 de 2015, ele será relatado pelo Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio
2814Ambiente. Na Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo Senador Teomário Mota.
2815Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pelo Senador Acir Gurgaks e ele
2816também vai tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos, onde será relatado
2817pelo Senador Douglas Sintra, do PTB de Pernambuco e também na Comissão de
2818Construção e Justiça e Cidadania, que ainda aguarda a indicação de relator.
2819Como o Secretário antecipou, ontem ocorreu uma audiência na Comissão de Meio
2820Ambiente, defesa do consumidor e fiscalização, e controle, e essa audiência foi
2821em conjunto com a CCT e a CRA, que é a Comissão de Agricultura e Reforma
2822Agrária. E hoje pela manhã também ocorreram mais duas audiências. Esse é um
2823tema, acesso a patrimônio genético e a conhecimento tradicional associado, e a
2824repartição de benefícios, é um tema bem complexo, cheio de terminologia técnica
2825e eu gostaria só, eu não gostaria de adentrar na discussão ou, quer dizer, nós não
2826estamos aqui para discutir, mas eu não gostaria de adentrar, colocar termos
2827técnicos, porque eu acho que ficaria complicado. Mas, só fazer um comentário
2828geral, comparativamente a Medida Provisória que está em vigor, esse Projeto de
2829Lei, ele tem uma lógica diferente, da Medida Provisória, porque ele busca a trazer,
2830tanto a pesquisa, como as indústrias para exploração do patrimônio genético e
2831conhecimento tradicional associado brasileiro. Nesse aspecto ele facilita a
2832pesquisa, que para fazer o acesso ela precisa somente de um cadastro, um
2833sistema digital, diferentemente da Medida Provisória, que já obrigava a exigir uma
2834autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Basicamente, essa
2835lógica muda, de forma que a empresa que pretende fazer a exploração desse
2836patrimônio genético, ela tem um período de, praticamente um ano, para testar
2837esse produto, comercialmente e depois apresentar, e posteriormente ter essa
2838autorização concedida pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Isso foi
2839um acerto, buscado nessas reuniões, nessas discussões que foram feitas, como o
2840Secretário citou e se acredita que isso vá facilitar, vai atrair a indústria para a
2841exploração de diversidade biológica brasileira. Secretário, eu acho que isso é
2842basicamente, se o senhor quiser complementar.

2843

2844

2845O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama) – Só um
2846pouquinho amis aqui. Só lembrando pessoal, que esse assunto, Rogério fez
2847menção a uma Medida Provisória que transformou-se em Lei de 2001, que foi
2848reeditada 16, 19 vezes, mas que no intuito de proteger a biodiversidade brasileira,
2849da biopirataria, acabou gerando a criminalização da bioprospecção, e na prática
2850resultando muito pouco em repartição de benefícios. Então, toda a arquitetura do
2851projeto em discussão, que eu vou pedir para a Adriana, depois remeter a vocês
2852uma documentação básica, o Rogério vai preparar, isso vai por e-mail para vocês
2853todos. Todo o esforço que foi feito de negociação, é no sentido de desburocratizar
2854e simplificar a bioprospecção. Quando essa bioprospecção resulta em inovação e
2855comercialização, nós precisamos, o setor privado precisa, ou contribuir para o
2856fundo, quando o conhecimento não é identificado a fonte, ou no caso de
2857comunidade, de conhecimento tradicional associado, estabelecer um contrato de
2858repartição de benefício com os detentores desse conhecimento, sejam eles povos
2859tradicionais, populações quilombolas ou tribos indígenas. Então, como que isso é
2860assegurado? Através da rastreabilidade, ou seja, os nossos Conselhos de
2861Patrimônio Genético, em conjunto com o CNPq, tem uma base de dados, uma
2862base de informações que permitirá essa rastreabilidade. Mas com isso o que nós
2863queremos? Incentivar, tanto a bioprospecção, quanto assegurar a repartição de
2864benefícios. Esse não é um assunto trivial. Por que não é assunto trivial? Os países
2865megadiversos, são os países do Sul, não são os países desenvolvidos, não são os
2866países ricos, e os países ricos detém o que? As tecnologias, as patentes. Nós
2867detemos o quê? A biodiversidade. Então, Nós precisamos, ao mesmo tempo, criar
2868condições, que essa biodiversidade seja explorada em bases sustentáveis,
2869assegurar pesquisa de desenvolvimento, de modo a incentivar o desenvolvimento
2870da bioeconomia nacional, da bioindústria nacional e, principalmente assegurar o
2871reconhecimento e o respeito aos direitos de populações que detenham
2872conhecimento tradicional, que seja transformado em valor econômico. Então, não
2873é um projeto que nós podemos olhar, como é que isso funciona na Alemanha? Na
2874Alemanha não tem esse patrimônio megadiverso, podemos olhar para a Colômbia,
2875para o México, para a Índia, para a Austrália, mas os poucos países que detém
2876essas informações, os seus marcos regulatórios são muito simples e muito
2877precários, tanto é que hoje há uma expectativa global em relação ao desfecho
2878desse processo no Brasil, porque muitos países vão se mirar, vão tomar o que
2879está acontecendo no Brasil como parâmetro para estruturação do seu marco
2880regulatório nessa área. Além disso, eu mencionei rapidamente, nós não podemos
2881ratificar Nagoya, está bloqueado no Congresso, sem termos uma legislação
2882nacional adequada. Então, existe também um componente de destravar, de
2883permitir que País se una na compreensão de que, do marco regulatório adequado
2884para que nós possamos trabalhar em preservação da biodiversidade. No caso de
2885produtos alimentícios, agropecuária, existe um outro tratado, o fator fitogenético, o
2886tifa que é um tratado também do qual o Brasil faz parte, são dois tratados
2887consistentes entre si, mas nós precisamos ter uma legislação nacional que nos
2888proteja e nos preserve na negociação internacional. Isso é possível se nós

125

63

126

2889criarmos as condições para tratarmos esse assunto adequadamente. Hoje você
2890tem uma criminalização de bioprospecção e, praticamente não tem repartição de
2891benefício. Nós precisamos criar as condições para a exploração econômica da
2892nossa biodiversidade e bases sustentáveis e repartição de benefícios para os
2893povos tradicionais, quilombolas, populações indígenas detentores desse
2894conhecimento. Se nós não colocarmos esse Marcos Regulatório e pé, nós vamos
2895continuar na situação atual, para vocês terem uma ideia do universo de multas
2896que o Ibama tem, o percentual de arrecadação efetiva é mínimo, é mínimo em
2897função do que? Da judicialização dessas multas, desse processo. Isso mostra um
2898sistema que a aderência é baixa, quando a aderência é baixa, o sistema não roda,
2899a legislação não pega, o sistema não roda. Essa a discussão, os que tiverem
2900interesse, o projeto está no site da Câmara e do Senado, nós vamos mandar um
2901pequeno dossiê para todos vocês também, de modo que na próxima reunião do
2902Conama nós possamos dar as últimas notícias e incorporar, eventualmente o
2903desejo de aprofundamento de vocês em relação a esse assunto. Eu acho que é
2904isso, não é Rogério? É basicamente isso. Perguntas? Joaquim, por favor.

2905

2906

2907**O SR. JOAQUIM (Conselho de Populações Tradicionais)** – Boa tarde. Primeiro,
2908Secretário, quero assim, falar da importância e ter colocado esse tema aqui no
2909Conselho, para os membros do conselho e como já foi dito aqui, é um tema
2910extremamente complexo, é um tema que merece que os conselheiros aqui, no seu
2911conjunto, se apropriem do conteúdo desse tema, que é um conteúdo desse tema,
2912que é uma proposta que nós, quanto PCTs, nunca falamos que não é importante
2913quanto Projeto de Lei, para dar segurança jurídica. E como também foi dito assim,
2914que houve um certo desequilíbrio na questão dos debates, para poder essa PL
2915entrar com uma certa segurança no Senado. Tem havido alguns conflitos do ponto
2916de vista da compreensão que nós temos sobre a PL e da importância que ela tem.
2917E temos feito um esforço grande, construímos acessórias, advogados, técnicos
2918que entendam bem do tema para estar nós assessorando, para nós podermos
2919fazer uma defesa do direito dos PCTs nesse processo, e aí é fundamental que os
2920conselheiros aqui se proporcionem disso, eu sei o que tempo é curto, porque já
2921entrou no Senado, também trancando pauta em regime de urgência e tem um
2922período temporal muito curto, entendeu? Mas é fundamental que nós possamos
2923nos apropriar desse debate, é diferente do que a colega colocou aqui, que tem um
2924Projeto de Lei que está há 15 anos aqui e não sai, e esse entrou, rapidinho e está
2925correndo aí, e com um grau de importância, talvez até muito maior do que isso. É
2926importante que nós percebamos isso e nós estamos discutindo, um pouco, sobre
2927isso, porque nós temos muitas dúvidas em relação ao que trata a questão de
2928repartição de benefício e direito dos PCTs. Mas nós estamos dialogando nesse
2929sentido. E aí, conforme o próprio Secretário colocou, essa PL tem sido um grande
2930aprendizado para nós todos, inclusive de diálogo com o Governo, de diálogo com
2931os usuários e diálogo com o próprio Congresso Nacional. Tem sido uma lição
2932muito grande nesse sentido, ver como essas coisas transitam. Então, é
2933fundamental, eu sei que a próxima plenária, talvez seja para nós estarmos até,
2934quem sabe, de uma aprovação, ninguém sabe o que vai acontecer, está rolando,

2935inclusive nesse momento, a nossa equipe está reunida com o Jorge Viana, que é
2936um dos relatores, nesse exato momento está lá no Senado, para discutir os
2937nossos pontos que nós estamos defendendo, assim como todas as confissões,
2938conforme foi colocado aqui, pelo Ministério. Então, eu quero só aqui, pedir para os
2939Conselheiros, do Movimento Social, das empresas, que se apropriem e vamos
2940fazer uma discussão qualificada, conforme você colocou. Eu acho que temos que
2941qualificar isso muito bem e manter um equilíbrio no debate sobre isso e manter o
2942equilíbrio, 'inclusivamente' fazendo justiça social no universo como um todo. Era
2943só essa a minha contribuição aqui, nesse processo.

2944

2945

2946**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário-Executivo do Conama)** – Na linha do
2947que o Joaquim mencionou, nós assumimos o compromisso ontem, na reunião da
2948manhã, na parte do, onde estavam os órgãos do Governo. Esse é um projeto que
2949não é um projeto do Ministério do Meio Ambiente apenas, o Ministério do Meio
2950Ambiente, MCTI, MDIC e MAPA e, na verdade, agora é um projeto do Governo,
2951não é mais nem desses 4 Ministérios. Mas a iniciativa cabe a nós. Então, no que
2952diz respeito à regulamentação, que é um projeto que vai envolver ainda
2953detalhamento, arcabouço infralegal, nós vamos procurar, nós assumimos o
2954compromisso público ontem, de fazer uma escuta estruturada e qualificada, junto
2955a todos os interlocutores. Isso não significa concordar com as posições dos outros,
2956não é isso, mas significa nós darmos a todos a condição da participação, a mais
2957qualificada possível. A participação é uma coisa engraçada, ela, às vezes, ela, nós
2958só damos valor quando percebemos como ela pode enriquecer e influenciar no
2959sentido de uma legislação melhor. Esse é o Governo comprometido com esse
2960esforço, muitas vezes nós não conseguimos fazer da melhor forma, nós vamos,
2961pelo menos em relação, agora já está no Congresso, mas no que diz respeito a
2962regulamentação, nós vamos procurar exercer esse debate da melhor forma
2963possível e nós entendemos que vocês também, Conselheiros do Conama, tem um
2964papel a desempenhar nessa discussão. Não é um assunto que afeta igualmente a
2965todos, mas é um assunto de interesse do Brasil e achamos que vocês tem todo,
2966enfim. É do interesse, do melhor interesse de todos aqui, vocês, pelo menos
2967estarem informados. Obrigado. Bom, nós vamos, então, partir para o nosso último
2968informe, que é um best-seller, são as famosas listas das espécies e nós vamos
2969pedir para o Hugo Vercilo comentá-las e trazer para vocês o debate que está
2970acontecendo, para que possamos também, processar essa discussão aí para
2971frente. Esse assunto já esteve aqui no Conama, em vários momentos, sob várias
2972entradas e peço a vocês que aproveitem a exposição do Hugo, é um avanço muito
2973grande para o Ministério e é uma discussão que, eu diria que está só começando.
2974Vou pedir também, licença a vocês, eu tenho, como o Joaquim mencionou, eu
2975estou indo, exatamente em uma reunião relacionada ao projeto patrimônio
2976genético, agora, na Presidência, porque o pau está quebrando, negociação é
2977sempre um processo de, um processamento de conflitos muito grande. E aquilo
2978que eu mencionei antes, eu faço parte de uma geração formada no contexto da
2979tecnocracia do regime autoritário. Então, nós temos, às vezes, dificuldade de
2980discutir, de compreender, de se colocar no papel do outro e de lidar com o conflito,

2981e peço ao Doutor Deusdará, que está ali, despontando no horizonte, para assumir
2982aqui, o meu lugar na conclusão dos trabalhos, após a fala dos Hugo. Queria dizer
2983também que, nós estamos começando um novo ciclo com essa reunião de hoje,
2984eu me despedi de vocês em dezembro, novembro ou dezembro, já não lembro,
2985mas estamos aqui de novo, espero que nós possamos melhorar e termos um
2986Conama mais vibrante, mais efetivo em relação ao seu desempenho.
2987Continuamos aí, foi um prazer está aqui de volta com vocês. Hugo.

2988

2989

2990**O SR. HUGO VERCILO (ICMBio)** – Obrigado Secretário. Boa tarde Conselheiros.

2991Em nome do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes, Jardim
2992Botânico do Rio de Janeiro, eu vou fazer essa apresentação sobre as listas
2993nacionais de espécies ameaçadas de extinção, tentar esclarecer algumas dúvidas
2994e mostrar o que nós temos trabalhado nesses últimos 6 anos, como Melissa
2995colocou. Próximo, por favor. Como Melissa colocou na sua fala de abertura, todo
2996esse trabalho feito para conservação das espécies brasileiras, ele tem sido
2997conduzido, ao longo dos últimos 6 anos, que ele foi cominado, toda a estratégia
2998montada foi cominada por meio de uma portaria, essa 43 de 2014, do Ministério
2999do Meio Ambiente, que estabelece toda a estratégia nacional focada na adoção de
3000ações para prevenção, conservação, manejo e gestão de espécies, visando
3001mitigar as ameaças e o risco de extinção das espécies. Para isso as estratégias,
3002para espécies, que é o Programa, ele definiu 3 instrumentos, bases operacionais,
3003o primeiro dele são registros nacionais, oficiais de espécies ameaçadas de
3004extinção, que é o tema do debate aqui e depois vou apresentar duas outras
3005ferramentas, os planos de ação e as bases de dados e sistema de informação. As
3006listas são ferramentas globalmente utilizadas e que há muito tempo são
3007desenvolvidas no mundo inteiro, ela permite que nós identifiquemos quais são as
3008prioridades de ação, para conservação das espécies, entender a tendência das
3009espécies em declínio ou recuperação e ainda permite que nós monitoremos a
3010situação das espécies e daí que nós possamos, então, ter uma atuação mais
3011efetiva para conservação. Só para terem uma ideia, a primeira lista brasileira foi
3012estabelecida em 1968, pelo IBDF. Esse processo foi de construção de listas foi
3013evoluindo ao longo tempo, toda a metodologia de aplicação, as informações, a
3014divisão dessa informação com todo mundo. Então, as primeiras listas iniciadas em
301568, depois nós tivemos uma atualização em 70 e, mais recentemente em 89
3016também. Elas começaram a ser construídas por indicação de especialistas e não
3017por meio de uma avaliação completa ou de uma metodologia. Depois, a lista que
3018estava vigente até o ano passado, que foi elaborada em 2003, 2005, já foram
3019listas construídas com base e metodologia internacionalmente conhecida, usando
3020critérios nacionais, mas para aquele momento foram avaliadas apenas espécies
3021candidatas, não foi observado todo o universo de espécies existentes no Brasil.
3022Em 2014, tanto a lista de falta quanto a lista de flora foi construída com base em
3023uma avaliação de todos os vertebrados do Brasil *'frolhados'*, foram utilizados
3024critérios internacionais para garantir a qualidade e a comparação dessas
3025informações nos nossos outros países. Todo o resultado, todo trabalho feito, ele
3026foi revisado por um painel de especialistas que tinha como objetivo, verificar a

3027consistência e a informação, e garantir que nós só estávamos colocando na lista
3028espécies que, realmente tinham informações e fundamentos para isso. E por fim,
3029ela trouxe inovação única, que foi, separar as espécie ameaçadas por categoria
3030de risco em extinção, as lista anteriores só diziam que as espécie está ameaçada
3031de extinção, independente do quão próximo ou não ela está do 'vorter' que esteja
3032em extinção e aqui nós já estamos trazendo uma gradação desse risco de
3033extinção. O método utilizado, é o método que foi desenvolvido pela União
3034Internacional de Conservação da Natureza, ao UICN, acredito que todos voes
3035conheçam o UINC, é uma organização muito antiga, fundada na década de 70,
3036primeira organização internacional para conservação e ela não tem foco, não é
3037uma ONG, ela é uma organização que une governos, ONGs, especialistas, em
3038prol de uma causa maior, reconstruir essa biodiversidade. Então, os maiores
3039especialistas do mundo, e aí de todas as qualidades de cunho brasileiro trabalham
3040na construção dessa metodologia e ela já testada, revisada várias vezes, e a
3041segurança e a tecnologia ela é a melhor e tem melhor condição para nós
3042podermos fazer a avaliação e construirmos as listas, ela utiliza vários critérios para
3043definir o risco de extinção da espécie e os principais são esses que nós colocamos
3044aqui, em relação ao tamanho populacional das espécies e a qualidade do habitat,
3045tamanho e localidade. E por fim, avalia essa tendência de alteração desses
3046critérios, nos últimos 10 anos ou 3 gerações da espécie, para garantir que
3047espécies que tenham ciclo de vida curto, você conseguiu observar, ou se o ciclo é
3048vida longa você também consiga avaliar. E aí, com base nesses critérios você
3049consegue incluir as espécies em essas categorias que estão postas aí.
3050Rapidamente, para explicar para vocês, as categorias que levam a estar
3051ameaçadas, as categorias que vão de vulnerável para cima, ali vulnerável, em
3052perigo e criticamente em perigo. A diferença entre essas 3 categorias está na
3053redução, o tamanho da redução populacional, vulnerável a redução 50%, em
3054perigo 60% e criticamente em perigo 90%. Regionalmente extinto, que é o cinza
3055acima, que dizer que a espécie está extinta somente em território do Brasil,
3056quando nós fazemos a avaliação nacional. Extinto natureza, quer dizer que a
3057espécie não existe mais no ambiente natural, somente em cativeiro. E extinto quer
3058dizer que a espécie não existe em lugar mais nenhum no mundo, que foi feito um
3059amplo esforço de busca e ela não foi encontrada. Abaixo desse nível de
3060ameaçados, ou seja, vulnerável para baixo, são as espécies que não estão
3061ameaçadas de extinção e a categoria, são quase ameaçada, quer dizer que a
3062espécie não está ameaçada ainda, mas o declive populacional, se não cuidado,
3063levará a espécie a entrar nessas categorias. Menos preocupantes, quer dizer que
3064a espécie ela é cosmopolita, está muito bem estável. E dados insuficientes, quer
3065dizer que não existe informação suficiente para classificarem nas categorias. Não
3066aplicável ocorre quando a espécie tem uma distribuição muito linear, que quase
3067não aparece no Brasil, em um percentual relativo não se aplica para ser feito uma
3068avalição nacional. E não avaliado, quer dizer quando a espécie não foi avaliada.
3069Então, as listas, no Brasil, foram construídas em 3 listas diferentes, uma lista para
3070flora, uma lista para a fauna e uma lista para a fauna aquática, destacado aqui os
3071mamíferos, independente deles serem aquáticos ou terrestres, eles estão na lista
3072de fauna. Basicamente isso. Próximo.na lista de flora, então, a lista que estava

3073anterior era IN 06 de 2008, que foi atualizada pela Portaria 443. A lista de fauna
3074era IN 03 de 2003, que foi atualizada pela Portaria 444 de 2014. E a de fauna
3075aquática era a IN 05 de 2004, atualizada pela IN 52 de 2005, que agora em 2014
3076foi avaliada pela Portaria 445. Todas as 3 Portarias foram editadas no mesmo dia,
3077no mesmo ato, no dia 17 de dezembro de 2014. O processo de construção foi um
3078processo amplo, com eu contei para vocês foram 6 anos de trabalho, envolvendo
3079uma gama muito grande de especialistas e nós tentamos fazer uma maior
3080varredura possível nas espécie brasileiras. Então, para flora foram utilizados mais
3081de 330 especialistas, que diretamente contribuíram com o processo e avaliadas
30824.617 espécies da flora brasileira. Para a fauna foram 963 especialistas, avaliando
3083mais 6.800 espécies e cabe destacar aqui, que 100% dos animais vertebrados, ou
3084seja, 100% dos mamíferos, dos répteis, dos anfíbios, foram avaliados. E para a
3085fauna aquática, também o esforço grande, mais de 330 especialistas diretamente
3086desenvolvidos, foram mais de 5.400 espécies avaliadas e aí destaque, todos os
3087peixes do Brasil foram avaliados, para nós sabermos a situação deles. A lista traz,
3088então, informações novas, o universo amostral que destacaram a vocês foi muito
3089maior do universo amostral anteriormente feito, foram mais de 830% das espécies
3090a mais, avaliadas. E isso requer, então, uma revisão que nós não conseguimos
3091comparar, imediatamente, uma lista com a outra, porque não pode comparar o
3092número global de uma lista de onde se avaliaram mil espécies, para um grupo
3093global onde se avaliaram mais de 10 mil espécies, mais de 12 mil espécies. Não,
3094minto. Mais de 16 mil espécies. Então, são incomparáveis os números. Mas o que
3095é importante destacar aqui são os números atuais. Então, a lista de flora
3096promulgada, ela tem 2.103 espécies ameaçadas e na revisão identificou que 89
3097espécies não deveriam constar na lista. A lista de fauna inclui hoje, 678 espécies
3098ameaçadas, sendo que dessas, dessas espécies, que não é lista vigente, saíram
309978 comparando a lista interior e aí primeiras espécies que saem, algumas são
3100sachadas por conta da melhoria, o estado de conservação e outra entram, não,
3101simplesmente por terem piorado, mas muito por terem sido inscritas, pós a lista
3102anterior ou porque não foram listadas à época. Na fauna aquática a lista vigente
3103consta com 475 espécies ameadas, saem 82 da lista anterior, também por
3104melhoria da informação, e entram 325, principalmente também, são espécie que
3105não foram estudadas ou inscritas anteriormente. Próximo. Então, alguns exemplos
3106de espécies da lista, só para, apareceu uma 'fotinha' de bicho aí. Arara azul
3107grande, é uma espécie que está saindo da lista agora, já saiu da lista em
3108dezembro, foi recuperação populacional, a espécie sentiu 6.500 animais na
3109natureza e hoje ela está em uma situação muito confortável, mas continua
3110requerendo ainda, um cuidado, um olhar especial para evitar que ela não volte ao
3111risco de extinção. O peixe grama é uma espécie que também sai da lista, entrou
3112na lista de 2005, por excesso de captura para peixe ornamental e ela está saindo
3113porque com a Normativa 05, ela ficou proibida de ser capturada e comercializada.
3114Então, teve tempo para essa espécie se recuperar e agora poder voltar a ser
3115objeto de manejo. Entre as espécies que entram na lista, destaque duas aí, que são
3116duas espécies que estão caracterizadas por não terem, não serem conhecidas
3117antes, na lista anterior. O macaco prego galego, é uma espécie que foi descoberta
3118depois de 2004. Então, não havia como ele ser constado na lista anterior. E da

3119mesma forma, a maioria dos cascudos, os cascudinhos e todos foram espécies
3120que não foram estudadas anteriormente e só agora foram estudados. Então,
3121nesse momento nós aumentamos a lista, por aumentar o conhecimento sobre a
3122fauna brasileira e a flora brasileira. Toda a informação que foi trabalhada,
3123estruturada para se construir essas listas, está disponível na Internet, ou no site do
3124Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde se pode fazer toda a busca por nome
3125científico das espécies, nome comum e daí descobrir informações sobre qual o
3126risco de extinção. Modo de distribuição e a categoria. Próximo. E da mesma forma
3127as espécies de fauna. Todos os dados estão disponíveis no site do Instituto Chico
3128Mendes, onde você pode fazer o mesmo tipo de busca, obter as informação e,
3129além de descobrir toda informação sobre a categoria, grupo astronômico e o
3130porquê a espécie está em risco de extinção, você também tem toda a referência
3131biográfica e justificou essa análise. Com base, então, nesse trabalho, esse estudo
3132feito pelo Jardim Botânico e pelo Instituto Chico Mendes, foram promulgados,
3133como eu comentei com vocês, no dia 17 de dezembro, atos legais que
3134transformaram essas listas em listas de espécies ameaçadas de extinção. Então,
3135são3, como eu falei para vocês e vou citar um pouco para vocês, o que cada um
3136deles remete. A Portaria 443 é de flora, ela protege, de modo integral, todas as
3137espécies ameaçadas, constantes, nos anexos da lista, mas nós entendemos as
3138questões inerentes ao processo, de manejos de flora. Então, a Portaria têm
3139algumas permissões. Ela permite que exemplares cultivados em plantios sejam
3140sim, objetos de uso, permitem o manejo quando os florestais não madeireiros,
3141permite pesquisa científica, permite inventário florístico para Licenciamento
3142Ambiental e ainda, possibilita o manejo de espécies vulneráveis, que aí é uma
3143coisa interessante eu queria chamar a atenção de vocês nisso, uma inovação que
3144nós fizemos nesse processo de construção dessas listas, ao se definir categorias
3145diferentes, nós passamos a estabelecer restrições diferentes para cada categoria,
3146e uma característica que nós temos aqui, para esse flora, que as espécies de
3147categoria vulnerável, elas são sim, passíveis de manejo sustentável, desde que
3148regulamentada pelo órgão ambiental competente. A Portaria de flora gerou alguma
3149dúvida no processo após a divulgação. Imediatamente o Ministério do Meio
3150Ambiente editou uma Instrução Normativa 01 de 2015, que regulamenta a prática
3151do manejo, envolvendo, principalmente atividades florestais. E deixo aí para vocês
3152fazerem, se quiserem ler. Passou? Ok. Obrigado. Vai. A outra Portaria, a 444 de
31532014, ela trabalha por espécie de fauna. Então, protege, de forma integral, as
3154espécies da lista, mas permite a pesquisa científica e ainda, qualquer tipo de uso
3155de espécies que sejam reproduzidas em cativeiro. Após a publicação também
3156surgiram algumas dúvidas, apesar de não terem um fundamento muito robusto,
3157mas para evitar qualquer tipo de dúvida na operação, vai ser editado um ato que
3158tem elaboração, que esclarece que, não existe, que a autorização para coleta, no
3159âmbito da Licença Ambiental, deve ser feita e autorizada pelo órgão licenciador.
3160Certo? A Portaria 445 de 2014 é de fauna aquática, ela, talvez tenha sido gerado
3161mais burburinho nos últimos meses. Ela também protege, de modo integral, das
3162espécies ameaçadas, mas permite que a pesquisa científica seja feita, que as
3163espécies continuem sendo utilizadas por 70 dias, independente da sua categoria
3164de risco, desde que não constasse na lista anterior. Permite ainda, que as

3165espécies que tem seus estoques, nos estoques das espécies, já existentes, sejam
3166comercializados por até um ano e ainda permite espécies, o comércio de espécies
3167feitas em cativeiro. Além disso, tais espécies da categoria vulnerável, podem sim,
3168ser manejadas, ou seja, não existe uma restrição para as espécies vulneráveis e
3169elas poderão ser feitas, desde que tenha um ato de regulamento pesqueiro pelo
3170Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca. Só para esclarecer um
3171aspecto com relação ao impacto de Portaria sobre a pesca brasileira. Eu gostaria
3172de afirmar para os senhores que, não existe impacto sobre a produção pesqueira
3173nacional. As principais espécies, alvo da pesca no Brasil, não estão na lista,
3174sardinha, sardinha verdadeira corvina, castanha, dourado, bonito, pescada
3175amarela, não estão na lista. Então assim, não existe impacto direto sobre a
3176produção nacional pesqueira. E ainda alguns nomes que foram citados, que
3177estavam acabando com a pesca, nós não temos namorado, enchova nem tainha,
3178nem caranguejo está na lista. Existe uma dificuldade muito grande de
3179entendimento da sociedade como um todo, sobre a questão de nome científico e
3180nome vulgar, isso gera algumas interpretações equivocadas, uma lista de
3181espécies ameaçadas é formada por espécies de acordo com o nome científico.
3182Então, se nós colocamos o nome garoupa, pessoas entendem qualquer garoupa.
3183Não, muito pelo, a espécie fala daquele nome científico que contém na nossa lista.
3184Importante destacar que nessa Portaria as espécies de garoupa que estão na lista
3185são apenas duas e as duas consta na categoria vulnerável, ou seja, a pesca é
3186permitida sim, desde que siga o regulamento pesqueiro estabelecido, estabelecido
3187pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca. A mesma coisa com os
3188bagres, uma dúvida muito grande, quais bagres estão na lista. Então, são apenas
3189duas espécies de bagre, bagres marinhos que estão na lista. E o pargo está na
3190lista sim, na categoria vulnerável, ou seja, pode ser sim, manejado. Dando
3191continuidade, então, à implementação da Portaria 445, o Ministério do Meio
3192Ambiente e o Ministério da Pesca passaram a debater sobre a Portaria, conforme
3193previsto já, nos artigos da Portaria. E aí nós começamos a trabalhar, como
3194implementar a Portaria, como atuar sobre a Portaria. E o Grupo de Trabalho
3195formado por dois Ministérios identificou que havia 96 espécies de interesse
3196comercial na lista, dessas 96 espécies nós classificamos elas em 4 tipos de
3197recomendação, dentro do Grupo de Trabalho. E observa-se que, eu queria
3198destacar a vocês, que a maioria das espécies, o Grupo entendeu que tinha que
3199manter a proibição como está posta, que 10, a proibição deve ser mantida, mas
3200que a espécie deveria ser reavaliada, não por ter informações novas, mas sim,
3201porque ainda existe um interesse muito grande do setor produtivo. 13 espécies
3202precisam revisar as medidas também, as vigentes, ou seja, a espécie de nível
3203vulnerável, que tem que atualizar só a medida vigente e 14 tem que se
3204estabelecer novos atos, que não tinham atos regulamentando sua pescaria. Esse
3205trabalho de revisar, levantar informações sobre as 10 espécies e revisar o
3206regulamento pesqueiro das 27 espécies, vai ser conduzido agora, nos dias 26 e 27
3207de março, para o
3208Grupo de Trabalho estabelecido pela Ministra de meio Ambiente, que inclui vários
3209especialistas e o setor da pesca artesanal. Antes de passar par ao próximo slide e
3210entrar nos próximos passos, eu queria só ressaltar para os senhores que, eu

3211espero que tenha conseguido demonstrar para vocês que o trabalho de
3212construção da lista foi um trabalho muito longo, de 6 anos, envolvendo muitas
3213pessoas, tivemos um amplo envolvimento da Sociedade Científica Brasileira,
3214tivemos um amplo processo de construção, ele é muito bem fundamentado em
3215termos de base científica, ele é muito bem fundamentado em termos de conversa
3216com os setores da Sociedade Civil, focando na academia, na geração dos dados, e
3217na informação sobre isso, e nós entendemos que é muito robusto. Mas assim, a
3218construção de lista, as listas requerem ainda, que nós avancemos e aí entra os
3219próximos passos. E um dos debates que nós temos que fazer e temos que
3220comentar e temos que trabalhar, é a questão da relação entre as listas estaduais e
3221nacionais, hoje vários Estados têm listas estaduais, de espécies ameaçadas, isso
3222gera uma relação com a lista nacional, nós temos que buscar uma estratégia de
3223como harmonizar essa relação, como integrar os dados, não é possível que cada
3224Estado refaça o mesmo esforço que foi feito em nível federal e buscar solucionar
3225alguns de conflito que nós acabamos tendo, por ter listas distintas entre Estados e
3226lista nacional. Além disso, esse de integração, ele não tem que se restringir só
3227elaborar lista e fazer uma lista e sim, a retirar as espécies da lista, como a Melissa
3228colocou, nós temos que ir além desse processo. E aí, a partir daí, então, nós
3229temos que ampliar as políticas ações para a conservação de espécies. É isso.
3230Acabou. Obrigado.

3231

3232

3233(*Palmas!*).

3234

3235

3236**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Bom, boa tarde. Obrigado Hugo.
3237Por favor, excelente, informe exaustivo, porém bastante esclarecedor. Pergunta
3238dos senhores Conselheiros, aguardem um pouquinho, por favor. Se os senhores
3239tem alguma inscrição a ser feita? Duas. Três. Ok. O informe que nós temos ainda,
3240durante hoje, o dia de hoje, a apresentação do balanço do Conama, um informe a
3241respeito do Colóquio Internacional, a ratificação dos senhores Conselheiros que
3242vão participar do interconselhos e aqueles que estão, os representantes dos
3243Estado da área de Meio Ambiente, salvo engano tem uma reunião com a Ministra
3244as 6h. Então, eu vou pedir celeridade para que nós possamos cumprir a reunião,
3245encerrar a reunião no prazo possível, para os senhores deslocarem para esse
3246encontro com a Ministra Isabela. Então, na ordem. Seu nome, por favor?
3247Desculpa. Ivaneide, por favor. Depois tem amis dois inscritos aqui.

3248

3249

3250**A SR^a IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO (Kanindé/Rondônia)** – Boa tarde a
3251todos e a todas. Eu sou Ivaneide, da Kanindé, Rondônia da Amazônia. Na
3252verdade é para tirar uma dúvida. Eu sempre coloquei na Conabio, quando eu
3253estava discutindo a lista de espécies, a necessidade de fazer a pesquisa em terra
3254indígena. Nós temos 22% do território brasileiro que são terras indígenas, e até
3255onde vai o meu pequeno conhecimento, não há pesquisa e levantamento em terra
3256indígena. Há muito pouco feito por algumas ONGs, que fazem planos de gestão,

3257mas eu não me lembro de outros pesquisadores fazendo essa pesquisa. Então, eu
3258quero saber se isso foi levado em conta, como é que chegaram, já aqui, com um
3259território tão grande no Brasil sem ser pesquisado, como é que se chegou a esses
3260dados de 100% de vertebrados, 100%... Eu fico preocupada, porque eu sei que,
3261fazendo pesquisa, e eu sou pesquisadora, tem espécies que nós estamos
3262tentando confirmar com rara e outras espécies novas. Então, como é que se
3263chegou e se não foi feito, a minha sugestão é que se passe a fazer esses estudos,
3264nas terras indígenas e que se façam a gestão junto a Funai, porque eu vejo que a
3265Funai tem muita resistência a autorizar pesquisa na área biológica, em terra
3266indígena. Então, eu acho importante para os povos indígenas, ter esse
3267conhecimento e para o Brasil ter o conhecimento do que nós temos da
3268biodiversidade. Então, a minha sugestão é esta e a pergunta que eu gostaria de
3269ver como é que vocês chegaram. Obrigada.

3270

3271

3272**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Ivaneide. Vamos
3273responder. Hugo, por favor, você poderia responder, por gentileza?

3274

3275

3276**O SR. HUGO VERCILO (ICMBio)** – Obrigado pela pergunta. Para todo o trabalho
3277foi utilizada a melhor informação e geografia disponível no Brasil. Em alguns casos
3278havia um trabalho de coleta e informações em terras indígenas sim, em outros
3279casos não. Então, a informação que foi utilizada, foi toda a informação disponível
3280na biografia global, sobre as espécies brasileiras. Então, existem vazios no Brasil,
3281de informações, claro, mas a informação disponível foi toda utilizada, inclusive se
3282havia informação em terra indígena. E concordo com a senhora e acho que é
3283importante de ampliar o número de pesquisas, em cima das coisas que o trabalho
3284ponta, é um número de espécies muito grande, em índice de dados, que requerem
3285maiores informações. Então, é sempre importante ampliar a gestão de
3286conhecimento sobre as espécies brasileiras.

3287

3288

3289**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. A próxima
3290inscrita, por gentileza. São 3. Por favor.

3291

3292

3293**O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Boa tarde a todos, todas.
3294Marcelo Manara, do Solemar. Eu gostaria de colocar uma recomendação aí, para
3295os próximos passos. Primeiro parabenizar o esforço, porque nós sabemos que
3296não é fácil construir uma lista dessa na abrangência do território nacional,
3297realmente um esforço ecúleo e merece todo a 'parabenização', mesmo com todas
3298as dificuldades e levantamentos 'bimiográficos' e referências da carência de
3299informação no Brasil. Mas como recomendação, é necessário que se dê uma
3300atenção ao hábitat na estratégia de preservação da espécie, porque as listas de
3301espécies ameaçadas, quando discutidas, em termos de avaliação de impactos e aí
3302eu tenho uma experiência de 8 anos, pelo Ministério Público do Estado de São

3303Paulo, como Conselheiro atual quando no Consea, do Estado de São Paulo,
3304quanto se discute grandes intervenções, a questão da existência de espécies
3305ameaçadas passa como uma mera informação secundária e isso precisa ser
3306revisto, para fortalecimento das políticas públicas que deem guarida a essa
3307situação de vulnerabilidade e de ameaça dessas espécies, capazes de ser
3308devidamente apreciada e considerada como um elemento fundamental nesses
3309momentos de discussão, de grandes intervenções e intervenções da alteração da
3310paisagem e tudo mais. Hoje não é isso que acontece. A existência de espécies
3311ameaçadas é tratada sim, como uma informação secundária, que não resulta em
3312absolutamente nada. Pode ser que aumente ali, alguns hectares de medida
3313compensatória e é tão somente isso. Obrigado.

3314

3315

3316**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado. Eu entendo que foi
3317mais uma recomendação do que uma pergunta. Então, vou passar a palavra para
3318o próximo Conselheiro. Obrigado.

3319

3320

3321**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy)** – Eu vou na mesma
3322direção dele, no seguinte sentido: de que, primeiro é chocante o que a lista diz, no
3323sentido de, saíram 88, entraram 1.700. Eu não sei se as pessoas perceberam, que
3324é uma coisa absolutamente chocante, não poderia deixar aqui, eu não acho que
3325há o que se comemorar em uma lista dessa. O esforço, entendo, mas, a meu ver,
3326isso é um atestado de óbito coletivo da biodiversidade brasileira. Isso é muito
3327grave. Muito grave. Isso disse da destruição que estamos fazendo nesse País. E
3328aqui eu quero referendar, perfeitamente o que o colega falou, de que, pensar
3329animais, fauna, flora, sem bioma, é um equívoco total, quer dizer, nós não vamos
3330salvar espécie nenhuma se não salvarmos biomas, porque isso diz do tamanho da
3331intervenção que estamos fazendo em termos de dano. Então, eu acho que em um
3332texto teve ter, com certeza, uma referência da relação desse processo com todos
3333os processos de intervenção que se fazem nos biomas brasileiros. Eu acho que,
3334na verdade não são espécies que estão ameaçadas, são biomas que estão
3335ameaçados. Eu diria que nesse País, tirando cachorro e gato, ser humano e boi,
3336todas as demais espécies, com certeza, estão ameaçadas de extinção. Obrigado.

3337

3338

3339(*Palmas!*).

3340

3341

3342**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Vou fazer uma última, abrir a
3343última inscrição a respeito do assunto, para nós darmos andamento a agenda.
3344Agradeço pela objetividade. Por favor.

3345

3346

3347**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Boa tarde novamente. Eu não ia nem me
3348manifestar, mas frente ao que foi dito. Eu fiz uma relação com a parte de

3349Licenciamento, eu gostaria até de pedir à mesa, enquanto Ministério do Meio
3350Ambiente, que esclarecesse melhor os funcionários do Ibama e do Instituto Chico
3351Mendes, no momento de Licenciamento, porque a informação que eu tenho por
3352escrito, é que em relação a Lei Complementar 140, aliás, desculpe. Da Mata
3353Atlântica, que estabelece que a espécies ameaçadas de extinção devem ser
3354consideradas na hora do Licenciamento, a informação que eu tive por escrito, que
3355se não estiver, o último grupo não for a espécie ameaçada naquele lugar, não é
3356considerado, são indivíduos, como nós tivemos indivíduos ameaçados de
3357extinção, esse Licenciamento pode ser, não tem problema, só quando ameaçar a
3358espécie. Então, isso, eu acho que isso contribui fortemente na interpretação, na
3359hora de fazer licenciamentos e aí nós temos esses dados chocantes, como falou o
3360colega. Eu pediria que orientasse melhor os técnicos, na hora dessa informação.

3361

3362

3363**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado pelo registro. Eu vou
3364passar para o próximo ponto de pauta, que é o informe a respeito do balanço das
3365ações do Conama 2014, pedindo também, Adriana, que seja objetiva. Desculpe.
3366Perdão Adriana. O Hugo quer fazer uma intervenção e eu acho que os
3367Conselheiros vão acatar, tendo em vista a quantidade de informações que ele
3368passou. Por favor.

3369

3370

3371**O SR. HUGO VERCILO (ICMBio)** – Eu só queria destacar e reforçar que, como
3372eu disse no começo da minha apresentação, existe uma diferença muito grande
3373no universo de espécie que foi olhado e avaliado para fazer a lista anterior, para o
3374universo que foi olhado e avaliado para fazer a lista vigente. Só queria os
3375senhores tivessem isso em mente, na hora dessa *separação* das 1.700 espécies,
3376várias delas nem sequer eram escritas em 2004. Então, é muito difícil nós
3377fazermos essa comparação, comparando laranja com banana, entendeu? Em
3378alguns aspectos, nós temos que... Não, só para reforçar isso.

3379

3380

3381**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Mas esse registro de linha de
3382base dele é muito importante. Está ok? Bom. Acho que não conforta ninguém,
3383mas o mais importante é que o serviço foi reconhecido por vocês, um valor do
3384serviço, um progresso muito grande nesse sentido. Obrigado mais uma vez, leve
3385lá, as nossas congratulações para os colegas no ICMBio. Adriana, por gentileza.

3386

3387

3388**A SR^a ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (D-Conama)** – Nós vamos
3389apresentar um retrato da produção do Conama o ano passado e isso nós
3390entendemos que é importante para que o Conselho perceba o resultado das suas
3391reuniões, Câmaras Técnicas, plenária e etc., e se reconheça nesse trabalho feito
3392ao longo do ano passado. Foram 5 reuniões plenárias, 4 ordinárias e 1
3393extraordinária, naquele momento em que estávamos na discussão sobre
3394Resolução de eólicas, houve o pedido de vistas e fizemos uma Reunião

3395Extraordinária em junho. Então, vejam que foi 15 dias depois, mais ou menos, da
3396114ª reunião, que foi em 28 de maio. Fizemos, aprovamos a Resolução sobre
3397eólica e fizemos as outras duas, que já estavam previstas no nosso calendário.
3398Em termos de reuniões, nós fizemos do Comitê de Integração das Políticas
3399Ambientais, duas reuniões. E a Câmara Técnica, de longe a que mais trabalhou, a
3400que mais produziu e isso se refletiu nas ações do Conselho, foi, exatamente a
3401Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, a que tinha hoje, 2 temas pautados,
3402exatamente porque vinha com muito acúmulo de assuntos em pauta para essa
3403Câmara, foram 11, além de uma quantidade expressiva de Grupo de Trabalho,
3404que nós detalhamos no documento que vai ser disponibilizado para os senhores,
3405quando fizermos o sumário Executivo dessa reunião de hoje. A outra Câmara que
3406teve muita reunião, quer dizer, enfim. Foram as outras duas que tiveram mais
3407reuniões, a de Controle Ambiental, que trata da pauta de Licenciamento e a de
3408Assuntos Jurídicos. Tivemos a Câmara Técnica de Biodiversidade, com duas
3409reuniões e da Gestão Territorial com uma. E isso tudo resultou em aprovação de 3
3410Resoluções. A Resolução que tratava do Licenciamento Ambiental de
3411estabelecimento destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxico
3412ou contendo resíduos, foi a grande modificação advinda dessa Resolução. A
3413Resolução que fala do controle ambiental de produtos destinados a remediação. E
3414a Resolução que tratava do Licenciamento Ambiental de Energia Eólica. Houve
3415uma outra aprovada por esse Conselho, que foi publicada só nesse ano da 2015 e
3416por isso ela não consta nesse balanço, que foi a de Plano de Manejo de Fauna em
3417Aeródromos, citada hoje, por algum Conselheiro. Nós tivemos a recomendação
3418sobre, para os órgãos gestores do SNUC, para elaboração e implementação da
3419efetividade da gestão das unidades de conservação, seguindo diretrizes
3420internacionais. E tivemos 3 moções, as 3 moções, eu aproveito para dar um
3421retorno sobre o encaminhamento posterior, dado a essas moções. A primeira 126,
3422pedia uma aprovação célere, a ratificação célere da Convenção de Minamata, pelo
3423Governo Brasileiro, é uma convenção que trata de mercúrio. Em novembro do ano
3424passado, a Presidência da República colocou, para o Congresso Nacional, um
3425Decreto pedindo essa aprovação célere por parte do Congresso Nacional. Então,
3426já foi uma, as pessoas falaram aqui, em moção, essa foi uma moção efetiva, que
3427teve já, um desdobramento, a partir da manifestação do Conselho. Duas outras
3428moções, elas pediam questões relacionadas ao Código Florestal, uma pedia uma
3429agilização para edição do Decreto da Presidência, que incumbiu o Ministério do
3430Meio Ambiente, uma definição da forma de convenção das multas, conforme o
3431Código Florestal, a Lei 12.651, sem anistiar as propriedades opostas rurais, que
3432tivessem desmatado até 22 de julho de 2008, dentro dos limites legais, mas sem
3433autorização ambiental. A outra moção tratava também, de uma agilização, uma
3434solicitação de agilização, para edição de uma IN do Ministério do Meio Ambiente,
3435regulamentando esse Código Florestal, contendo definição de imóvel rural,
3436igualmente a que vem sendo adotada pelo Incra. Foram editadas sobre isso, duas
3437INs, pelo Ministério, uma, nº 2 de maio de 2014, que tratava de uma
3438compatibilização do Sistema do Cadastro Ambiental Rural, Sicar, com
3439procedimentos gerais para o CAR. E uma outra que era a Instrução Normativa nº
34403, da Política de Integração do Sistema de Integração do Cadastro Ambiental

3441Rural. Então, também isso já é um retorno positivo, das moções aprovadas pelo
3442Conselho. E nós trazemos uma estimativa de gastos, que é uma avaliação
3443interessante, até para se ter a noção do que significa mobilizar esse quantitativo
3444de Conselheiros, que vem aqui deixando as suas agendas, dos seus Estados e
3445etc., sendo que nesse computo nós computamos somente o gasto com a
3446Sociedade Civil, com as entidades não governamentais. São 157 passagens
3447emitidas, um custo aproximado, que está colocado aqui, gastos com passagens e
3448diárias, também esse custo aproximado, 126 mil reais, 741. Então, esse é o valor
3449real de passagens e diárias. Nós tivemos mudanças da Conselheiros, que foram
3450126, que resultaram em portarias publicadas, de designação de Conselheiros, 54
3451portarias. Gastos com empresa gráfica, o que significa pastas para o Seminário,
3452houve aquele seminário sobre, era uma avaliação jurídica da revisão das
3453Resoluções Conama, em face da Legislação que havia mudado, LC 140 e Código
3454Florestal. Esse seminário resultou na percepção e na compreensão de uma série
3455de resoluções que tinham que ser modificadas e foram essas as resoluções que a
3456Ministra citou no início da reunião de hoje. Além disso, nós tivemos custos com
3457fundo de palco, banner, montagem e desmontagem de estrutura metálica, R\$
34584.695,43. Material de expediente, gravação, estenotipia e degravação, gastos com
3459telefonemas, não conseguimos precisar e por isso está em branco. Essa é uma
3460tentativa do Departamento de Apoio ao Conama e da Secretaria Executiva, de
3461quantificar, um pouco, o que significa estar aqui e fazer essas reuniões, embora
3462sejam dados ainda iniciais, nós poderíamos ter muito mais noção do que significa,
3463os Estados, por exemplo, que deixam suas agendas lá e vem para cá, o Governo
3464Federal que significa isso? São gastos indiretos, mas de qualquer maneira,
3465apresentamos para os senhores esse balanço. E eu aproveito para juntar uma
3466informação sobre a carteira de assuntos do Conama, o que está em andamento,
3467hoje, no Conselho. Foi uma demanda apresentada pelo Polignano e aproveito
3468para compartilhar com os senhores, isso tudo está no site. Então, assim, gostaria
3469de frisar, que o site do Conama é um site muito visto, não só pelos conselheiros,
3470mas por toda a sociedade, nós temos esse histórico de muitos acessos ao site e,
3471embora não seja tecnologicamente o site que nós gostaríamos que fosse, isso nos
3472dá alguma limitação, ainda assim ele é um site bastante atualizado e com as
3473informações que estão lá. Nós vamos ter, para o Cipam, que é a porta de entrada
3474de Resoluções novas, além dessa de aeroportos, que deu entrada agora, outras
3475Resolução que já estão com pareceres prontos e pronta para que esse Cipam seja
3476convocado. Uma do Instituto Guaçuí, que fala sobre critério para utilização de
3477fósforo, em formulação de detergentes em pó. Essa está pronta para entrar em
3478pauta. A outra da Mira-Serra, que fala sobre vedação do uso de imagens alusivas
3479da caça. Também pronta. Uma outra que vem pelo Ibama e pelo Serviço Florestal,
3480que é a alteração de uma Resolução do Conama, de 411, de 2009, sobre a
3481inspeção das indústrias madeiros, é uma questão que tem um impacto na
3482produção de floresta nativa e no plano de manejo florestal sustentável. Essas
3483entram para o CIPAM. Tramitando no Conama nós temos, matéria-prima para
3484fornecimento de micronutrientes, é uma matéria que terá que ser resolvida por
3485esse Conselho. Padrões de qualidade do ar, nós temos um Grupo de Trabalho
3486dentro da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e terá, nesse 1º semestre, no

3487Seminário sobre esse assunto. E nós temos tramitando, na Câmara de Assuntos
3488Jurídicos, com o pedido de sobrestamento, até que o Ministério publicasse alguns
3489manuais e procedimentos, o que está para acontecer em breve, sobre a gestão e
3490eliminação de Bifenilas Policloradas. São esses os assuntos que estão em
3491andamento e o que nós esperamos é que essa pauta volte a ter uma
3492compatibilidade com as questões colocadas para o País hoje, como foi dito em
3493vários momentos, por vários dos senhores, inclusive pela Ministra.

3494

3495

3496**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Muito obrigado. Eu tenho duas
3497inscrições, Lisiane, e não havendo mais inscrições eu vou me concentrar nessas
3498duas falas e peço, por gentileza.

3499

3500

3501**O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy)** – Obrigado aí,
3502Adriana, pelas explicações aí eu acho que foram boas. Marcos Vinícius Polignano,
3503Guaicuy. Eu só queria reforçar duas coisas, quer dizer, algumas questões que eu
3504acho que é importante. Primeiro, até foram falas sendo colocadas, as questões
3505que a Patrícia colocou, eu acho que são pertinentes. Essa questão da convocação
3506da Plenária, quando você fala em custo, e nós temos que pensar isso, é um custo
3507Brasil, não só custo, no sentido do que é gasto, para que nós possamos realizar a
3508reunião, mas também o nosso, que nós também temos uma série de demandas e
3509sair das atividades para vir aqui, é um esforço também, da nossa parte e essa não
3510é remunerada, digo do esforço do compromisso. Então, eu acho que essa
3511avaliação de pauta é importante, porque, por exemplo, eu estou aqui, só saio
3512daqui amanhã, no final da tarde, assim como grande parte dos companheiros.
3513Então, essa questão da pauta, é uma questão que precisa ser melhor equilibrada
3514nessa questão. Eu volto a defender, eu acho que assim, eu acho que nós
3515poderíamos fazer um exercício no Conama, de tentar aperfeiçoar os mecanismos,
3516eu acho que uma das questões interessantes, é colocar também, quais são as
3517questões temáticas, por exemplo, isso diz respeito a água, isso diz respeito a
3518resíduos sólidos, tematizar o que está tramitando na casa e aí, localizar, por tema,
3519onde é que as coisas estão, como uma forma de nós até vermos, no equilíbrio da
3520balança, se estamos fazendo, por exemplo, uma agenda para a água, se temos
3521alguma agenda relativa a resíduos, se estamos sobrecarregando uma agenda em
3522detrimento de outra. Então, eu acho que isso ajudaria muito a repensar também, a
3523organização interna nossa. E nós também propormos temas. Eu acho que foi um
3524tema recorrente aqui, nessa Plenária, eu até discordo que a palavra livre seja uma
3525questão, porque ela é, exatamente a oportunidade de ouvir o que se diz e o
3526porquê está rolando no País inteiro. Então, eu acho que é uma oportunidade única
3527de nós exercermos o nosso ouvido para ouvir do que ocorre nesse Brasil, que não
3528é pequeno e cheio de diversidades e complexidade. Então, por exemplo, a
3529questão do Licenciamento foi uma questão pautada aqui, por todos os setores, no
3530sentido de que nós temos que achar ou temos que avançar em uma discussão
3531dessa questão, essa questão hídrica, que a própria Abema e nós também
3532levantamos. Então, eu acho que, também nós temos que incorporar, além da

3533rotina que exige, do ponto de vista das resoluções, os grandes temas que estão
3534aí, colocados na agenda, não por nós, mas pela crise e que nós temos que
3535incorporar nesse Conama, se não, é o que eu falei, nós ficamos anacrônicos, no
3536sentido de discutir coisas que estão processualmente correndo pelas Câmaras,
3537mas não estamos dizendo, de resposta, daquilo que está a demandar por conta
3538das necessidades. Então, eu acho que uma compatibilidade desse exercício. É o
3539que eu falei, tudo bem, eu estou disponível aqui, por que amanhã, se não temos
3540atividades na Plenária, a possibilidade de até organizar grupos para nós
3541debatermos, eu já falei o que nós podemos fazer, tentar pautar, qual seria a meta
3542da Plenária para esse ano, em termos de viabilidade de agenda? Qual que seria a
3543possibilidade de resoluções que seriam interessantes? Para, exatamente não
3544chegar aqui também, com todo o respeito, eu acho que é um direito de vocês
3545colocarem um determinado tema, com caráter de urgência, mas e os outros? Quer
3546dizer, eu acho que tem que se ouvir também, o que a sociedade, o que o Governo,
3547o que o setor privado, em conjunto, têm temas para pautar, e como é que nós
3548equilibramos isso? Para que nós possamos aproveitar melhor esse parlamento e
3549essa organização nossa. É mais no sentido da contribuição, para que nós
3550possamos aprimorar, eu acho que nós estamos perdendo capacidade operacional,
3551essa capacidade nossa, que nós temos instalada aqui, que poderia estar sendo
3552muito mais produtiva e os discursos da manhã foram muito no sentido se buscar
3553caminhos, ninguém veio aqui malhando. Eu acho que as contribuições de manhã
3554foram muito positivas, no sentido colocar problemas e temáticas, que eu acho que
3555o Conama tem que achar uma dinâmica de funcionamento que incorpore elas
3556mais no dia-a-dia aqui, da nossa Plenária.

3557

3558

3559**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Marcos Vinícius.
3560Lisiane, por gentileza.

3561

3562

3563**A SR. LISIANE BECKER (Mira-Serra)** – Seguindo a linha do Polignano, na
3564questão do Regime de Urgência. Eu vou solicitar, para a Secretaria Executiva do
3565Conama, que envie uma lista, ou forneça uma lista, pode ser por e-mail, não tem
3566maiores burocracias, das proposições que foram feitas, de novas propostas de
3567Resolução, que estão em algum lugar, a exemplo de uma que eu fiz,
3568recentemente, fora as outras que não sabem onde foram parar, mas essa última
3569que eu fiz o ano passado. Eu vejo como urgente, uma coisa simples de resolver e
3570não se paradeiro, assim acredito que outras resoluções, outras propostas de
3571resoluções estejam também, tramitando em algum setor, mas não temos acesso a
3572essa informação. Onde está tramitando e o que faz ser urgência ou não? É a
3573pressão? O que é? Porque nós, da Sociedade Civil, nós temos várias matérias
3574que nós achamos que deveriam ser postas em regime de urgência e,
3575normalmente elas ficam esperando um pouco mais, demoram mais. Então, eu
3576queria mais que me enviassem esse tipo de explicação. Quais são as propostas
3577de nossa Resolução ou de alterações de Resoluções, exemplo do Polignano, que

3578a dele já veio bem rápida, mas que devem existir outras que estão em algum
3579lugar, tramitando. E qual é o critério para ser colocado em regime de urgência?

3580

3581

3582**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigada, Lisiane. Eu Vou pedir
3583a Doutora Adriana que faça o um breve relato a respeito desse questionamento.

3584

3585

3586**A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (D-Conama)** – Começando,
3587então, pela questão colocada pela Patrícia e reforçada pelo Polignano. A questão
3588dos 2 dias de reunião Plenária do Conama. Realmente isso é uma questão que
3589nós entendemos que é sensível, já convocamos, com um dia, quando fizemos a
3590avaliação, 15 dias antes da reunião, de que reunião teria uma pauta pequena, o
3591problema é que, o que aconteceu nessa reunião e isso acontece com alguma
3592frequência, que foi a compreensão, por parte do MMA e por parte da CNI, MMA
3593lbama e CNI, de que os 2 assuntos não estavam maduros o suficientes e
3594precisariam, ou um pedido de vistas ou uma retirada de matéria, aconteceu
3595durante o período das discussões preparatórias e isso já era com menos de 15
3596dias da convocação. Então, hoje, especificamente, foi uma reunião convocada
3597para 2 dias, em razão disso, quando prévio, aos 15 dias. Nós temos essa
3598avaliação, de que a pauta é pequena, realmente nós temos que convocar para um
3599dia, porque não faz sentido convocar para 2 e ter uma discussão menor. Então,
3600isso, nós estamos atentos. A questão levantada pela Lisiane, a única matéria que
3601tramita hoje, em regime de urgência, é essa que acabou de dar entrada aqui. As
3602outras matérias todas estão tramitando em regime normal e, lembra que em março
3603do ano passado nós fizemos um arquivamento coletivo, a Ministra propôs o
3604arquivamento coletivo de minutas? Então, essas são as matérias que estão
3605tramitando no Conama. Todas as demais, e aí eu posso parar com você agora,
3606para pensar em alguma específica que você tenha dúvida, todas as demais foram
3607arquivadas, inclusive a Proam fez um levantamento, fez uma colocação sobre
3608capacidade de suporte. Essa foi uma das minutas que foram arquivadas, porque
3609ela trazia uma ideia, a ideia era bastante relevante, só que não havia uma minuta
3610de proposição, e pelo regimento atual você não discute uma questão, você discute
3611uma minuta posta.

3612

3613

3614**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Gente, tem mais duas, 2
3615pontinhos de pauta, rápido, um é esse anúncio, do Colóquio Internacional. Você
3616que vai fazer? Adriana vai fazer.

3617

3618

3619**A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (D-Conama)** – Nós temos,
3620amanhã, e eu tinha dito para o Ministro Herman Benjamim do STJ, já foi
3621Conselheiro aqui, do Conama, por longos anos, está realizando amanhã, na
3622Câmara de Meio Ambiente do Senado, um Colóquio Internacional que vem em um
3623assunto que foi mostrado aqui, diversas vezes, biodiversidade, crises e

3624perspectivas. É uma discussão que, pelo assunto, pela pauta, por quem vem, é
3625bastante relevante e quando ele nos pediu que divulgássemos isso, nós falamos,
3626é dia de plenária. Então, nós vamos fazer essa discussão dependendo do que
3627aconteça na Plenária, porque eu não posso chamar os conselheiros para irem
3628para lá. Tendo em vista que estamos prestes a encerrar e, então, eu os
3629convidaria, em nome do Ministro Herman Benjamim, a participarem, no Senado
3630Federal, é na ala Senador Nilo Coelho, é fácil de encontrar, porque é na Comissão
3631de meio Ambiente do Senado. A partir de 9h, a Ministra Isabela está pautada para
3632estar lá, 2 conselheiros aqui, da Abema, vão fazer suas falas, o Hélio Gurgel e
3633Eugênio Spengler, e vem representantes internacionais falar de diversos países,
3634como que eles encaram a questão da biodiversidade, em que tipo de crise se está
3635mundialmente.

3636

3637

3638**O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Obrigado, Adriana. Para
3639finalizar, você quer que repita o que? Alguém falou... Ah, o local. Deixa eu ler para
3640você aqui. O local vai ser no Senado Federal, ala Senador Nilo Coelho, plenário 6.
3641É fácil de achar, você chegando no Senado, fazendo uma pergunta, eles vão te
3642encaminhar com clareza para lá. Ok? Finalmente, com relação ao Fórum
3643Interconselhos. Adriana, por gentileza.

3644

3645

3646**A SRª ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (D-Conama)** – O Fórum
3647Interconselhos é uma junção de representantes de colegiados nacionais, os
3648colegiados envolvem Conselhos, Comissões e uma série de outros mecanismos e
3649agregações, eu não sei se eu poderia falar essa palavra, realizado pela
3650Secretaria Geral da Presidência, com intuito, exatamente de fazer uma
3651convergência de pautas sobre assuntos diversos, que tem uma transversalidade.
3652Esse Fórum Interconselhos, que vai ser realizado em abril, ele tem uma
3653peculiaridade que os representantes participam da Elaboração Plurianual, 2016,
36542019. E o convite da Secretaria Geral da Presidência, veio para a sociedade Civil.
3655Então, eu relato um momento em que tivemos, pela secretaria Geral, o
3656entendimento de que a Sociedade Civil abarca todo o setor empresarial, porque,
3657realmente é um conceito dado por exclusão, quem não é governamental é a
3658Sociedade Civil, e no Conama há o entendimento predominante, já consolidado
3659pela Consultoria Jurídica do Ministério, de que Sociedade Civil, no Conama, é
3660aquilo que o Decreto 99274, prever como sociedade civil e entidade de
3661trabalhadores. São as entidades ambientalista. Então, diante das 30 vagas, 30
3662cadeiras no Conama e 8 vagas dadas pela Secretaria Geral, o Setor Empresarial
3663abriu mão das suas e nós temos 8 representantes, indicados pelas ONGs, que
3664nós precisamos referendar para ir para essa instância, representando o Conama.
3665As entidades são a Furpa, SNE, Sócios da Natureza, FBCN, Argonautas, Mira-
3666Serra, Sodemap e Canindé. Então, pergunto aos senhores se...?

3667

3668

3669O **SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO (MMA)** – Há alguma manifestação
3670contrária ao referendo? Não havendo. Aprovado. Bom, antes de encerrar, já
3671dentro da sugestão do Marcos Vinícius, hoje nós tivemos a oportunidade, durante
3672o Conama, de atender o Estado do Paraná, novamente, o Estado do Rio Grande
3673do Sul, novamente, o Estado de Santa Catarina, Ceará e Mato Grosso, e sobre as
3674questões de CAR. Então, faço o convite aos senhores representantes dos
3675Estados, eventualmente não querendo colidir com um evento tão importante, que
3676é o Colóquio Internacional, mas se os senhores forem permanecer em Brasília, no
3677dia de amanhã, e tiverem alguma dúvida a respeito do Cadastro Ambiental Rural,
3678validação, módulos, dados, nós estamos à disposição aqui, no Serviço Florestal
3679Brasileiro, fica no Cenaflo, a minha equipe, coloco a minha equipe à disposição,
3680só pediria, por gentileza, que dissesse o horário que tem interesse de ir, para nós
3681podermos preparar lá, um bate-papo, uma apresentação, se for necessário. Então,
3682finalizo a reunião, uma boa viagem para todos, uma boa noite, bom dia de
3683trabalho. A reunião com a Ministra vai ser onde? Com a Abema? Vai ser no
3684Ministério da Pesca? Por favor, Ministério da Pesca. Você sabe qual o andar?
3685Espera aí, eu não estou sabendo. Por favor, tome essa informação com precisão,
3686para não ter deslocamento equivocado, ok? Boa viagem, boa noite, um abraço a
3687todos.
3688